



**ACRESCE**

**Diagnóstico para o desenvolvimento  
do Acre: Territórios e Povos**

REALIZAÇÃO



Este relatório explora o desenvolvimento territorial do Acre, abordando sua história de ocupação, áreas de preservação e desenvolvimento da população. O principal material de pesquisa utilizado foi o documento-síntese do Zoneamento Ecológico Econômico do Acre Fase III (ZEE-AC), publicado em 2021. De modo complementar, foram incluídos trechos do documento-síntese da Fase II, de 2006, sobretudo no que se refere aos dados de clima e relevo.

Este relatório traz dados parciais do Censo 2022 relativos ao crescimento populacional que são os primeiros resultados divulgados do censo aplicado naquele ano, informações sobre Povos Tradicionais e Unidades de Conservação, com dados específicos extraídos dos documentos-síntese produzidos na elaboração do ZEE-AC.

No capítulo VIII, o relatório apresenta um mosaico de iniciativas relacionadas à Bioeconomia no Acre e em outros estados da Amazônia Legal, recorrendo a diversas fontes, indicadas em cada caso.

## I – Programa Estadual de Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) do Acre: uma Jornada pela Sustentabilidade Ambiental e Desenvolvimento Econômico do Estado do Acre

O ZEE do Estado do Acre começou como uma demanda de grupos como índios e seringueiros e se tornou consenso devido à falta de regras claras que pudessem orientar investimentos e atividades econômicas. No início, pouco foi feito na prática, apesar da demanda ter se tornado legal. Fantasias surgiram em torno desse programa, na expectativa de que resolvesse todos os conflitos e trouxesse ordem à sociedade e ao espaço geográfico. Evidentemente, isso não se concretizou, mas aumentou o desejo de negociar, dialogar, ceder e respeitar a presença de interesses divergentes.

Depois de duas décadas e cinco governadores diferentes, o ZEE do Acre foi finalmente concluído. A metodologia utilizada reconheceu estudos anteriores, realizou novas pesquisas com especialistas para atualizar informações, buscou reconhecer áreas que se desenvolveram, considerando ciclos econômicos, migrações, eventos naturais e desenvolvimento de infraestrutura, além de permitir a participação popular nas decisões, um pioneirismo do Estado do Acre que se tornou referência metodológica na construção do ZEE de outros estados brasileiros.

O ZEE é uma estratégia de planejamento que consiste na divisão do território em diferentes regiões,

levando em conta as características ambientais, sociais e econômicas, com a finalidade de orientar o uso adequado dos recursos naturais existentes. O zoneamento ecológico identifica áreas de importância para conservação, enquanto o zoneamento econômico avalia as oportunidades e limitações econômicas de cada área. A meta primordial é alcançar o equilíbrio entre os aspectos ambientais e econômicos, evitando conflitos entre atividades produtivas e áreas sensíveis, além de fomentar a conservação dos recursos naturais. Todos os estados utilizam essa abordagem para embasar decisões sobre o uso do território, como a criação de áreas de conservação e a definição de zonas industriais, agrícolas ou urbanas, com a possibilidade de revisão a cada 10 anos.

O zoneamento do Acre foi inovador ao considerar as características político-culturais presentes em seu território, levando em conta as características ambientais, sociais e econômicas. O processo de zoneamento mantém sua proposta original de contar com a participação da sociedade civil. Ao integrar diferentes visões e interesses, visa à construção de uma estratégia de desenvolvimento sustentável que valorize a cultura local, gere emprego e renda, reduza desigualdades sociais e preserve os ecossistemas. Para tanto,

a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Estado do Acre, por meio de estudos técnicos e científicos, analisa recursos naturais, áreas protegidas, ocupação humana, infraestrutura e atividades econômicas para identificar as potencialidades e limitações dos 22 municípios que compõem o Estado.

Historicamente, o ZEE deriva do zoneamento ambiental, instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente que já estava previsto na Lei Federal nº 6.938, de 1981. Em março de 1990, o Decreto nº 99.193 instituiu um grupo de trabalho para analisar e estudar tais zoneamentos, quando, então, passaram a ser denominados Zoneamentos Ecológicos Econômicos, com prioridade para a Amazônia Legal. Todos os seus estados passaram a receber recursos e capacitação para a elaboração dos respectivos zoneamentos, e o aspecto social também passou a integrar o escopo dos ZEE.

A Amazônia Legal representa cerca de 59% do território nacional e é caracterizada pela presença da rica biodiversidade daquela que é a maior floresta tropical do mundo – a Amazônica. É composta por nove estados brasileiros: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão (este, parcialmente). A área possui grande relevância estratégica para o País, tanto em termos ambientais quanto geopolíticos, em razão da extensão, riqueza mineral e biodiversidade.

Em 1994, o Ministério do Meio Ambiente adotou, após um processo seletivo, a metodologia proposta pelo Laboratório de Gestão Territorial da UFRJ. O Plano Plurianual de 2000-2003 passou a incluir, no orçamento público, um programa para a promoção do ZEE. Foram promovidos Seminários Regionais que aperfeiçoaram a metodologia e articularam a operacionalização, prevendo a necessidade de atualizações permanentes.<sup>1</sup>

O Decreto nº 4.297, de 2002, é o atual regulamento nacional do Zoneamento Ecológico Econômico. Ele prevê a compatibilização do crescimento econômico com a proteção dos recursos naturais, sendo obrigatória a sua observância por agentes públicos e privados que utilizem recursos naturais.

No ZEE do Acre houve uma fase que antecedeu o atual regulamento, executada entre 1999 e 2000. Na Fase I houve a elaboração de um diagnóstico do Estado, considerando os recursos naturais, socioeconômicos e, de forma inédita no Brasil, os recursos culturais e políticos. Os estudos usaram diferentes dados secundários como base, em tentativa semelhante ao presente trabalho da Acresce / Instituto Sapien, embora, naquela época, o volume de dados fosse mais limitado.

A Fase II do ZEE do Acre perdurou de 2003 a 2007 e, além de atualizar alguns dados da fase anterior, proporcionou o ordenamento territorial do Estado dividindo-o em quatro zonas, de acordo com as necessidades de proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais e do desenvolvimento sustentável (as zonas serão apresentadas adiante). O principal produto dessa fase foi o Mapa de Subsídio à Gestão Territorial. Foram realizadas reuniões técnicas em todos os municípios, com as sugestões submetidas à aprovação de conselhos estaduais (CEMACT, CDRFS e CEF), buscando-se, assim, o consenso.

A Fase II culmina na publicação da Lei Estadual nº 1.904, de 5 de junho de 2007, que institui o ZEE no Acre a fim de orientar o planejamento, a gestão, as atividades e as decisões do poder público, do setor privado e da sociedade em geral, relacionados ao uso e à ocupação do território. Nesse processo foram sempre consideradas as potencialidades e limitações do meio físico, biótico e socioeconômico, tendo em vista a implementação prática do desenvolvimento sustentável.

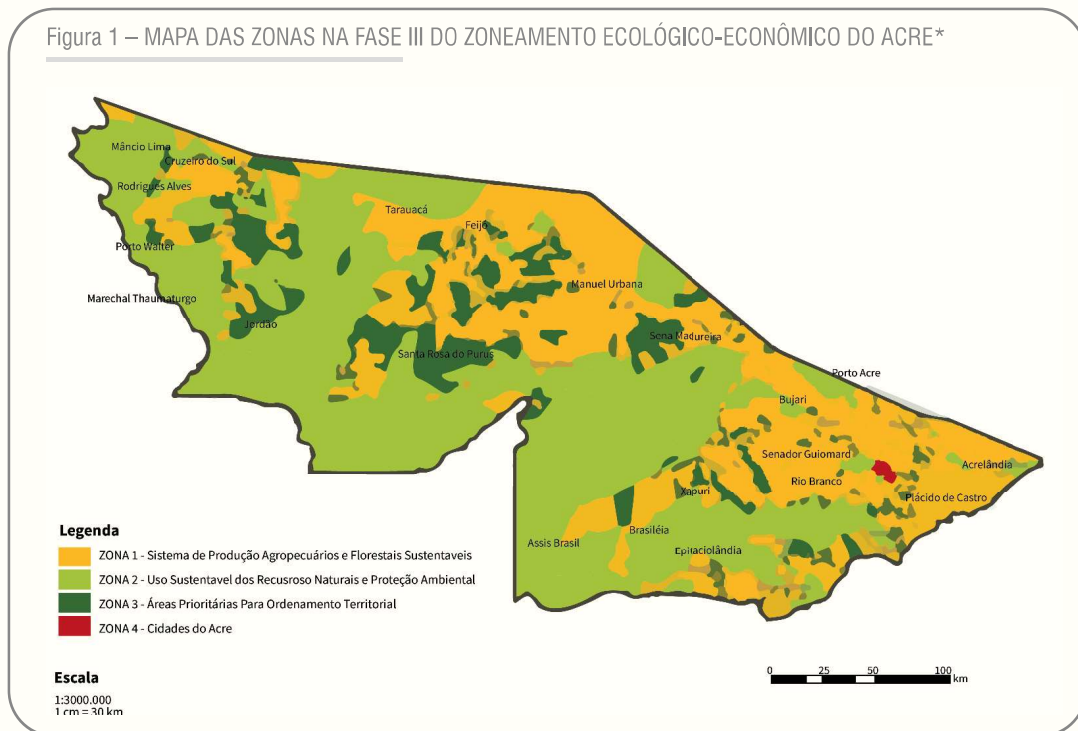
O ZEE do Acre passou por revisões e significativas reorientações na Fase III — foi um longo período marcado por demandas do setor empresarial nas diferentes esferas. A Lei nº 1.904/2007 já previa a revisão do ZEE após 10 anos, atravessando discussões do novo Código Florestal no âmbito federal (que resulta na Lei nº 12.651/2012) e por novas normas federais e estaduais a partir de 2015. O consenso, mais uma vez, foi buscado por meio de reuniões com o Fórum Empresarial do Acre — composto por federações estaduais da agricultura e pecuária (Faeac), da indústria (Fieac) e do comércio, serviços e turismo (Fecomér-

<sup>1</sup>BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. . Histórico do ZEE. 2018. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/gestao-territorial/zoneamento-territorial/item/8186-historico-do-zee.html>. Acesso em: 30 jul. 2024.

cio) – somadas a uma consulta pública no início de 2019. O agronegócio foi contemplado na Zona 1, onde a área de abrangência cresceu 50,8% nessa fase, e remodelou-se o foco para áreas prioritárias na Zona 3, que foi reduzida em 56%, nessa Fase III. Além disso, depois de uma década das fases anteriores, os dados secundários precisaram ser atualizados. No eixo socioeconômico, foram incluídos novos dados de educação, saúde, saneamento, violência, emprego e renda, ainda incipientes à época da fase anterior.

O final da Fase III redistribuiu as quatro zonas,

conforme demonstrado na Figura 1. No entanto, a Lei nº 1.904, de 2007, tornou-se letra morta em muitos dispositivos, pois foi o documento legal produzido a partir dos resultados da Fase II, e não houve atualização legislativa para adequar tal lei ao resultado da Fase III. Recomenda-se o envio de sugestão à Casa Civil do Estado do Acre para avaliar a pertinência de encaminhar proposta de atualização à Assembleia Legislativa – tanto para fortalecer o zoneamento, como para valorizar o regime de Estado Democrático de Direito.



\*Zona 1: sistemas de produção agropecuária e florestais sustentáveis;

\* Zona 2: uso sustentável dos recursos naturais e proteção ambiental;

\* Zona 3: áreas prioritárias para o ordenamento territorial; e

\* Zona 4: cidades do Acre.

Fonte: Documento-Síntese do Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre – Fase III, 2021.

Conforme demonstrado na Tabela 1, cada uma das quatro zonas foi dividida em subzonas que recebem diretrizes específicas, sendo que algumas dessas

subzonas podem ser subdivididas em unidades de manejo.

Tabela 1 - MUNICÍPIOS DO ACRE SITUADOS NA FAIXA DE FRONTEIRA

| ZONAS                    | ZONA 1   | ZONA 2   | ZONA 3  | ZONA 4   |
|--------------------------|--|--|---|--|
| <b>D E S C R I Ç Ã O</b> | Região antiga com fronteiras agropecuárias estabelecidas e em expansão ao longo das rodovias BR-364 e BR-317. Inclui propriedades particulares, assentamentos e polos agroflorestais. <b>Dividida em 3 subzonas.</b>   | Engloba áreas para uso sustentável, como terras indígenas, assentamentos florestais, Reservas Extrativistas (Resex) e unidades de conservação. <b>São 6 subzonas</b>   | Áreas prioritárias para o ordenamento territorial, com foco no uso sustentável dos recursos naturais e na conservação. <b>São 5 subzonas</b>  | Inclusão de cidades em <b>6 subzonas</b> com base nas bacias hidrográficas e visão regional.   |
| <b>S U B Z O N A S</b>   | <b>Produção agropecuária</b> (áreas desmatadas para agropecuária, considerando aptidão e perfil socioeconômico dos produtores). <b>Produção florestal</b> (áreas de mata nativa em propriedades, assentamentos e polos agroflorestais, considerando aptidão e perfil socioeconômico dos produtores). <b>Manejo e Proteção</b> (áreas de manejo e proteção, incluindo reservas legais, manejo florestal para uso madeireiro e de uso múltiplo, com foco em produtos como castanha, borracha, açaí e bambu). | <b>Proteção integral</b> (importância para a biodiversidade). <b>Florestas nacionais e estaduais</b> (comunidades tradicionais). <b>Reservas Extrativistas – Resex</b> (comunidades tradicionais). <b>Projetos de assentamentos diferenciados</b> (uso sustentável de áreas desmatadas e floresta por populações com vocação florestal ou agroflorestal). <b>Terras Indígenas</b> (demarcadas e homologadas, incluindo índios isolados). <b>Áreas de relevância</b> (proteção ambiental, interesse ecológico e reservas particulares, com ou sem ocupação humana). | <b>Prioridade para regularização fundiária</b> (situação indefinida, presença de população rural ou florestal. Pode tornar-se Unidade de Conservação, Terra Indígena, Assentamento ou Propriedade). <b>Produção ribeirinha</b> (várzea e áreas próximas aos rios Juruá, Tarauacá, Envira, Purus, Iaco e Acre. Potencial para manejo pesqueiro, madeireiro e outros recursos. Permitem atividades agropecuárias e agroflorestais sustentáveis em locais restritos). <b>Alta prioridade para conservação</b> (fauna e flora, sustentável segundo a Portaria nº 463/2018). <b>Muita alta prioridade para conservação</b> (abrigam espécies importantes). <b>Extrema prioridade para conservação</b> (24,5% das áreas da Zona 3). | <b>Cidades dos rios Juruá, Tarauacá e Purus</b> (florestais e ribeirinhas, cercadas por Terras Indígenas e Unidades de Conservação). <b>Cidades do Médio Juruá</b> (no extremo noroeste, com Cruzeiro do Sul como capital regional e navegação fluvial como principal meio de transporte). <b>Cidades dos rios centrais Iaco, Purus, Tarauacá e Envira</b> (centros regionais). <b>Cidades do Alto Acre e de integração fronteira</b> (fronteiras nacionais conectadas por estradas). <b>Cidades do Baixo Acre e Abunã</b> (municípios rurais próximos a Rio Branco). <b>Capital do Acre</b> (Rio Branco é altamente urbanizada e referência para os outros municípios). |

Fonte: Documento-Síntese do Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre – Fase III, 2021.

O Estado do Acre possui 87% de floresta nativa. Entre reservas ecológicas e extrativistas, abriga 22 Unidades de Conservação (UCs) e 36 Terras Indígenas (TIs). Embora esses territórios estejam em processos

distintos de regularização, praticamente metade do território acreano é formado por áreas naturais protegidas legalmente (47,9%). Nessas áreas, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente busca promover a con-

servação e o uso sustentável pelos habitantes locais (mais informações no trecho Povos Tradicionais).

Entre as UCs, três são de proteção integral, gerenciadas pelo Governo Federal, e as outras 19 permitem o uso sustentável, com a presença de moradores que contribuam para a conservação da natureza e o uso racional dos recursos (mais informações no trecho Unidades de Conservação). O governo estadual também é responsável por 8 Unidades de Conservação, incluindo parques e florestas.

Por meio do ordenamento territorial, da re-

dução de conflitos socioambientais, do estímulo ao desenvolvimento sustentável e proteção dos recursos naturais, o ZEE do Estado do Acre busca criar um ambiente equilibrado, em que a natureza e o desenvolvimento possam coexistir. Para superar as dificuldades, faz-se relevante manter o compromisso e a colaboração contínua entre os diversos atores, bem como a atualização e o monitoramento periódico do ZEE para garantir sua eficácia no tempo e sua adaptação às mudanças socioeconômicas e ambientais.

## II – Processo Histórico de Ocupação do Território do Acre

A sociedade acriana é historicamente composta por diferentes identidades sociais, incluindo índios, seringueiros, regatões, ribeirinhos e sulistas. Essas identidades surgiram em momentos distintos, resultantes da inserção de cada segmento em diferentes fases históricas. Tal diversidade resultou em uma sociedade multifacetada, frequentemente em conflito, que se desenvolveu em meio à disputa por territórios e recursos.

Desde os primeiros grupos indígenas que migraram para a região, há mais de cinco mil anos, até os povos atraídos pela extração de borracha – nordestinos, sírios, libaneses e migrantes recentes do sul do País, nos anos 1970 –, todos contribuíram para a formação do Acre. O Estado do Acre, antes território pertencente à Bolívia, foi incorporado ao Brasil em 1903. Sua extensão territorial é de 64.221,36 km<sup>2</sup> (16.422.136 ha), correspondente a 4% da área amazônica brasileira, 1,9% do território nacional e faz fronteira com Peru e Bolívia. Logo no início do séc. XX, graças à habilidade diplomática do Barão do Rio Branco, o Acre foi incorporado ao Brasil ao custo de uma indenização à Bolívia e da construção da ferrovia Madeira-Mamoré, a fim de facilitar o comércio boliviano pelo Rio Amazonas. Era um período de forte industrialização no Brasil e no mundo. Os EUA, já bastante desenvolvidos, invadem a Venezuela e vários países caribenhos, despertando

preocupações na América Latina<sup>2</sup>. Porém, o ciclo da borracha estava terminando e logo a Região Norte entraria em decadência econômica.

O período entre guerras serviu como um alento para um breve ressurgimento da produção de látex, mas, no fim da Segunda Guerra Mundial, a região voltou à penúria. A Constituição de 1946 foi promulgada prevendo um plano de valorização econômica da Amazônia, onde haveria a aplicação obrigatória de 3% da renda tributária da União a cada ano. Em 1953, o governo cria a Amazônia Legal e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SP-VEA), que logo foi substituída pela Sudam, em 1963. No contexto de ocupação e desenvolvimento econômico da Região Norte, muitos projetos governamentais ainda foram criados, como a Zona Franca de Manaus, em 1953, e a rodovia Transamazônica, em 1972.

Em 1972 foi realizada, em Estocolmo (Suécia), a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, cujo tratado foi assinado pelo Brasil. A pauta ambiental ganhou relevância cada vez maior desde então, e em 1989 tivemos a instituição do Fundo Nacional de Meio Ambiente (Lei n° 7.797/89) e a criação do Ibama (Lei n° 7.735/89). Antes disso, em 1981, a Política Nacional do Meio Ambiente já adotava o zoneamento ambiental como um de seus instrumentos. Conforme demonstrado na Tabela 2, o Estado do Acre

<sup>2</sup>BRASIL. SISCOMEX. O Brasil na primeira década do século americano (1901-1910). 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/siscomex/pt-br/servicos/aprendendo-a-exportar/curiosidades-e-fatos-historicos/o-brasil-na-primeira-decada-do-seculo-americano-1901-1910>. Acesso em: 30 jul. 2024.

integra a Amazônia Legal, que por sua vez está inserida na Amazônia, bioma que engloba aproximadamente 6,7 milhões km<sup>2</sup>. Além do Brasil, a Floresta Amazônica se estende por outros países sul-americanos: o Peru, segundo país com a maior porção da Floresta (13%), seguido da Colômbia (10%), Venezuela (6%), Bolívia

(6%), Guiana (3%), Suriname (2%) e Guiana Francesa (1%). A preservação (utilização racional) e proteção (intocabilidade) da Floresta Amazônica são responsabilidades compartilhadas por esses países, cuja cooperação e esforços conjuntos são fundamentais para a conservação desse ecossistema único e essencial.

Tabela 2 – EXTENSÃO TERRITORIAL DOS 22 MUNICÍPIOS DO ESTADO DO ACRE

| Estado/Municípios    | Área Territorial (km <sup>2</sup> ) | % Área do Estado |
|----------------------|-------------------------------------|------------------|
| <b>Acre</b>          | <b>164.173,43</b>                   | <b>100,00</b>    |
| Feijó                | 27.976,87                           | 17,04            |
| Sena Madureira       | 23.759,51                           | 14,47            |
| Tarauacá             | 20.169,49                           | 12,29            |
| Manoel Urbano        | 10.630,60                           | 6,48             |
| Rio Branco           | 8.835,15                            | 5,38             |
| Cruzeiro do Sul      | 8.783,47                            | 5,35             |
| Marechal Thaumaturgo | 8.190,95                            | 4,99             |
| Porto Walter         | 6.446,39                            | 3,93             |
| Santa Rosa do Purus  | 6.155,86                            | 3,75             |
| Mâncio Lima          | 5.451,62                            | 3,32             |
| Jordão               | 5.357,23                            | 3,26             |
| Xapuri               | 5.350,59                            | 3,26             |
| Assis Brasil         | 4.979,07                            | 3,03             |
| Brasileia            | 3.928,17                            | 2,39             |
| Rodrigues Alves      | 3.076,34                            | 1,87             |
| Bujari               | 3.034,87                            | 1,85             |
| Porto Acre           | 2.604,42                            | 1,59             |
| Senador Guimard      | 2.320,17                            | 1,41             |
| Plácido de Castro    | 1.952,56                            | 1,19             |
| Acrelândia           | 1.811,61                            | 1,10             |
| Capixaba             | 1.705,82                            | 1,04             |
| Epitaciolândia       | 1.652,67                            | 1,01             |

Fonte: Área Territorial Brasileira/IBGE, 2021.

Nas últimas décadas do séc. XX surgiram, no Estado do Acre, organizações sociais e políticas inovadoras que defendiam o valor econômico dos recursos naturais. Atualmente, o Acre adota um modelo de desenvolvimento que busca conciliar o uso econômico das riquezas florestais com a modernização das atividades que impactam o meio ambiente, assumindo importância estratégica para o futuro da Amazônia.

### III – Recursos Naturais e Meio Ambiente

As análises do Estado do Acre, a partir de sua geologia, geomorfologia, vegetação, climatologia e botânica serviram para duas análises integradoras utilizadas na Fase II do ZEE: a avaliação na vulnerabilidade ambiental e a definição das unidades de paisagens biofísicas, atualizadas na Fase III.

O clima é caracterizado por altas temperaturas e elevados índices pluviométricos. Na maior parte do Estado, as precipitações são abundantes, sem uma nítida estação de seca, sendo junho, julho e agosto os meses menos chuvosos. A principal característica da pluviosidade no Estado é a diminuição progressiva da intensidade do período seco, no sentido sudeste-noroeste (Brasileia e Cruzeiro do Sul), com três meses de seca no setor sudeste, e menos de um no noroeste. O relevo é composto, predominantemente, por rochas sedimentares que formam uma plataforma regular que desce suavemente, em cotas da ordem de 300m, nas fronteiras internacionais, para pouco mais de 110m, nos limites com o Estado do Amazonas. A maior parte do Acre é coberta por rochas sedimentares da

Essa perspectiva histórica permeia todos os temas abordados no ZEE do Acre, desde a situação atual dos recursos naturais até os aspectos socioeconômicos, culturais e políticos. A preservação quase completa da floresta acriana está ligada intimamente à sua quase recente ocupação, em termos históricos. Isso pode explicar o passado, além de fornecer uma base para o futuro.

Formação Solimões. No setor noroeste, encontram-se arenitos inconsolidados da Formação Cruzeiro do Sul, assim como nas áreas centrais do Estado, onde está localizada a Formação Solimões Superior, mais arenosa que a Inferior.

O Acre apresenta uma extensa rede hidrográfica e seus rios correm no sentido sudoeste-nordeste. Suas principais características são o paralelismo, as mudanças de direção dos seus cursos e a rede de drenagem bem distribuída. As bacias hidrográficas mais relevantes são a Bacia do Juruá (3.283 km) e a Bacia do Purus (2.770 km), que se formam nas nascentes do Rio Solimões.

A Figura 2 mostra como o Estado é dividido em nove unidades geomorfológicas: a Planície Amazônica, a Depressão do Endimari-Abunã, a Depressão do Iaco-Acre, a Depressão de Rio Branco, a Depressão do Juruá-Iaco, a Depressão do Tarauacá-Itaquai, a Depressão Marginal à Serra do Divisor, a Superfície Tabular de Cruzeiro do Sul e os Planaltos Residuais da Serra do Divisor.

Figura 2 – DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES GEOMORFOLÓGICAS DO ESTADO DO ACRE



Fonte: Base de dados geográficos do ZEE /AC, Fase II, 2006.

Os principais solos do Acre são:

- **Argisolos:** cobrem uma extensão de 62.930 km<sup>2</sup> ou 38,32% do território do Acre e que, apesar do nome, possuem baixa concentração da argila. Muitos possuem alta saturação de alumínio.

- **Cambissolos:** cobrem uma extensão de 51.828 km<sup>2</sup> ou 31,52% do território do Acre. São ricos

Os solos do Acre, de maneira geral, são relativamente jovens ou estão em equilíbrio de morfogênese / pedogênese, o que explica a presença predominante de solos rasos e com baixa idade relativa.

O Acre possui uma vegetação natural composta basicamente de florestas, divididas em floresta tropical densa e tropical aberta. Essa vegetação produz um clima quente e úmido (equatorial), com temperaturas médias anuais variando de 24°C a 32°C, com altos índices de precipitação pluviométrica.

Na maior parte da vegetação acriana, predominam as florestas abertas com bambu e palmeiras, com a maior extensão territorial e a floresta densa. Em 2004, o Estado do Acre ainda possuía 89% do seu território coberto por florestas.

As florestas abertas têm como principal caracte-

em argila, com alto teor de cálcio, magnésio e alumínio.

- **Luvissolos:** cobrem 23.976 km<sup>2</sup> ou 14,60% do território do Acre. São solos que possuem elevada quantidade de argila, mas, apesar de serem considerados como de fertilidade natural (solos nunca trabalhados), sua drenagem apresenta deficiência.

terística o maior espaçamento entre as árvores, daí a origem do nome. No Acre, pode haver um período anual de mais de 60 dias sem chuvas. As florestas densas apresentam uma mata sempre verde, com dossel de até 50 metros e árvores emergentes de até 40m de altura. Possuem densa vegetação arbustiva, composta por samambaias, bromélias, palmeiras e trepadeiras.

Dados de 1998 a 2002 registraram que a fauna, no Estado, apresentava 1.443 espécies confirmadas e mais 55 classificadas até o nível taxonômico de gênero. O grupo das aves foi o que apresentou a maior diversidade (51,4% do total), seguido dos peixes (21,6%), mamíferos (13,6%), anfíbios (7,4%) e répteis (6%). A comparação com o total de espécies conhecidas no Brasil e no mundo revela a riqueza do Acre, com espécies de vertebrados das quais se destacam dois gru-

pos: mamíferos e aves. Cerca de 40% dos mamíferos do Brasil e 4,5% dos mamíferos do mundo ocorrem no Acre. No caso das aves, 45,8% das espécies existentes no Brasil e 8,5% das existentes no planeta são encontradas no Estado.

Por outro lado, os peixes catalogados no Estado representam somente 10,7% da riqueza ictiológica do Brasil. Contudo, essa representatividade pode variar muito, já que o número de coletas é muito pequeno e porque a estimativa de 3 mil espécies de peixes brasileiros de água doce é questionável, visto que o desconhecimento sobre a fauna ictiológica da Amazônia é, de certo modo, grande, sobretudo à época do levantamento.

Nesse estudo, foi considerada a cobertura vegetal que protege a unidade de paisagem dos efeitos dos processos modificadores das formas de relevo

## IV – Aspectos Socioeconômicos e Condições de Vida no Acre

O Estado do Acre passou por transformações socioeconômicas significativas e o ZEE-AC aponta que essas mudanças afetaram o tamanho da população, a capacidade de gerar emprego e renda, além de repercutirem na distribuição, no alcance e na qualidade dos serviços públicos prestados aos acrianos.

O IBGE classifica como rural o município onde mais da metade da população vive fora da zona urbana. Nesse critério, 9 dos 22 municípios do Acre são classificados como rurais. A OCDE adota critério diferente, considerando municípios rurais aqueles que possuem baixa densidade populacional (menos de 80 hab/km<sup>2</sup>). Nessa perspectiva, todos os municípios do Estado, exceto Rio Branco, são considerados rurais.

Os dados populacionais no ZEE revelam que o Acre apresenta um dos crescimentos populacionais mais relevantes do Brasil, especialmente na zona rural, projetando aumento de residentes em 65%, entre 2000 e 2019. Contudo, os primeiros resultados do Censo 2022 mostraram que essa projeção foi superestimada (os dados atuais serão apresentados adiante). Mesmo havendo erro na projeção, a conclusão é adequada: o Acre está entre os estados que apresentaram

(erosão). Essa proteção se dá de maneiras diversas: a vegetação evita o impacto direto das gotas de chuva no solo, impede sua compactação e aumenta a capacidade de infiltração e absorção de água.

Em razão da predominância das fisionomias florestais (ombrófilas densa e aberta), que conferem ao solo excelente proteção aos efeitos erosivos da precipitação, as áreas sem ação antrópica apresentam estabilidade de moderada a alta. No Acre, em razão do tipo de sedimento presente, ocorre uma condição muito peculiar: a floresta avançou sobre solos jovens de baixa permeabilidade que, quando expostos à ação direta das chuvas, sofrem uma degradação muito rápida, principalmente em razão de sua mineralogia, o que lhes confere alta capacidade de expansão e contração.

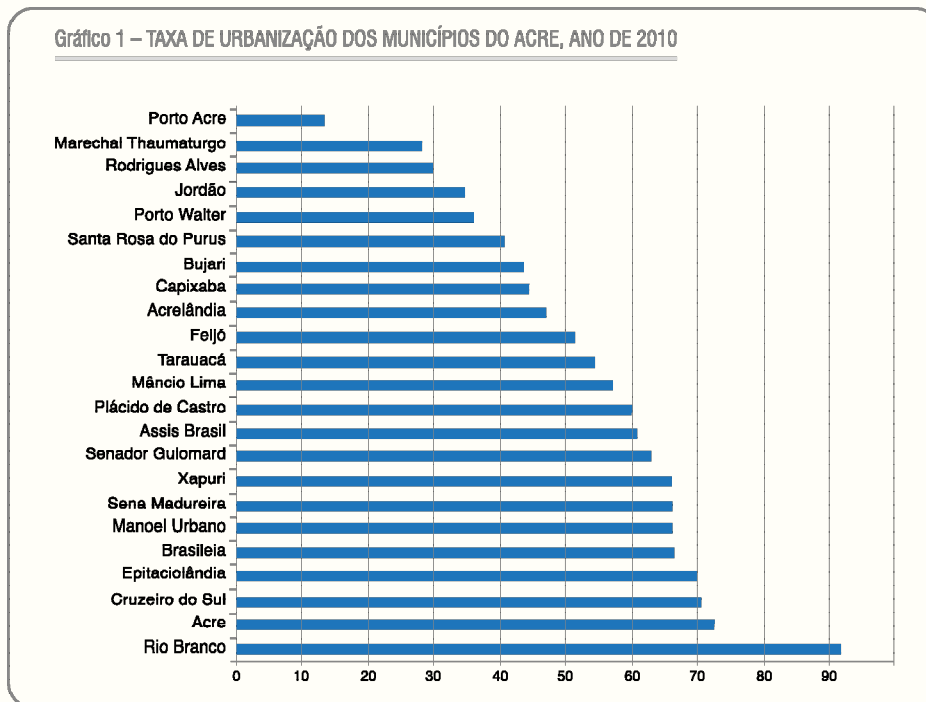
maior crescimento populacional na década passada.

O Gráfico 1, retirado do Documento-Síntese da Fase III do ZEE, elenca os municípios por grau de urbanização, com Rio Branco sendo o município mais urbanizado do Estado (91,82%). A média do Estado é de 72,6%, mas essa média é fortemente incrementada pela taxa da capital, pois nenhum outro município alcança essa marca. Por exemplo, o segundo e o terceiro colocados em taxa de urbanização são Cruzeiro do Sul e Epitaciolândia, com taxas de 70,5% e 70,2% respectivamente. Os demais municípios têm taxas inferiores a 67%, e o município com menor taxa é Porto Acre (13,32%) – Detalhes e informações atualizadas no Caderno Demografia.

Os estados do Acre, Amapá e Roraima são as três únicas Unidades da Federação com número de habitantes inferior a 1 milhão de pessoas. No Acre, a população é de 830.026 pessoas, de acordo com o Censo Demográfico 2022, divulgado pelo IBGE. O censo revela que o Acre teve crescimento populacional de 13,15% em relação ao censo anterior de 2010, quando tinha 733.559 habitantes. Entre os 22 municípios do Acre, apenas Plácido de Castro teve uma redução no

número de habitantes, passando de 17.209, em 2010, para 16.560, em 2022. O município de Bujari apresentou o maior crescimento populacional, com um aumento de 52,48% nos últimos 12 anos. Santa Rosa do

Purus é a cidade menos populosa do Acre, com pouco mais de 6,7 mil moradores, enquanto Rio Branco é a cidade mais populosa, com 364.756 habitantes – Detalhes no Caderno Demografia.



Fonte: Documento-Síntese da Fase III do ZEE-AC, 2021

Para obter uma compreensão mais abrangente sobre as condições de vida dos acrianos, foram adotados cinco grupos de indicadores no ZEE do Acre: Em-

prego e Renda, Educação, Saúde, Saneamento e Infra-estrutura.

## Emprego e Renda

A análise da vulnerabilidade social relacionada aos indicadores de emprego e renda mostra que a partir dos anos 2000 houve uma melhora nesse cenário. Os municípios próximos a Rio Branco tiveram taxas de crescimento, desse indicador, acima da média nacional. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Renda confirma que Rio Branco e seus municípios vizinhos, na primeira década do séc. XXI, tiveram os

maiores avanços no que se refere a emprego e renda. Quanto ao Índice de Concentração de Renda (Gini), o Acre apresentou valores constantes e próximos aos demais estados do Brasil, no período de 2000 a 2010, com números em torno de 0,60, segundo informações fornecidas pelo IPEA – Detalhes e informações atualizadas no Caderno Emprego e Renda.

## Educação

A análise da vulnerabilidade social relacionada aos indicadores de ensino mostra que tem havido melhorias no Ensino Fundamental, com índices acima

da média da Região Norte. No entanto, alcançar os resultados nacionais ainda é um desafio. No Ensino Médio, o Acre teve um desempenho positivo, mas está

em uma posição intermediária no ranking nacional. A taxa de analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais tem diminuído constantemente, e o Estado tem se esforçado para melhorar a educação e reduzir o analfabetismo. Municípios como Rio Branco, Epitaciolândia e Cruzeiro do Sul têm se destacado no Índice

de Desenvolvimento Humano (IDH) Educação. Apesar dos desafios persistentes, o Acre está empenhado em melhorar a educação, garantindo o acesso à educação de qualidade e reduzindo as desigualdades educacionais no Estado – Detalhes e informações atualizadas no Caderno Educação.

## Saúde

A análise da vulnerabilidade social relacionada à saúde envolve cinco indicadores: mortalidade infantil, mortalidade materna, esperança de vida ao nascer, mortalidade geral e taxa de óbitos violentos. Houve uma redução substancial na taxa de mortalidade infantil, com índices inferiores à média nacional e da Região Norte. Em 2016, a taxa de mortalidade infantil foi de 17 por mil nascidos vivos, próximo à média do Brasil. A mortalidade materna também apresentou comportamento favorável, com taxas mais baixas que a média brasileira e dos estados vizinhos da Região

Norte. No entanto, a taxa de óbitos violentos teve um aumento acentuado a partir de 2015. Entre 2003 e 2015, houve uma evolução positiva com a redução das taxas de mortes violentas. Esses indicadores refletem os esforços em melhorar a saúde da população do Acre, incluindo melhorias nas condições de saneamento, assistência de saúde e infraestrutura hospitalar. O Estado continua enfrentando desafios, mas mantém um compromisso em melhorar os índices de saúde e promover o bem-estar da população – Detalhes e informações atualizadas no Caderno Saúde.

## Saneamento Básico

A análise da vulnerabilidade social relacionada aos indicadores de saneamento básico indica que aproximadamente 68,7% dos domicílios no Acre tinham acesso ao serviço diário de coleta domiciliar de lixo, um percentual menor que a média da Região Norte (72,4%) e que a média nacional (84,4%). O acesso ao esgotamento sanitário é um desafio, considerando as condições geográficas e a dispersão populacional. Apenas 40,6% dos domicílios tinham escoamento de esgoto em 2019, em contraste com a média nacional

de 68,3%. Esses dados mostram que o Acre ainda enfrenta desafios significativos em saneamento básico, mas está relativamente mais bem posicionado em comparação com outros estados da Região Norte. No entanto, são necessários esforços para superar esses desafios e buscar soluções que garantam o acesso adequado aos serviços de saneamento nos próximos anos – Detalhes e informações atualizadas no Caderno Saneamento Básico.

## Infraestrutura

Em 2010, o Acre possuía 1.666 km de estradas oficiais e 7.756 km de estradas não oficiais, incluindo assentamentos. Cerca de 1.000 km de acessos ainda estão localizados em áreas protegidas. De acordo com a Confederação Nacional do Transporte (CNT), em 2017 a malha rodoviária total do Acre era de 9.259 km, sendo 16,1% pavimentadas (1.491,4 km). Houve

uma redução na malha rodoviária estadual nos últimos anos. Em 2017, o Acre possuía 7.323 km de rodovias não pavimentadas. Segundo o anuário da CNT, há planos de expansão da malha rodoviária no Acre, com previsão de aumento de 475,2 km – Detalhes e informações atualizadas no Caderno Infraestrutura.

O Acre enfrenta desafios relacionados à desi-

gualdade de renda, acesso limitado a serviços públicos básicos, pobreza e exclusão social. Investimentos em saúde, saneamento, infraestrutura, além de políticas públicas eficazes e ações integradas para redução da

vulnerabilidade social são necessários para melhorar as condições de vida e promover o desenvolvimento sustentável.

## V - Economia

O ZEE do Acre aponta que a maioria da população acriana está na faixa de População Economicamente Ativa (PEA). Pertence a esse grupo 54% da população, com idades até 24 anos, e 83% com até 44 anos. O Estado apresentou um forte crescimento econômico desde o início do século, tornando-se a segunda unidade da Federação que mais cresceu entre 2002 e 2014. No entanto, a crise de 2015 e 2016 afetou negativamente o crescimento, levando o Estado a cair para a 13ª posição entre 2002 e 2018 – Detalhes e informações atualizadas no Caderno Economia.

A agropecuária e a indústria desempenharam papéis importantes no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado após 2011. O Acre registrou melhorias consideráveis no PIB per capita, aumentando de R\$ 6.400/ano, em 2005, para R\$ 17.000/ano. A agropecuária teve um papel crescente na economia do Estado, ultrapassando a indústria, em 2016. A produção de banana, mandioca e milho desempenha um papel fundamental na agricultura, com variações na produção ao longo dos anos. A pecuária também é importante, com um aumento significativo no número de cabeças de gado, além da produção de carne e de leite. Na criação de suínos, o relatório aborda a presença de novas empresas que impactaram o aumento do rebanho, depois de anos de queda. Os dados de avicultura e piscicultura mostram que boa parte dos peixes é vendida para outros estados – Detalhes e informações atualizadas no Caderno Economia.

A indústria e o setor de serviços perderam par-

ticipação no Valor Adicionado Bruto (VAB) entre 2015 e 2018, enquanto a administração pública e a agropecuária mantiveram seu crescimento e representação. O município de Rio Branco tem a maior representação no VAB, dominando a indústria e contribuindo significativamente para o PIB – Detalhes e informações atualizadas no Caderno Economia.

A Produção de Extração Vegetal e Silvicultura (PEVS), incluindo produtos como madeira, açaí e castanhas, é relevante na economia extrativa do Acre. A castanha-do-brasil é a principal cultura temporária do Estado, seguida de açaí e madeira, enquanto a borracha apresenta uma tendência de queda – Detalhes e informações atualizadas no Caderno Extrativismo Vegetal.

O turismo é outro setor importante, atraindo um número crescente de visitantes para o Estado desde 2012. O número de estabelecimentos turísticos e emprego, nesse setor, aumentou. A inclusão do Acre no Programa de Regionalização do Turismo, do Ministério do Turismo, foi de grande importância para a regulamentação do turismo no Estado e expandiu o serviço para cinco rotas e dois polos, definidos pela Secretaria de Turismo, disseminando o turismo para além das regiões adjacentes de Rio Branco – Detalhes e informações atualizadas no Caderno de Turismo. Esses dados mostram a diversidade econômica do Acre, com setores como agropecuária, indústria, serviços e turismo desempenhando papéis importantes no desenvolvimento do Estado.

## VI - Bioeconomia

O conceito de Bioeconomia envolve manejo de florestas nativas, incluindo extração florestal madeireira e não madeireira, com o propósito de gerar produtos florestais de maneira sustentável. A produ-

ção florestal não madeireira, oriunda de florestas nativas, destaca-se no âmbito do conceito mundial de Bioeconomia. Trata-se de uma questão importante, em especial para as comunidades locais que fazem

o manejo dos produtos não madeireiros da floresta. Essa produção é a base da economia de uma série de comunidades agroextrativistas e contribui para as economias regionais que, por sua vez, contribuem para as economias nacionais e globais.

A fase III do ZEE relata que o extrativismo é uma atividade produtiva que se destaca no Acre, com relevância para as atividades produtivas não madei-

reiras: borracha, castanha e açaí. Sua importância se dá por meio da geração de emprego e renda para as comunidades extrativistas e por ser uma economia baseada na conservação das florestas.

Conforme a Tabela 3, o ZEE do Acre levantou informações da IBGE sobre produtos frutos do extrativismo e de Produção de Extração Vegetal e Silvicultura (PEVS).

Tabela 3 – VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (X 1.000) POR PRODUTO DE EXTRAÇÃO VEGETAL NO ESTADO DO ACRE

| ANO                   | 2005   | 2006   | 2007   | 2008   | 2009   | 2010   | 2011    | 2012   | 2013   | 2014   | 2015   | 2016   | 2017   | 2018   | 2019   |
|-----------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|---------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| <b>EM REAIS (R\$)</b> |        |        |        |        |        |        |         |        |        |        |        |        |        |        |        |
| Açaí                  | 352    | 393    | 666    | 743    | 916    | 923    | 1.256   | 1.391  | 2.791  | 4.269  | 7.085  | 5.567  | 5.333  | 5.160  | 5.524  |
| Castanha-do-brasil    | 15.375 | 12.253 | 12.142 | 9.281  | 8.475  | 14.083 | 19.328  | 23.794 | 22.671 | 27.393 | 39.285 | 31.814 | 26.624 | 35.102 | 36.373 |
| Borracha              | 3.616  | 2.883  | 2.592  | 2.135  | 1.501  | 1.843  | 2.003   | 1.733  | 2.126  | 1.250  | 823    | 643    | 1.052  | 944    | 1.450  |
| Fibras                | 12     | 15     | 17     | 61     | 134    |        |         |        | 2      | 2      | 2      | 3      | 3      | 2      | 2      |
| Carvão vegetal        | 610    | 642    | 720    | 819    | 998    | 1.125  | 1.697   | 1.561  | 1.410  | 1.625  | 2.224  | 2.247  | 1.970  | 1.873  | 1.956  |
| Lenha                 | 4.002  | 4.242  | 4.958  | 6.080  | 6.757  | 7.302  | 9.308   | 8.976  | 8.492  | 8.542  | 6.485  | 6.099  | 6.178  | 6.304  | 6.446  |
| Madeira em tora       | 13.043 | 12.532 | 11.893 | 7.047  | 6.500  | 7.819  | 75.441  | 47.371 | 44.608 | 29.693 | 24.504 | 16.228 | 15.767 | 14.242 | 17.952 |
| Oleaginosos           | 7      | 8      | 5      | 12     | 32     | 81     | 42      | 88     | 24     | 27     | 14     | 5      | 3      | 3      | 4      |
| Total do Estado       | 37.017 | 32.968 | 32.963 | 26.178 | 25.313 | 33.176 | 109.075 | 84.914 | 82.124 | 72.801 | 80.422 | 62.606 | 56.930 | 63.630 | 69.707 |

Fonte: Documento-Síntese da Fase III do ZEE-AC, 2021.

A partir desses dados, o documento-síntese da Fase III conclui que o valor produzido da castanha-do-brasil tem crescimento constante; a madeira em tora apresentou maior participação entre 2011 e 2013; o açaí revela forte crescimento nos anos recentes; e a borracha foi o único produto que apresentou queda no volume e valor da produção desde 2005.

O terreno argiloso do Acre é propício para a produção de copaíba, mas o levantamento de dados do IBGE não identifica essa produção em anos recentes.

Dos PEVS produzidos no Acre, 51% são castanha-do-brasil. O IBGE aponta tendência de expansão de produção para a castanha, açaí e madeira, e retração da produção de borracha. O relatório levanta que

55% da produção estadual dos PEVS se concentram em cinco municípios: Sena Madureira, Rio Branco, Brasileia, Feijó e Xapuri. Os municípios de Sena Madureira e Rio Branco possuem liderança estadual na produção de castanhas e madeira.

O documento-síntese do Zoneamento Ecológico Econômico aponta que deve ser procurada maior diversificação da PEVS para essas grandes oscilações de produto. Para uma análise municipal, Rio Branco (11,17 milhões), Sena Madureira (9,44 milhões), Xapuri (7,59 milhões) e Brasileia (5,50 milhões) foram os municípios com maior produção de PEVS – Detalhes e informações atualizadas no Caderno Extrativismo Vegetal.

O Estado do Acre tem se deparado com desafios significativos no que diz respeito aos desmatamentos, queimadas e à busca por práticas sustentáveis. Esses problemas acarretam impactos ambientais, sociais e econômicos, demandando esforços do governo e da sociedade para enfrentá-los.

Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), entre agosto de 2021 e julho de 2022, o Estado do Acre com uma área de 164.123,737 km<sup>2</sup>, perdeu cerca de 847 km<sup>2</sup> de cobertura florestal<sup>3</sup>, o 2º maior volume de toda a série histórica iniciada em 2004, abaixo apenas do resultado no período anterior (agosto/2022 – julho/2021)<sup>4</sup>, que foi de 889 km<sup>2</sup>. Para efeito comparativo, entre 2006 e 2017 a área desmatada por ano não atingiu 400 km<sup>2</sup> no Estado. O Acre tem adotado políticas para combater o desmatamento, destacando-se o Programa de Regularização Ambiental (PRA), que incentiva os proprietários rurais a aderirem à regularização ambiental de suas propriedades, promovendo o uso sustentável da terra e a preservação da floresta. Além disso, práticas inovadoras, como o Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (Sisa), têm sido implementadas para recompensar financeiramente aqueles que contribuem para a conservação da floresta, valorizando o papel das comunidades tradicionais, povos indígenas e agricultores familiares na proteção do meio ambiente. No 1º semestre de 2023, os alertas de desmatamento caíram 66%.<sup>5</sup>

## VII – Atualização de dados populacionais: o Censo de 2022

O IBGE tem como meta a realização de censo a cada 10 anos, com uma revisão intermediária de dados depois de cinco anos do censo. Muitos dos dados levantados no ZEE-AC, bem como nos diversos Cadernos do Acresce/Instituto Sapien, utilizavam como referência a projeção populacional que o IBGE fazia a

De acordo com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente - Sema, com base em dados do INPE, de janeiro a setembro de 2022 mais de 8.500 focos de incêndio foram registrados no Estado do Acre, o maior volume desde 2010<sup>6</sup>. Para mitigar esse problema, o governo tem investido em prevenção e controle, fortalecendo brigadas de incêndio, monitorando as áreas afetadas por meio de sistemas de satélite e promovendo campanhas de conscientização como o programa estadual “Agosto Verde”.

No que tange à sustentabilidade, o Acre tem se destacado como exemplo de práticas ambientalmente responsáveis. Praticamente metade do território do Acre é ocupada por Unidades de Conservação, como reservas extrativistas e florestas nacionais, desempenhando relevante papel na preservação da biodiversidade e no estímulo às atividades sustentáveis. O Estado tem investido na promoção da economia verde e na valorização dos produtos da sociobiodiversidade. Além disso, o Acre tem se destacado internacionalmente por suas políticas de baixo carbono, visando à redução das emissões de gases de efeito estufa e à promoção do desenvolvimento sustentável. O Estado foi reconhecido, por exemplo, pela implementação do Programa de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+), que busca compensar financeiramente os esforços de conservação.

partir do censo de 2010. Em 2015, em função da crise econômica que o País vivia, o IBGE deixou de realizar a revisão intermediária. Por fim, devido à crise econômica resultante das medidas sanitárias de proteção à pandemia de Covid-19, o IBGE não realizou o censo programado para 2020. Apenas 12 anos depois do úl-

<sup>3</sup>BRASIL. CONEA. Coordenação da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (.NOTA TÉCNICA Nº 1132/2022/SEI-MCTI. Brasília: CONEA, 2022. 5 p. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/composicao/conselhos/concea/paginas/Destaques/notas-do-concea>. Acesso em: 30 jul. 2024.

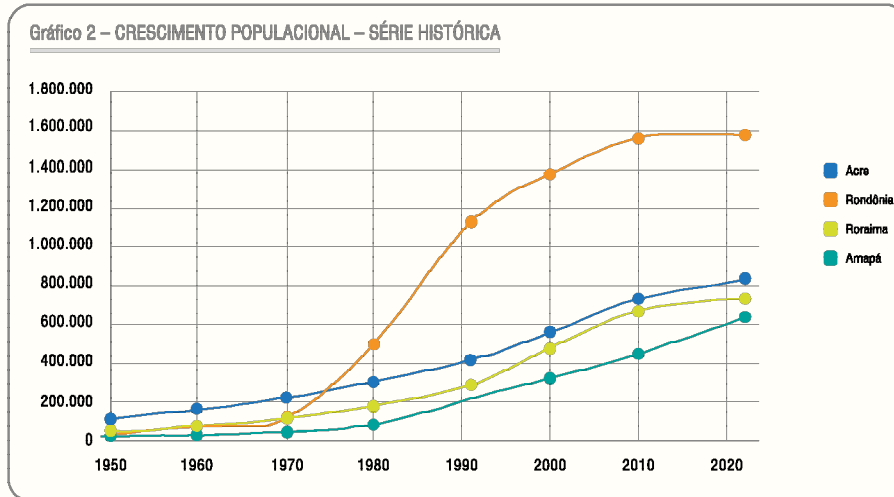
<sup>4</sup>ACRE. SEMAPI. . NOTA TÉCNICA DIREXE No. 09/2022: versão 1.0/20220611. Rio Branco: Semapi, 2022. 6 p. Disponível em: [http://semapi.acre.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2022/07/Nota\\_tecnica\\_09\\_Desmatamento\\_Maio\\_FINAL.pdf](http://semapi.acre.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2022/07/Nota_tecnica_09_Desmatamento_Maio_FINAL.pdf). Acesso em: 30 jul. 2024.

<sup>5</sup>ACRE. Janine Brasil. Agência de Notícias do Acre. Acre tem redução de 66% em alertas de desmatamento no primeiro semestre do ano. 2023. Disponível em: <https://agencia.ac.gov.br/acre-tem-reducao-de-66-em-alertas-de-desmatamento-no-primeiro-semester-do-ano/>. Acesso em: 30 jul. 2024.

<sup>6</sup>Por problemas técnicos no satélite, o Sema comparou os registros de 1º/jan a 21/set dos anos 2005, 2010, 2016, 2020, 2021 e 2022. Apenas 2005 teve maior incidência de queimadas que 2010. (ACRE, 2022a)

timo censo é que o IBGE teve a oportunidade de rever os dados projetados na década passada. Com a divulgação dos primeiros dados do Censo de 2022, constatou-se que a população brasileira, incluindo do Acre,

estava superestimada. Esses dados da população do Acre, no Censo de 2022, serão apresentados a seguir, adotando, como comparativo, os estados do Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima.



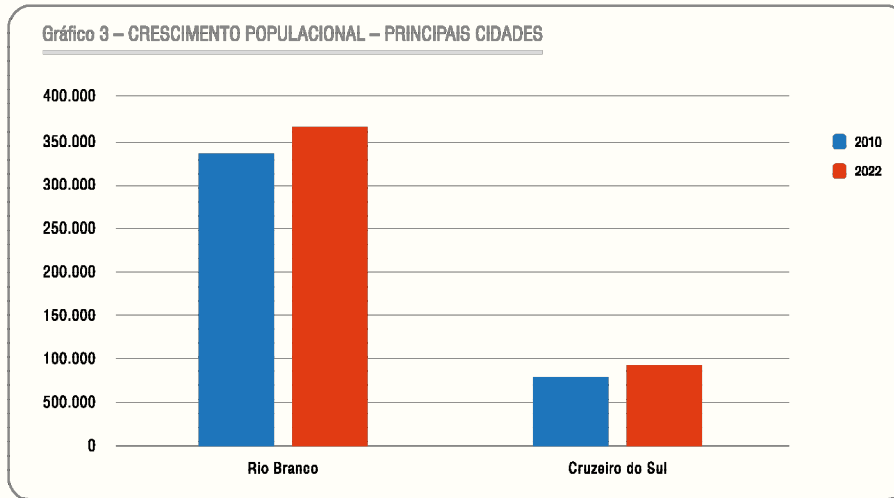
Fonte: Censo Demográfico/IBGE.

Entre os estados comparados, o Acre era o Estado mais populoso até o início da década de 1970. Desde então, Rondônia assumiu o posto de Estado mais populoso, com forte crescimento nas décadas de 1970 e 1980, mas desde 2010 apresenta estagnação – o crescimento anual de Rondônia foi de 0,1% ao ano na última década, sendo o 4º menor crescimento do País.

A população do Amapá chegou a ser bem próxima à população do Acre em 2010, mas na última década, enquanto o crescimento populacional do Amapá foi de 0,76% ao ano, a população acreana cresceu 1,06% ao ano, o 5º maior crescimento entre 2010 e 2022, tendo hoje quase 100 mil habitantes a mais que o Amapá.

Roraima sempre foi o estado/território menos populoso do País. Porém, na década passada, foi o Estado de maior crescimento no Brasil, de 2,92% ao ano.

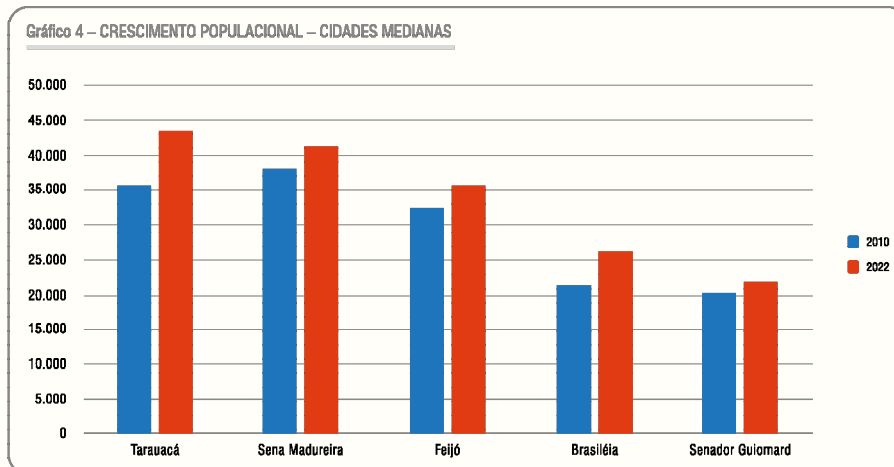
A população do Acre cresceu 13,2%, entre 2010 e 2022. A maior parte das cidades do interior cresceu acima dessa média, porém com uma redução relativa porque o índice é fortemente influenciado por Rio Branco, que foi de 9% – que apesar de ser um grande crescimento, foi menor que a média do Estado. A capital, que antes concentrava 46% dos acrianos, agora concentra 44%. Por outro lado, Cruzeiro do Sul cresceu 17%, mas esse resultado pouco influenciou na sua participação total sobre a população do Acre – em 2010 concentrava 10,7%, e em 2022 concentrava 11,1% da população do Estado.



Fonte: Censo Demográfico/IBGE, 2010 e 2022.

Entre cidades medianas, com população de 20 mil a 50 mil habitantes, Tarauacá e Brasileia cresceram

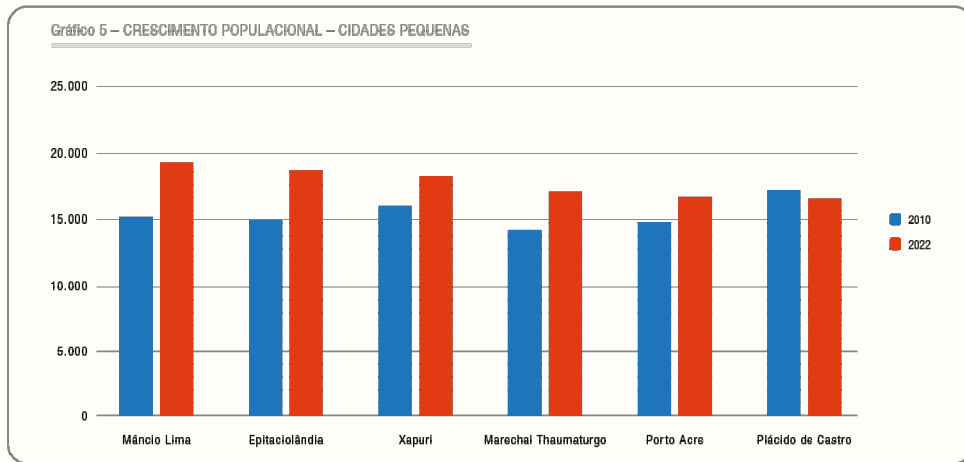
22%. Sena Madureira e Feijó cresceram 9%, enquanto Senador Guiomard cresceu 6%.



Fonte: Censo Demográfico/IBGE, 2010 e 2022.

Entre cidades pequenas, com população de 15 mil a 20 mil habitantes, Mâncio Lima cresceu 27%, Epitaciolândia cresceu 24% e Marechal Thaumaturgo

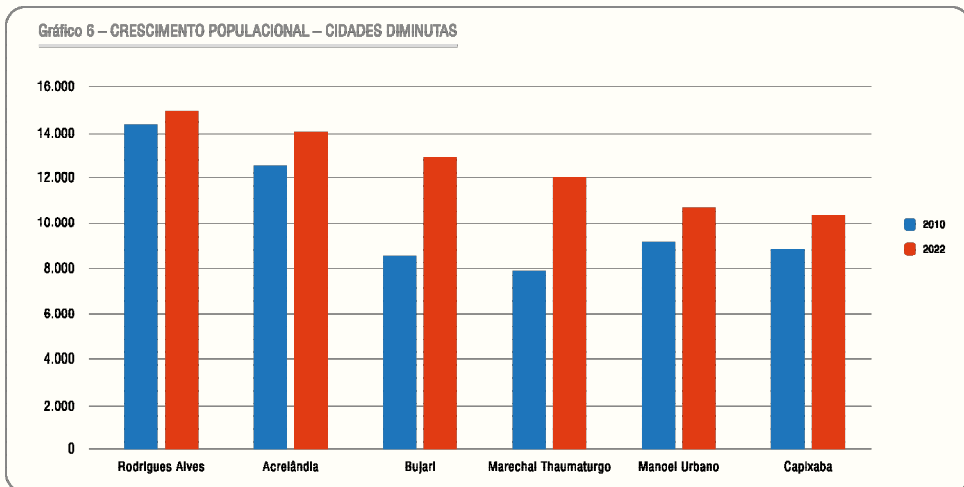
cresceu 20%. Xapuri e Porto Acre cresceram, respectivamente, 13% e 12%. Plácido de Castro, porém, teve queda de 4% em sua população.



Fonte: Censo Demográfico/IBGE, 2010 e 2022.

Entre as cidades com população de 10 mil a 15 mil habitantes, em 2022, Bujari e Manoel Urbano cresceram, respectivamente, 52% e 50%, sendo as duas cidades com maior crescimento em todo o Es-

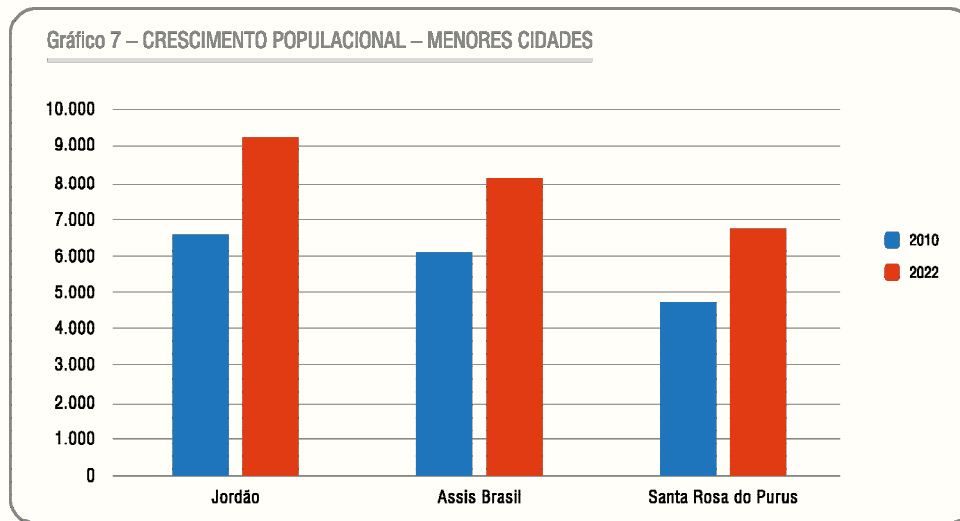
tado. Capixaba e Porto Walter cresceram, respectivamente, 18% e 17%. Acrelândia cresceu 12%, perto da média do Estado.



Fonte: Censo Demográfico/IBGE, 2010 e 2022.

Entre as menores cidades, com população de até 10 mil habitantes, em 2022, Assis Brasil cresceu

33%, Jordão cresceu 40% e Santa Rosa do Purus cresceu 43%.



Fonte: Censo Demográfico/IBGE, 2010 e 2022.

## Povos Tradicionais

O trecho seguinte complementa o Caderno Território e Povos, trazendo informações consolidadas sobre povos tradicionais, conforme delineado nos documentos-síntese da Fase II e da Fase III do Zoneamento Ecológico Econômico do Acre. O Caderno Território e Povos também contém dados atualizados sobre as Reservas Extrativistas (Resex).

Um povo pode ser denominado tradicional quando preserva um estilo de vida intrinsecamente ligado ao ambiente natural e depende dos recursos naturais para viver. O reconhecimento desse modo de vida foi estabelecido pelo Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 e ampliado pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Além dos indígenas e quilombolas, essa política inclui outros grupos tradicionais, tais como: castanheiros, extrativistas, faxinalenses, pescadores artesanais, quebradeiras de coco-babaçu, seringueiros, ribeirinhos, entre outros.

No Estado do Acre, diversas comunidades tradicionais desempenham papel relevante na preservação da cultura, do conhecimento ancestral e na conservação dos recursos naturais. Esses grupos possuem uma relação estreita com o ambiente em que vivem e mantêm práticas tradicionais e sustentáveis de subsistência.

No documento-síntese do ZEE, Fase III, consi-

dera-se que a dinâmica cultural de hoje foi construída a partir da ocupação humana de unidades territoriais e sua relação com esse território. Embora se eleja como principais grupos os indígenas, os ribeirinhos e os seringueiros, o documento ressalva que, em muitas situações, houve uma mescla de diferentes grupos – por exemplo, muitos ex-seringueiros, expulsos de suas terras na década de 1970, passaram a viver como posseiros em territórios de assentamentos. Ademais, no documento-síntese da Fase II, são descritos dois outros povos que, embora não se enquadrem na definição de povos tradicionais, migraram para a região e fazem parte da história de povoação do Estado: os sírios e libaneses, que atuavam como regatões – mascates dos rios amazônicos –, e os migrantes das regiões Sul e Sudeste que chegaram nos anos 1970 e 1980.

Estudos arqueológicos citados no documento-síntese estimam a presença humana no território acriano há mais de 10 mil anos. Os povos indígenas predominavam na região até a época em que o Acre passou a pertencer ao Brasil. No final do séc. XIX, esse território passou a incorporar seringueiros, de origem nordestina, que fugiam da seca para a inóspita floresta durante o Ciclo da Borracha e tornavam-se fregueses de patrões – alguns documentos citam o endividamento desses seringueiros. Conforme dissertação de

Cavalcanti (1994), os primeiros seringais se dispersaram no Estado em função da distribuição aleatória das seringueiras mata adentro, propiciando o surgimento de grandes propriedades. Segundo documento do ZEE-AC, Fase III, os seringueiros se impunham sobre as aldeias indígenas e realizavam as chamadas “correrias” – expedições que perseguiram indígenas com o objetivo de expulsá-los da terra e aprisionar mulheres e crianças. Os aculturados passavam, então, a ser denominados de caboclos (não índios).

A exploração da selva amazônica, durante o Ciclo da Borracha, significava o enfrentamento de muitos perigos e desafios, mas trouxe muita prosperidade para cidades como Manaus e Belém. Estrangeiros vieram para essas cidades, que foram influenciadas pela arquitetura europeia, criaram espaços culturais e ambas ganharam o apelido de Paris dos Trópicos. Com o fim do Ciclo da Borracha, a Região Norte não voltaria a viver um período tão próspero. No Acre, a população passou a diminuir – de 92 mil habitantes, em 1920, para 80 mil, em 1940. A mão de obra nordestina foi substituída pelo trabalho dos caboclos, os seringueiros incorporaram a economia de subsistência e os grupos indígenas refugiados passaram a adotar hábitos, ferramentas e o idioma dos não índios.

Conforme dissertação de Cavalcanti (1994), o Governo Federal chegou a elaborar um Plano de Defesa da Borracha, com isenções fiscais e outros estímulos à industrialização, além de investimentos em saúde e infraestrutura. Porém, a crise financeira mostrou que o plano era inviável. Durante a Segunda Guerra Mundial, com a dominação japonesa sobre os seringais asiáticos, os “Acordos de Washington” traziam empréstimos de 100 milhões de dólares para a produção de materiais estratégicos aos aliados, dos quais metade era destinada para a produção de borracha e a outra metade para programas de saúde na região.

Novamente os nordestinos, em especial os cearenses, eram recrutados como soldados da borracha. Foi criado o Banco de Crédito da Borracha e houve muito investimento na região. Esse novo ciclo, porém, não atinge as expectativas – a média de exportação

da borracha, entre 1941 e 1947, foi de apenas 37% em relação ao ano de 1912, quando houve a produção máxima. Com a decadência, muitos seringueiros passaram a se estabelecer na região periférica da capital.

O povoamento na Região Norte sofre diversas mudanças durante os governos militares. Em 1966, no contexto da Operação Amazônia, o Banco da Borracha muda seu nome para Banco da Amazônia, agora com foco no desenvolvimento regional e, em 1967, deixa de comprar borracha. Conforme o artigo da “Transferência de Tecnologias e suas Condicionantes de Sucesso – o caso de duas comunidades do Projeto de Assentamento Dirigido Pedro Peixoto, Acre”<sup>7</sup>, citando GONZAGA (2010), a base da economia acriana na década de 1970 estava assentada na atividade extrativa da borracha natural, madeira e castanha-do-brasil. A falência de seringais nativos nesse período trouxe vários investidores do centro-sul do País. Estes se tornaram donos de grandes extensões de terra, atraídos pelo baixo preço e, diferente dos moradores tradicionais, não tinham o objetivo de continuar com a produção de borracha, mas sim de desenvolver a pecuária extensiva, tornando-a a principal forma de exploração e uso da terra na região. É quando chegam grupos como Bordon, Viação Garcia, Santana Empreendimentos Agropastoris e Manasa.

Os programas de assentamento criados pelo Governo Federal, em meados da década de 1970, visavam colonizar e ocupar a Amazônia. Em 1978, foram estabelecidos dois Projetos de Assentamento Dirigidos (PAD) com a “finalidade primordial de construir as rodovias BR-364 e BR-317”, conforme o citado artigo. Os assentados eram formados por pessoas do sul e sudeste, pessoas da floresta ou de regiões rurais, depois de expulsas de suas terras.

As “correrias” perduraram até a década de 1970, quando começam as mobilizações indígenas. Durante todo o séc. XX, os povos indígenas se refugiaram, mas o avanço sobre suas terras nunca cessou: na década de 1990, “comerciantes, regatões, proprietários e moradores” avançaram com “atividades ilegais de retirada de madeira com fins comerciais, do que

<sup>7</sup>SILVA, Francisco de Assis Correia; GONZAGA, Dorila Silva de Oliveira Mota; LIMA, Raimundo Barros; PERES, Roberto Torres. Transferência de tecnologias e suas condicionantes de sucesso: o caso de duas comunidades do projeto de assentamento dirigido Pedro Peixoto, acre.. In: Congresso Da Sociedade Brasileira De Economia, Administração E Sociologia Rural, 52., 2014, Goiânia. Anais [...]. Goiânia: Sober, 2014. p. 1-14. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/970825/transferencia-de-tecnologias-e-suas-condicionantes-de-sucesso---o-caso-de-duas-comunidades-do-projeto-de-assentamento-dirigido-pedro-peixoto-acre>. Acesso em: 30 jul. 2024.

resultou a invasão de várias terras Indígenas e dos seringais”, conforme o documento do ZEE-AC, que destaca a continuidade desse avanço até hoje, embora em menor escala.

Diferente de outros estados da Região Norte, alterados por migrantes do sul e sudeste, no Acre, os seringueiros, indígenas e pequenos agricultores se organizaram com o apoio da Igreja, da Contag e de sindicatos de entidades políticas, passando a reagir às mudanças. O documento-síntese da Fase II cita os assassinatos de Wilson Pinheiro e Chico Mendes, res-

pectivamente em 1980 e 1988, como representativos desse período de conflitos, o que trouxe visibilidade internacional para a questão fundiária na região e resultou em diversas experiências de preservação ambiental.

Nos próximos trechos serão descritos três povos: os indígenas, os ribeirinhos e os primeiros assentados. Informações detalhadas sobre algumas comunidades ribeirinhas são apresentadas no trecho sobre Reservas Extrativistas.

## Povos Indígenas, Ribeirinhos e os Primeiros Assentados

Os indígenas representam uma parte significativa da população do Acre, com mais de 20 etnias, segundo o IBGE. O Censo de 2022 revela 3,82% de população indígena no Estado, sendo esse o 4º maior percentual do Brasil. Em Santa Rosa do Purus são 63,91% e em Feijó, 44,62%. Essas comunidades possuem uma forte conexão com a terra, preservam seus territórios e detêm conhecimentos tradicionais sobre plantas medicinais, técnicas agrícolas e práticas sustentáveis. Os ribeirinhos vivem nas margens dos rios e dos lagos amazônicos, e contribuem para a conservação dos recursos hídricos por meio de seus saberes acerca dos

ciclos dos rios e da dinâmica dos ecossistemas aquáticos.

No contexto da integração nacional, do desenvolvimento regional e da soberania promovidos durante o regime militar, o Acre abrigou projetos de assentamento com pessoas que migraram da Região Sul. Em 1978, dois Projetos de Assentamento Dirigido (PAD) tiveram início – o Pedro Peixoto e o Boa Esperança. Embora não sejam categorizados como povos tradicionais, os “sulistas” também exerceram influência sobre o território e o PAD Pedro Peixoto será abordado neste anexo.

### I – Povos Indígenas

Este capítulo contém informações do Censo Indígena 2022, divulgadas em agosto de 2023 pelo IBGE. Quando pertinente, recorre a censos indígenas anteriores, a fontes governamentais e associações civis diversas – em especial ao projeto Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre, da Comissão Pró-Índio –, a textos legais da Funai e outras legislações. Os seguin-

tes artigos também foram usados como referência: “Histórico social, demográfico e de saúde dos povos indígenas do Estado do Acre, Brasil<sup>9</sup>”; “Com turismo suspenso, indígenas do Acre aguardam imunização para reabrir<sup>10</sup>” e “Etnoturismo: nove aldeias acrianas que atraem turistas por suas tradições culturais<sup>11</sup>”.

<sup>9</sup>COMISSÃO PRÓ ÍNDIO DO ACRE (Acre). Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre. Rio Branco: Cpi-Acre, 2020. Disponível em: <https://www.amazonfund.gov.br/pt/projeto/Cadeias-de-Valor-em-Terras-Indigenas-no-Acre/>. Acesso em: 20 jul. 2024.

<sup>10</sup>BORGES, Maria Fernanda de Sousa Oliveira; SILVA, Ilce Ferreira da; KOIFMAN, Rosalina. Histórico social, demográfico e de saúde dos povos indígenas do estado do Acre, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.L.], v. 25, n. 6, p. 2237-2246, jun. 2020. FapUNIFESP. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/56907>. Acesso em: 30 jul. 2024.

<sup>11</sup>PONTES, Fábio. Com turismo suspenso, indígenas do Acre aguardam imunização para reabrir. 2021. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/com-turismo-suspenso-indigenas-do-acre-aguardam-imunizacao-para-reabrir/>. Acesso em: 30 jul. 2024.

<sup>12</sup>BACELLAR, Clarissa. Etnoturismo: 9 aldeias acreanas que atraem turistas por suas tradições culturais. 9 aldeias acreanas que atraem turistas por suas tradições culturais. 2022. Disponível em: <https://portalamazonia.com/acre/etnoturismo-9-aldeias-acreanas-que-atraem-turistas-por-suas-tradicoes-culturais/>. Acesso em: 30 jul. 2024.

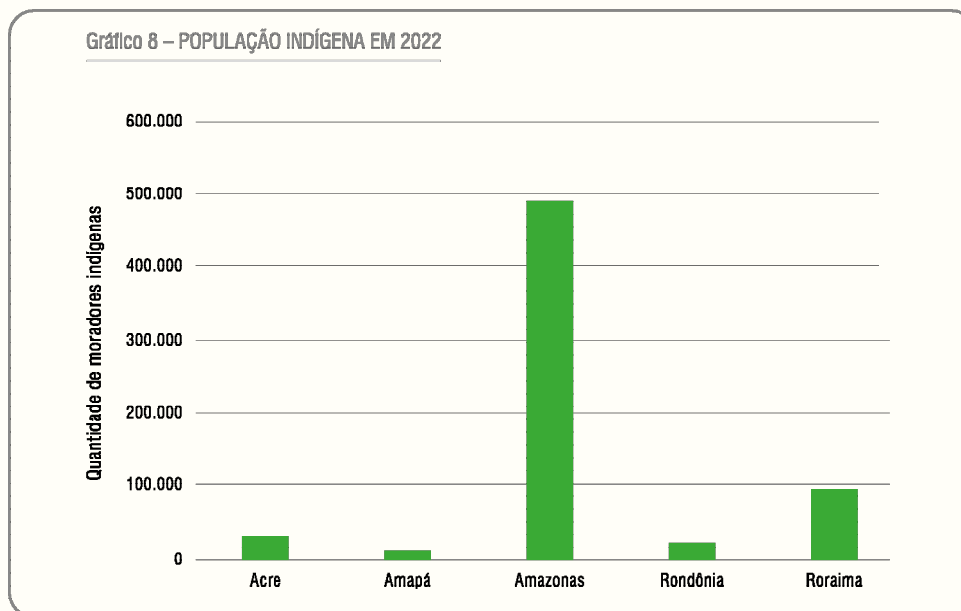
## População Indígena

Os dados preliminares do Censo Demográfico Indígena 2022 foram divulgados em agosto de 2023, apresentando dados de população e domicílio. Futuramente, o IBGE deve divulgar as informações completas do censo indígena, como levantamentos sobre educação e saúde.

A informação requerida para que uma pessoa seja considerada indígena é autodeclaratória. No Censo de 2010, essa declaração vinha diante da pergunta sobre cor ou raça da pessoa entrevistada, para a qual ela poderia responder ser branca, preta, amarela, parda ou indígena (opções no questionário nessa ordem), mas o IBGE considerou haver inadequação metodológica, já que algumas pessoas, embora vivessem em aldeias e tivessem características culturais indígenas, por alguma razão qualquer respondiam ser pardas ou brancas (um dos problemas relatados pelo IBGE no Manual do Recenseador PCT – Povos e Comunidades

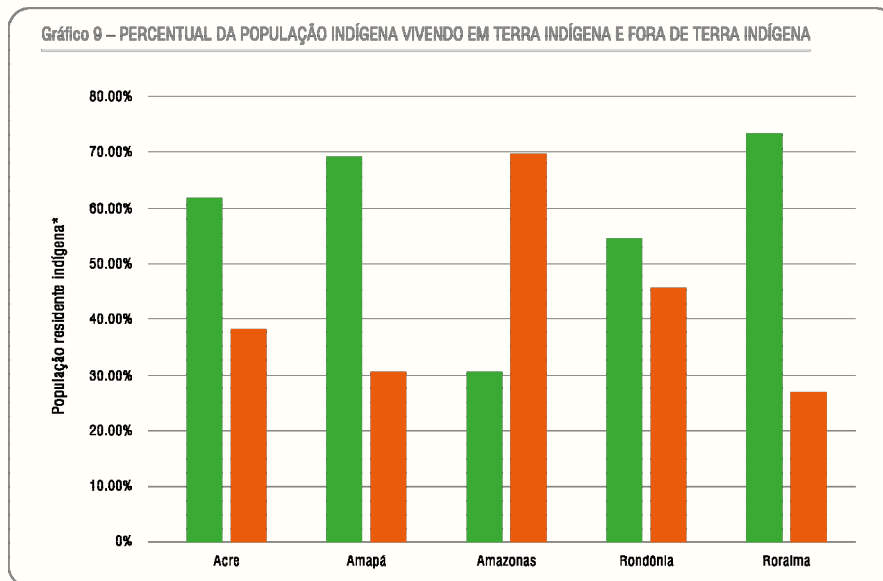
Tradicionais é que nem mesmo as palavras “índio” e “indígena” existem em algumas línguas). Por isso, para o Censo de 2022, além da pergunta sobre cor ou raça e as mesmas opções (na mesma ordem), o IBGE incluiu mais um critério: se a entrevista acontecia em uma área indígena e a entrevistada respondesse ser de outra raça ou cor que não a indígena<sup>12</sup>, era feita uma segunda pergunta: se ela se considerava indígena.

Os dados preliminares revelam que a população indígena do Acre é de 31.699 habitantes, dos quais 61,79% vivem em terras indígenas e 38,21% estão fora dessas terras. Esse total representa 3,8% de toda a população do Estado e é o 13º maior quantitativo do Brasil (Amazonas é o 1º e Roraima é o 5º); em termos percentuais, é o 4º maior, sendo Roraima (15,29%) o Estado com o maior percentual de indígenas na população, seguido do Amazonas (12,45%).



Fonte: Censo Demográfico/IBGE, 2010 e 2022.

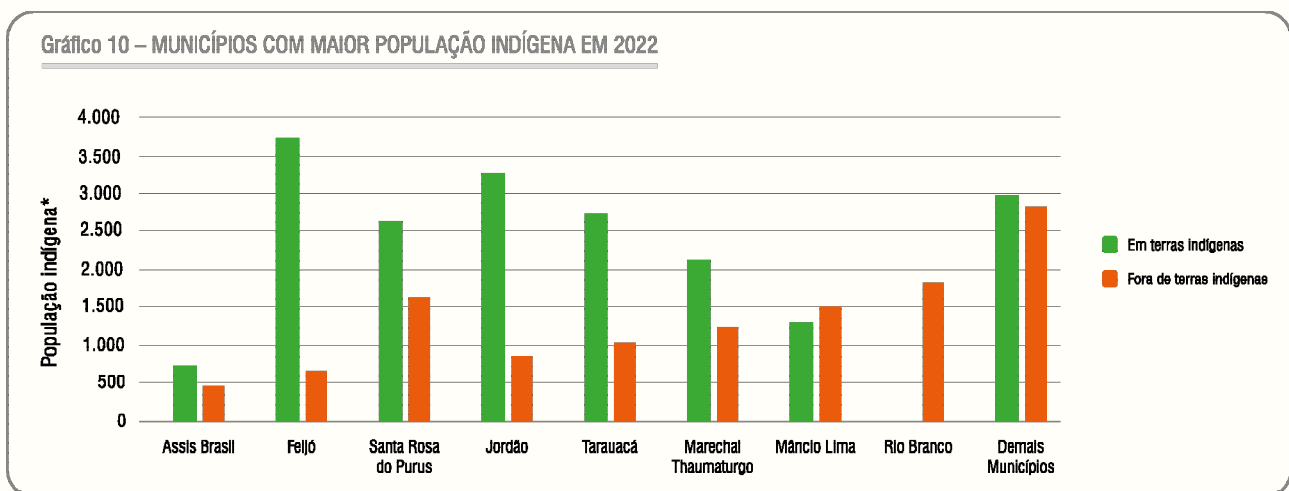
<sup>12</sup>Terra Indígena, Agrupamento Indígena (conjunto de 15 ou mais indígenas, em moradias contíguas, vinculados por laços familiares ou comunitários, dentro ou fora de TI) ou Área de Interesse Operacional Indígena (regiões delineadas pelo IBGE exclusivamente com a finalidade estatística, fora das comunidades tradicionais previamente identificadas). O IBGE realizou o Censo Demográfico em todas as Terras Indígenas, exceto as habitadas exclusivamente por indígenas considerados “isolados”.



Fonte: Censo Demográfico/IBGE, 2023.

Os municípios com maior porcentagem de índios ocupantes dessas terras são: Feijó (84,78%), Jordão (79,61%) e Tarauacá (72,9%).

Os municípios com menor porcentagem de índios ocupantes dessas terras são: Cruzeiro do Sul (48,09%), Manuel Urbano (48,02%) e Sena Madureira (42,53%).



Fonte: Censo Demográfico/IBGE, 2023.

Os municípios que menos possuem indígenas fora de terras indígenas são: Cruzeiro do Sul (48,09%);

Manuel Urbano (48,02%) e Sena Madureira (42,53%).

Tabela 4 – VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (X 1.000) POR PRODUTO DE EXTRAÇÃO VEGETAL NO ESTADO DO ACRE

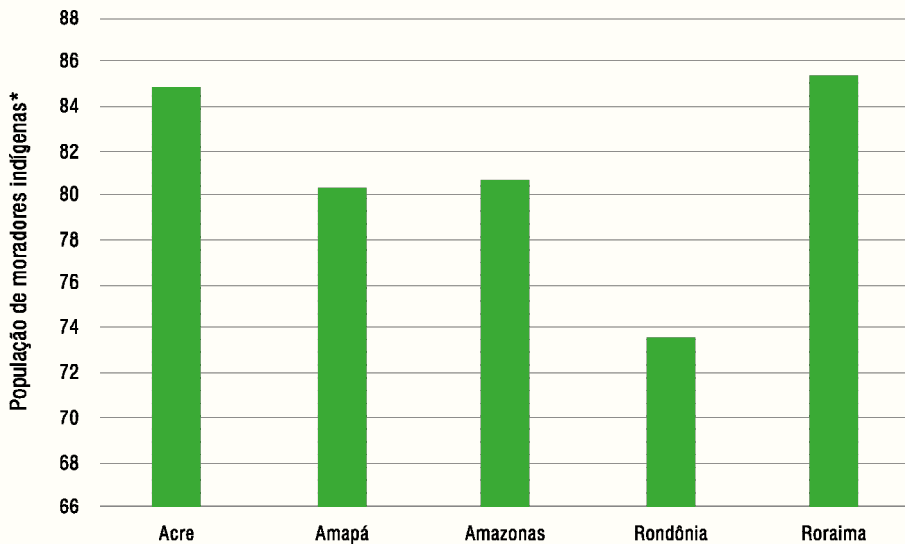
| Municípios           | Total | Em Terra Indígena | Fora de Terra Indígena |
|----------------------|-------|-------------------|------------------------|
| Assis Brasil         | 1.207 | 61,39%            | 38,61%                 |
| Brasileia            | 282   | 0%                | 100%                   |
| Bujari               | 30    | 0%                | 100%                   |
| Capixaba             | 7     | 0%                | 100%                   |
| Cruzeiro do Sul      | 1.678 | 51,91%            | 48,09%                 |
| Epitaciolândia       | 26    | 0%                | 100%                   |
| Feijó                | 4.436 | 84,78%            | 15,22%                 |
| Jordão               | 4.115 | 79,61%            | 20,39%                 |
| Mâncio Lima          | 2.827 | 46,30%            | 53,70%                 |
| Manoel Urbano        | 962   | 51,98%            | 48,02%                 |
| Marechal Thaumaturgo | 3.355 | 63,16%            | 36,84%                 |
| Plácido de Castro    | 52    | 0%                | 100%                   |
| Porto Acre           | 82    | 0%                | 100%                   |
| Porto Walter         | 868   | 75,35%            | 24,65%                 |
| Rio Branco           | 1.827 | 0%                | 100%                   |
| Rodrigues Alves      | 85    | 0%                | 100%                   |
| Santa Rosa do Purus  | 4.297 | 61,41%            | 38,59%                 |
| Sena Madureira       | 1.681 | 57,47%            | 42,53%                 |
| Senador Guiomard     | 34    | 0%                | 100%                   |
| Tarauacá             | 3.775 | 72,90%            | 27,10%                 |
| Xapuri               | 43    | 0%                | 100%                   |

Fonte: Censo Demográfico/IBGE, 2023.

No que concerne a representatividade, os municípios com os maiores percentuais de indígenas em relação ao total da população são: Santa Rosa do Purus (63,91%), Jordão (44,62%) e Marechal Thaumaturgo (19,63%).

No Acre, o percentual de moradores indígenas em domicílios com pelo menos um indígena é o 3º maior do Brasil (em média 84,93%), atrás de Roraima e Mato Grosso.

Gráfico 11 – PERCENTUAL DE MORADORES INDÍGENAS EM DOMICÍLIOS COM PELO MENOS UM MORADOR INDÍGENA

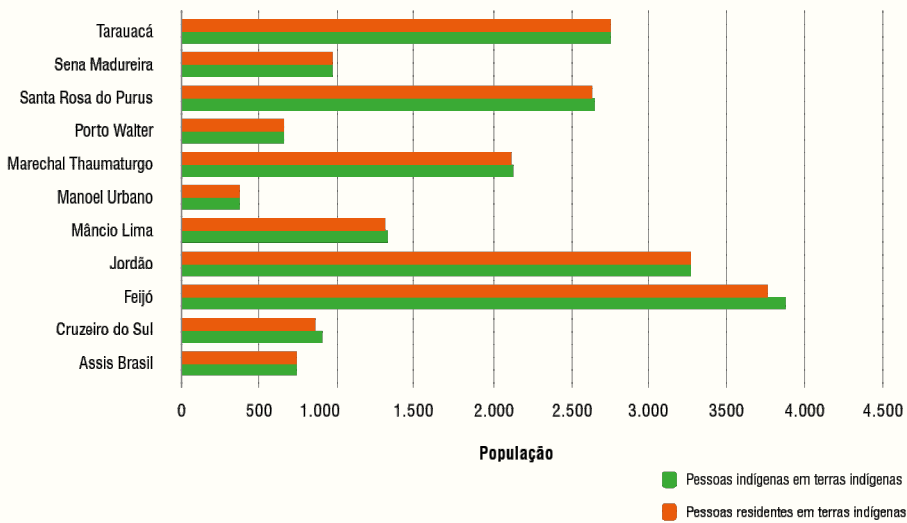


Fonte: Censo Demográfico/IBGE, 2023.

Em áreas demarcadas como reservas indígenas em situação de declaradas, homologadas, regularizadas ou encaminhadas como Reservas Indígenas pela Funai, nem todos os residentes são indígenas. O grá-

fico a seguir apresenta o comparativo, por município, do total da população geral e do total da população indígena. Em Feijó e Cruzeiro do Sul há maior quantidade de pessoas não indígenas nas terras oficiais.

Gráfico 12 – MUNICÍPIOS COM TERRAS INDÍGENAS OFICIAIS, POR POPULAÇÃO TOTAL E INDÍGENA EM 2022

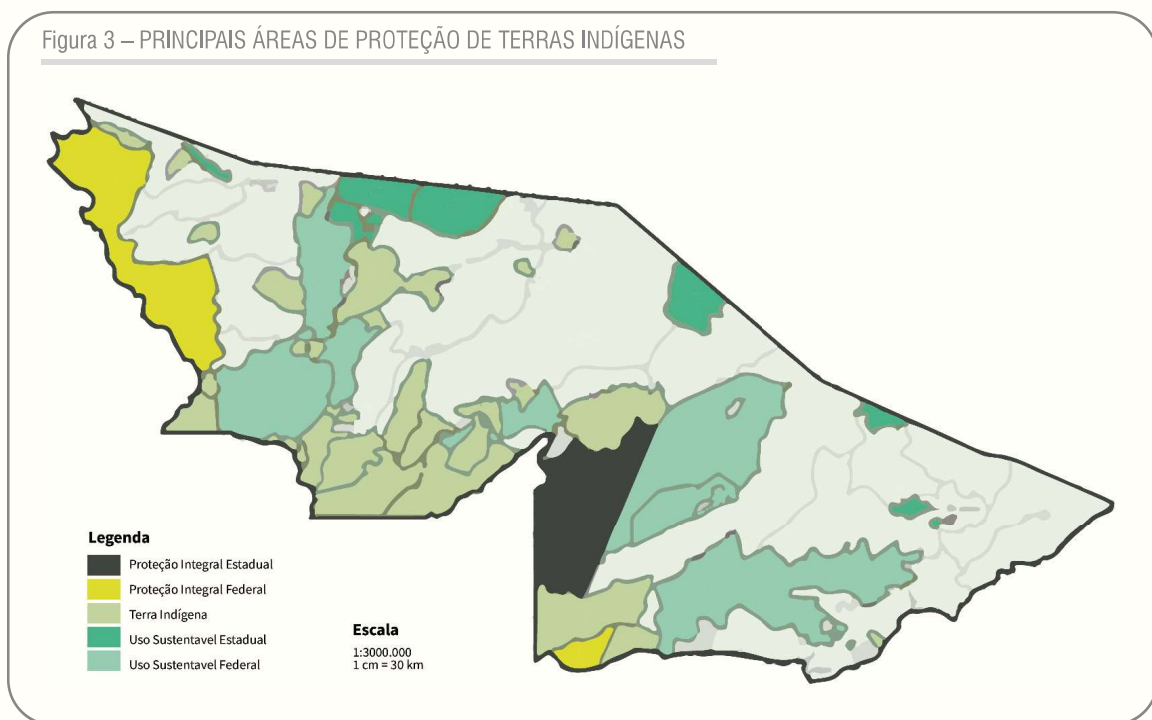


Fonte: Censo Demográfico/IBGE, 2023.

## Terras Indígenas

As Terras Indígenas (TIs) do Estado do Acre fazem parte do Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas. Nos últimos 30 anos, foram reconhecidas 34 Terras Indígenas destinadas a 14 povos, que correspondem a 2.390.112 ha ou 14,55% da área do Estado, um quantitativo que representa 6,73% das 505 Terras Indígenas brasileiras, equivalente a 2,24% da área de

todas as TIs. Conforme o Censo 2022, a população indígena vivendo nas Terras Indígenas do Acre é de 19.588 pessoas. A seguir, a Figura 3 apresenta o mapa territorial das áreas protegidas pelos governos federal e estadual, incluindo as Terras Indígenas situadas ao lado de outras Unidades de Conservação.



Fonte: Base de dados geográficos do ZEE /AC, Fase II, 2006.

De acordo com os dados da Funai atualizados em 2021, o Acre tem 246 aldeias indígenas, divididas

entre os seguintes municípios listados na tabela abaixo:

Tabela 5 – TOTAL DE ALDEIAS POR MUNICÍPIO

|                      |    |
|----------------------|----|
| Assis Brasil         | 26 |
| Cruzeiro do Sul      | 10 |
| Feijó                | 44 |
| Jordão               | 33 |
| Mâncio Lima          | 10 |
| Manoel Urbano        | 5  |
| Marechal Thaumaturgo | 17 |
| Porto Walter         | 9  |
| Rodrigues Alves      | 4  |
| Santa Rosa do Purus  | 46 |
| Sena Madureira       | 4  |
| Tarauacá             | 38 |

Fonte: Funai, 2021.

A legislação de demarcação de Terras Indígenas tem sido objeto de disputa política e técnica. O Projeto de Lei nº 2.903, de 2023, visa criar um marco temporal e alterar os dispositivos vigentes que regulamentam o art. 231 da Constituição Federal. O projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados e está em tramitação no Senado.

Atualmente, de acordo com a Funai, as fases do procedimento demarcatório das terras tradicionalmente ocupadas são definidas pelo Decreto nº 1.775, de 1996, e terminam com a homologação e registro da área em nome da União, com usufruto dos povos indígenas. As fases do procedimento demarcatório são as seguintes:

- Em estudo: realização de estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais que fundamentam a delimitação da terra indígena;
- Delimitadas: terras que tiveram a conclusão dos estudos publicados no Diário Oficial da União pela Funai e se encontram em análise para expedição de

Portaria Declaratória da Posse Tradicional Indígena;

- Declaradas: terras que obtiveram a expedição da Portaria Declaratória e estão autorizadas para demarcação;
- Homologadas: terras demarcadas que tiveram seus limites homologados pela Presidência da República;
- Regularizadas: terras que, após a homologação de seus limites, foram registradas em cartório, em nome da União (Serviço de Patrimônio da União), nos termos do artigo 246, §2º da Lei 6.015/73;
- Reservas indígenas: terras doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União, que não se confundem com as de posse tradicional e, por esse motivo, não se submetem aos procedimentos descritos.

Em alguns casos, pode haver restrição de uso e ingresso de terceiros, mediante publicação de Portaria pela Presidência da Funai, ocasião em que as áreas são interditas, nos termos do art. 7º, do Decreto 1.775/96. As Reservas Indígenas podem estar em

<sup>13</sup>Agência Senado. Projeto do marco temporal das terras indígenas chega ao Senado. Agência Senado, Brasília, jun. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/06/01/projeto-do-marco-temporal-das-terras-indigenas-chega-ao-senado#:~:text=O%20projeto%20que%20trata%20do,tramitar%20como%20PL%202.903%2F2023>. Acesso em: 30 jul. 2024.

duas situações:

- Encaminhadas à constituição de Reserva Indígena (RI): áreas que se encontram em procedimento administrativo de constituição de reserva (compra direta, desapropriação ou doação) ainda não finalizado.

- Regularizadas: áreas que se encontram em procedimento administrativo de constituição de reserva (compra direta, desapropriação ou doação) já finalizado e a área registrada em cartório imobiliário em nome da União, com usufruto indígena.

De acordo com a Funai, o Acre tem 27 terras indígenas de diferentes etnias regularizadas em diversos municípios. Tem duas terras homologadas em Marechal Thaumaturgo (etnia Arara do Acre), Santa Rosa do Purus e Feijó (Isolados). Há uma terra indígena declarada em Tarauacá (etnias Katukina e Yawanawá) e uma terra encaminhada para Reserva Indígena, em estudo, no município de Jordão (etnia Kaxinawá – em

estudo e isolados – RI)<sup>14</sup>.

A Rodovia Transoceânica, também denominada Estrada do Pacífico, passa por perto de terras indígenas no lado brasileiro e no lado peruano, incluindo áreas por onde circulam indígenas de tribos não contatadas. Parte das Terras Indígenas do Acre constituem um mosaico contínuo de áreas protegidas ao longo da fronteira internacional com o Peru, onde a biodiversidade está protegida, o que exige atenção redobrada do poder público, bem como a continuidade das articulações diplomáticas e do diálogo com as organizações indígenas e as de diferentes movimentos da sociedade civil. A outra parte das Terras Indígenas do Estado fica em área de influência da BR-317 e da BR-364. A tabela seguinte mostra as Áreas Protegidas do Acre situadas na fronteira internacional Brasil-Peru.

Tabela 6 – TOTAL DE ALDEIAS POR MUNICÍPIO

| Categorias              | Terras                              | Extensão (ha)    |
|-------------------------|-------------------------------------|------------------|
| Terras Indígenas        | Cabeceira do Rio Acre               | 78.513           |
|                         | Mamoadate                           | 313.647          |
|                         | Riozinho do Alto Envira             | 260.970          |
|                         | Kampa e Isolados do Rio Envira      | 232.795          |
|                         | Alto Tarauacá                       | 142.619          |
|                         | Kaxinawa do Rio Jordão              | 87.293           |
|                         | Kaxinawa/Ashaninka do Rio Breu      | 31.277           |
|                         | Kampa do Rio Amônia                 | 87.205           |
| Sub-total               | 8                                   | 1.234.319        |
| Unidades de Conservação | Estação Ecológica Rio Acre          | 84.387           |
|                         | Parque Estadual do Chandless        | 695.303          |
|                         | Reserva Extrativista do Alto Juruá  | 538.492          |
|                         | Parque Nacional da Serra do Divisor | 784.079          |
| Sub-total               | 4                                   | 2.102.261        |
| <b>TOTAL</b>            | <b>12</b>                           | <b>3.336.580</b> |

Fonte: Funai, 2021.

<sup>14</sup>BRASIL. FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS. Demarcação. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/demarcacao-de-terras-indigenas>. Acesso em: 30 jul. 2024.

Tabela 7 – ÁREAS PROTEGIDAS NA FAIXA DE FRONTEIRA ENTRE BRASIL E PERU

| Categorias              | Terras                              | Extensão (ha)    |
|-------------------------|-------------------------------------|------------------|
| Terras Indígenas        | Cabeceira do Rio Acre               | 78.513           |
|                         | Mamoadate                           | 313.647          |
|                         | Riozinho do Alto Envira             | 260.970          |
|                         | Kampa e Isolados do Rio Envira      | 232.795          |
|                         | Alto Tarauacá                       | 142.619          |
|                         | Kaxinawa do Rio Jordão              | 87.293           |
|                         | Kaxinawa/Ashaninka do Rio Breu      | 31.277           |
|                         | Kampa do Rio Amônia                 | 87.205           |
| Sub-total               | 8                                   | 1.234.319        |
| Unidades de Conservação | Estação Ecológica Rio Acre          | 84.387           |
|                         | Parque Estadual do Chandless        | 695.303          |
|                         | Reserva Extrativista do Alto Juruá  | 538.492          |
|                         | Parque Nacional da Serra do Divisor | 784.079          |
| Sub-total               | 4                                   | 2.102.261        |
| <b>TOTAL</b>            | <b>12</b>                           | <b>3.336.580</b> |

Fonte: Documento-Síntese do ZEE Fase II, 2006.

Um levantamento de 2009 apresenta a população, o número de aldeias e a etnia de cada terra in-

dígena, conforme tabela abaixo:

Tabela 8 – POPULAÇÃO INDÍGENA POR ETNIA E TERRA INDÍGENA NO ACRE EM 2009

| POVOS E TERRAS INDÍGENAS NO ESTADO DO ACRE |                                    |                      |               |            |                  |
|--|------------------------------------|----------------------|---------------|------------|------------------|
| Município                                  | Terra Indígena                     | Povo                 | Pop.          | Aldeias    | Extensão (ha)    |
| Assis Brasil                               | Cabeceira do Rio Acre              | Jaminawa             | 284           | 04         | 78.513           |
|  |                                    | Manchineri           | 59            | 01         |                  |
| Assis Brasil e Sena Madureira              | Mamoodate                          | Manchineri           | 937           | 10         | 313.647          |
|  |                                    | Jaminawa             | 304           | 05         |                  |
| Sena Madureira                             | Jaminawa do Guajará                | Jaminawa             | 92            | 01         |                  |
|  | Manchineri do Seringal Guanabara   | Manchineri           | 166           | 01         |                  |
|  | Jaminawa do Rio Caeté              | Jaminawa             | 158           | 03         |                  |
| Santa Rosa e Manoel Urbano                 | Alto do Rio Purus                  | Kaxinawá             | 1.411         | 12         | 263.130          |
|  |                                    | Kulina               | 868           | 14         |                  |
| Santa Rosa e Feijó                         | Riozinho do Alto Envira            | Isolados             |               |            | 260.970          |
|  |                                    | Ashaninka            | 15            | 01         |                  |
| Feijó                                      | Jaminauá/Envira                    | Ashaninka            | 134           | 03         | 80.618           |
|  | Kampa e Isolados do Rio Envira     | Ashaninka            | 358           | 08         | 232.795          |
|  |                                    | Isolados             |               |            |                  |
|  | Kaxinawá do Rio Humaitá            | Kaxinawá             | 381           | 05         | 127.383          |
|  | Kulina do Rio Envira               | Kulina               | 281           | 06         | 84.364           |
|  | Kulina do Igarapé do Pau           | Kulina               | 158           | 04         | 45.590           |
|  | Kaxinawá Nova Olinda               | Kaxinawá             | 310           | 03         | 27.533           |
|  |                                    | Kulina               | 60            | 01         |                  |
|  | Kaxinawá do Seringal Curralinho    | Kaxinawá             | 84            | 02         |                  |
|  | Katukina/Kaxinawá                  | Kaxinawá             | 467           | 03         | 23.474           |
| Shanenawá                                  | 641                                | 04                   |               |            |                  |
| Taruacá                                    | Kaxinawá Igarapé do Caucho         | Kaxinawá             | 561           | 04         | 12.318           |
|  | Kaxinawá da Colônia 27             | Kaxinawá             | 141           | 01         | 105              |
|  | Kaxinawá da Praia do Carapaná      | Kaxinawá             | 538           | 07         | 60.698           |
|  | Kampa do Igarapé Primavera         | Ashaninka            | 30            | 02         | 21.987           |
|  | Rio Gregório                       | Yawanawá             | 493           | 07         | 187.400          |
| Katukina                                   |                                    | 77                   | 01            |            |                  |
| Feijó e Jordão                             | Alto Taruacá                       | Isolados             |               |            | 142.619          |
|  | Kaxinawá do Rio Jordão             | Kaxinawá             | 1.249         | 20         | 87.293           |
| Jordão                                     | Kaxinawá do Baixo do Rio Jordão    | Kaxinawá             | 521           | 08         | 8.726            |
|  | Kaxinawá do Seringal Independência | Kaxinawá             | 221           | 04         | 14.750           |
| Jordão e Marchal Thaumaturgo               | Kaxinawá - Ashanika do Rio Breu    | Kaxinawá             | 695           | 05         | 31.277           |
|  |                                    | Ashaninka            | 70            | 01         |                  |
| Marcchal Thaumaturgo                       | Jaminawa-Arara do Rio Breu         | Jaminawa-Arara       | 287           | 05         | 28.926           |
|  | Kutanawa                           | Kutanawa             | 400*          | 02         |                  |
|  | Kampa do Rio Amônia                | Ashaninka            | 450           | 01         | 87.205           |
|  | Arara do Rio Amônia                | Arara                | 385           | 01         | 20.764           |
| Porto Walter                               | Arara do Igarapé Humaitá           | Shawádwawa           | 617           | 08         | 87.571           |
| Cruzeiro do Sul                            | Campinas/Katukina                  | Katukina             | 531           | 06         | 32.624           |
|  |                                    | Jaminawa             | 171           | 03         | 25.652           |
|  |                                    | Jaminawa-Arara       | 40            | 01         |                  |
| Mâncio Lima                                | Poyanawa                           | Poyanawa             | 563           | 02         | 24.499           |
|  | Nukini                             | Nukini               | 700           | 03         | 27.264           |
|  | Nawa                               | Nawa                 | 380           | 03         |                  |
| <b>TOTAIS = 11</b>                         | <b>35</b>                          | <b>15 + ISOLADOS</b> | <b>16.288</b> | <b>186</b> | <b>2.439.695</b> |

Fonte: Povos indígenas do Acre, 2009<sup>15</sup>.

## Educação

No censo Indígena IBGE 2010, o nível educacional dos indígenas brasileiros era inferior ao nível dos brasileiros não indígenas, especialmente na área rural. A taxa de alfabetização de crianças com mais de

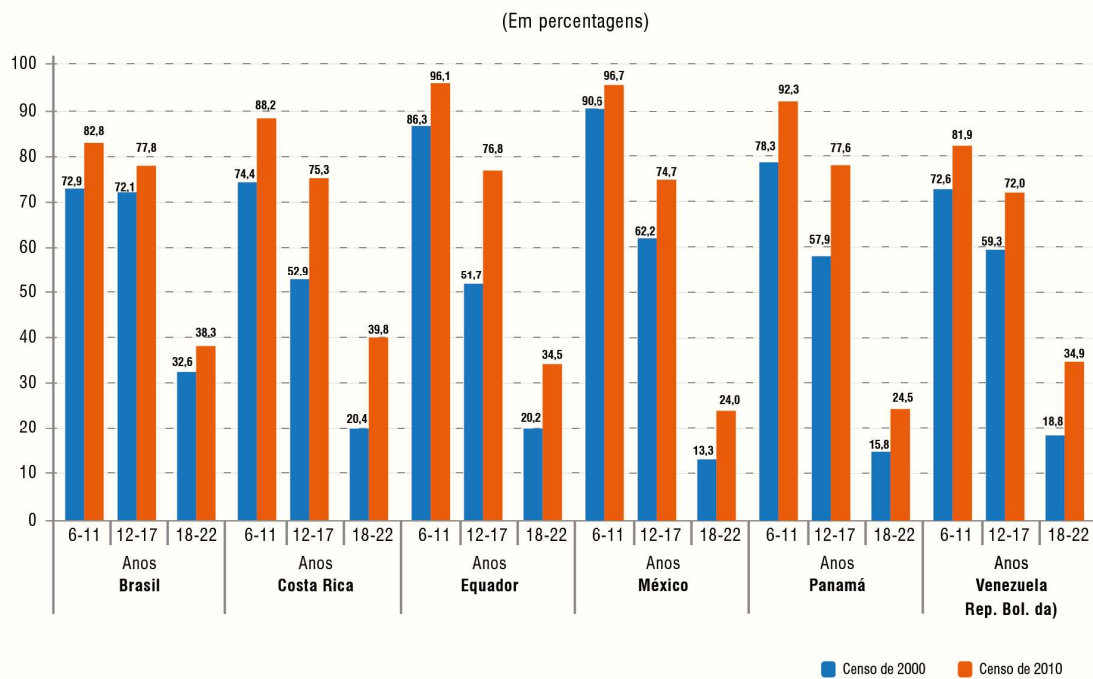
15 anos era de 76,7%, quando a média brasileira era de 90,4%. O Acre apresentou a maior taxa de analfabetismo indígena do País, com prevalências de 41,5% nas TIs e 34,5% fora das TIs.

<sup>15</sup>ACRE. Carlos Edegard de Deus. Comissão Pró-Índio do Acre (org.). Povos Indígenas do Acre. Rio Branco: Governo do Estado do Acre, 2010. Disponível em: <https://cpiacre.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Povos-Indigenas-no-Acre-2010-1.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2024.

No gráfico abaixo, observa-se a taxa de crianças e jovens indígenas que frequentam as escolas, em compa-

ração a alguns países da América Latina.

Gráfico 13 – PERCENTUAL DE CRIANÇAS E JOVENS INDÍGENAS QUE FREQUENTAM ALGUM ESTABELECIMENTO EDUCATIVO NA AMÉRICA LATINA – POR FAIXA ETÁRIA



\*A faixa 6 a 11 anos corresponde à idade para educação primária; 12 a 17 anos, à educação secundária; 18 a 22 anos, à educação superior ou universitária.

Fonte: Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia – Celade

Uma análise dos censos dos anos 2000 e 2010 leva a concluir que houve progresso no nível educacional dos povos indígenas no Brasil. São indicadores dessa evolução o aumento significativo da frequência escolar de todos os grupos etários; a inserção escolar oscilou de 72% a 80%, na faixa de 12 a 17 anos;

as crianças de 6 a 11 anos passaram a ingressar mais cedo no sistema educacional, a permanecer mais tempo e a finalizar os ciclos escolares. O grupo mais atrasado e que não é superado por nenhum país da região é o de 18 a 22 anos (40%). No México varia de 24% e, em Costa Rica, 40%.

## Renda

Conforme o Censo Indígena 2010, o Acre estava entre os três estados que apresentavam a população indígena fora das TIs com as menores rendas. Dessa população, na Região Norte, 66,9% não tinham

renda alguma e 92,6% tinham o rendimento médio de até um salário-mínimo. No Brasil, essa população era de 83%, ou seja, 17% tinham rendimento superior a um salário-mínimo.

## Saneamento Básico em Domicílios Indígenas

A coleta de lixo é realizada em 1,9% dos lares indígenas, de acordo com o Censo Indígena 2010. Em relação à existência de banheiro e esgotamento, 66,9%

não possuíam banheiro de uso exclusivo ou sanitário.

## Saúde Indígena

O artigo “Histórico Social, Demográfico e de Saúde dos Povos Indígenas do Estado do Acre, Brasil”, de 2020, mostra que os indígenas do Acre apresentavam a maior vulnerabilidade dentre os povos indígenas da Região Norte, com os quais compartilham os piores resultados de saúde, quando comparados com o restante do País. Grande parcela dessa população reside em áreas remotas com acesso limitado aos serviços, exigindo um enfrentamento coordenado e inclusivo para reduzir as iniquidades e assegurar a continuidade do direito fundamental à saúde. As doenças infectocontagiosas estão entre as principais causas de morbimortalidade indígena. Doenças e agravos não transmissíveis passaram a ter relevância em um contexto de transição epidemiológica vivenciado nas últimas décadas. Destaque para tuberculose, malária, hepatites virais, doenças diarreicas, respiratórias e parasitárias.

Em relação à tuberculose, a incidência é de 131,9/100.000 habitantes (Acre), na Região Norte é de 83,0/100.000 e, no Brasil, 95,5/100.000. São fatores agravantes a alta concentração de habitantes por domicílio, as precárias condições sanitárias, anemia, desnutrição, dificuldade de acesso aos serviços de saúde e abandono do tratamento. A malária é uma doença típica das áreas rurais na região amazônica. A probabilidade é de que 12% das pessoas com a doença tenham sido infectadas em terras indígenas (2012). No Acre, 3% ou 720 casos ocorreram em áreas indígenas. Embora as informações sistematizadas sobre as hepatites virais entre os povos indígenas sejam precárias, foram constatadas prevalências elevadas de marcadores sorológicos das formas crônicas de hepatite B, C e D, com variações entre etnias. O contágio sexual e

práticas de rituais e curas são importantes meios de transmissão. A Amazônia apresenta a maior endemicidade do País e o Acre é o Estado mais endêmico dessa região. Em comunidades que vivem ao longo do Rio Purus e Rio Acre, verificou-se que as infecções por hepatite A, hepatite B e Delta são endêmicas, sendo identificadas prevalências de 93,7% para o marcador anti-HVA, 66,2% para anti-HBc e 5,2% do marcador HBsAg. Entre os HBsAg positivos, 66,6% foram positivos para anti-Delta46.

As doenças infectoparasitárias são a principal causa de óbito na população indígena do Acre. São considerados facilitadores dessa condição a precariedade do saneamento básico, baixa renda, vulnerabilidade alimentar e higiênica – condições comuns à situação indígena. As principais causas de atendimento hospitalar para indígenas no País são as doenças respiratórias, principalmente pneumonia, e as doenças diarreicas e parasitárias (verminoses), com frequência maior entre menores de 5 anos. As doenças infectoparasitárias representam cerca de 31% dos óbitos identificados nos dois Distritos Sanitários Especiais Indígenas do Acre (DSEI Alto Rio Purus e DSEI Alto Rio Juruá) entre 2003 e 2008, superando o percentual na população geral do Acre no mesmo período (7,2%).

Entre as principais causas de morbidade das crianças menores de 10 anos estão as doenças infecciosas e parasitárias (19%) e as doenças do aparelho respiratório (16,5%), segundo análise do perfil epidemiológico da Casa de Saúde Indígena (Casai) de Rio Branco entre 2003 e 2007. As principais morbidades relatadas pelos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) do Acre foram: infecções das vias aéreas respiratórias, verminoses, anemias, dermatoses, doen-

ças do aparelho digestivo e geniturinário. Destacam-se também tuberculose, malária, hepatites virais e as DST.

De acordo com o Relatório da Violência contra os Povos Indígenas no Brasil, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), de 2019, as populações que resi-

dem ao longo do Rio Envira sofriam com a contaminação de suas águas, que recebem o esgoto das fazendas e do município de Feijó. Os indígenas da região apresentaram graves problemas de saúde, como doenças gastrointestinais. Foram 11 mortes registradas no Estado, em 2019, por desassistência à saúde.

## Taxa de Mortalidade Infantil

Ainda de acordo com o Cimi, a mortalidade infantil indígena no Acre subiu 78% de 2018 (37 óbitos) a 2019 (66 óbitos), entre crianças de zero a 5 anos. No ano de 2019, aconteceram 32 casos no Alto Rio Juruá

e 34 no Alto Rio Purus. O relatório também analisa dados divulgados pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai).

Tabela 9 – ÓBITOS DE CRIANÇAS INDÍGENAS DE ZERO A 5 ANOS ENTRE 2017 E 2019

| Número de óbitos em crianças indígenas de 0-5 anos, assistidas pelo Sasisus por UF e DSEI, 2017-2019 <sup>1</sup> |                |      |                   |                   |
|---|----------------|------|-------------------|-------------------|
| UF  | DSEI           | 2017 | 2018 <sup>2</sup> | 2019 <sup>3</sup> |
| AC  | Alto Rio Juruá | 25   | 15                | 32                |
| AC  | Alto Rio Purus | 13   | 22                | 34                |

Fonte: Cimi, 2019.

Em relação à mortalidade infantil entre os indígenas no Acre, em 2003 e 2008, havia óbitos de 74,2/1.000 nascidos vivos no DSEI Alto Rio Juruá e de 53,6/1.000 nascidos vivos no DSEI Alto Rio Purus.

Esses índices são bem maiores do que as estimativas para a população não indígena do Acre (28,7/1.000), da Região Norte (22,8/1.000) e nacional (20,7/1.000).

## Nutrição

O Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas<sup>16</sup> (2009) apontou que 51,3% das crianças indígenas brasileiras apresentavam algum tipo de anemia; na Região Norte, esse percentual era de 66% (variação de 61,3% a 70,5%). Os índices de baixo peso e baixa estatura foram piores entre as crianças indígenas do Norte e estão associados ao baixo peso ao nascer, à hospitalização no ano anterior, mães anêmicas, famílias com baixo nível socioeconômico e precária condição sanitária. As principais causas de hospitalização nos 12 meses anteriores às entrevistas foram

diarreia e infecção respiratória aguda, corroborando o aspecto da ineficiência das ações básicas de saúde entre esses povos. Outros estudos realizados com indígenas do Acre confirmam a gravidade nutricional nessa população. Um total de 76,3% das crianças de duas aldeias Kaxinawás apresentou desnutrição crônica. Entre os Apurinãs, pertencentes ao DSEI ARP, 61,0% das crianças apresentaram déficit de estatura no nível moderado/grave e 93,0% das crianças de 6 a 24 meses apresentaram anemia. Desses casos, 60% foram considerados graves.

<sup>16</sup>RIO DE JANEIRO. Andrey Moreira Cardoso. Funasa (org.). Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas. Rio de Janeiro: Funasa, 2009. 494 p. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/56846/Inquerito-Nacional-de-Saude-e-Nutricao-dos-povos-Indigenas-2009.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 30 jul. 2024.

Entre os Apurinãs, pertencentes ao DSEI ARP, 61,0% das crianças apresentaram déficit de estatura no nível moderado/grave e 93,0% das crianças de 6

a 24 meses apresentaram anemia. Desses casos, 60% foram considerados graves.

## Saúde da Mulher

O Inquérito Indígena de 2009 relata as seguintes informações a respeito da mulher indígena: elevada prevalência de anemia (35,2% em grávidas e 32,7% em não grávidas) em indígenas brasileiras, sendo maior na Região Norte (respectivamente 44,8% e 46,9%); mulheres com excesso de peso (46,1%) e obesidade (15,8%). Essa realidade pode ser compreendida se considerarmos os aspectos alimentares e antropométricos que envolvem uma transição nutricional em conformidade com a dieta ocidental, além da redução da atividade física e sedentarismo. A mudança alimentar e comportamental favorece doenças não transmissíveis, com destaque para hipertensão arterial, diabetes e neoplasias. Ainda de acordo com o Inquérito Nacional de Saúde Indígena, a hipertensão arterial tem prevalências desiguais pelas macrorregiões: é maior no Sul/Sudeste (17,3%) e menor no Norte (3,8%). Havia uma prevalência combinada de hiper-

tensão arterial (1970 a 2014): 6,2% (3,1-10,3).

Em relação ao diabetes, poucas pesquisas tratam do tema entre indígenas e, especificamente no Acre, não há registro de investigação nesse sentido. Estudos entre etnias específicas têm relatado o aumento da prevalência de diabetes tipo 2 57,58. Acompanhando a recente emergência dessas doenças, incrementam-se os transtornos psiquiátricos, suicídio, abuso de drogas, alcoolismo, mortes por causas externas e exposição à contaminação ambiental. Nesse sentido, os problemas de saúde ligados à pobreza e miseráveis condições de vida no Acre se evidenciam, tais como os registrados em 2010, quando 10 crianças Kaxinawás, do Alto Rio Juruá, morreram em consequência de diarreia. Paralelamente, surgem relatos de suicídios sequenciais entre jovens Katuquinas e óbito por atropelamentos ocorridos nesse mesmo ano.

## Presença do Estado

O Estado é representado, perante os povos indígenas do Acre, por meio do Conselho Estadual Indígena (CEI), instituído pela Lei nº 1.492, de 19/2/2003. É composto por quatro representantes do governo estadual (Gabinete Civil, Educação, Agronegócio e Meio Ambiente), três do Governo Federal (Anvisa, UFAC e Funai), três ONGs (Conselho Indigenista Missionário – Cimi, Conselho de Missão entre Índios – Comin e Comissão Pró-Índios – CPI/AC), 12 organizações e representantes de povos tradicionais (seringueiros, extrativistas e, sobretudo, indígenas). A Funai tem duas coordenações regionais: a Coordenação Regional Alto Purus (em Rio Branco) e a Coordenação Regional do

Juruá (em Cruzeiro do Sul). O Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) é a unidade gestora descentralizada do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (Sasi-SUS). Existem duas DSEIs: a do Alto Rio Juruá (Cruzeiro do Sul) e a do Alto Rio Purus (Rio Branco), sendo que a jurisdição desta se estende por diversos municípios na região Boca do Acre (AM), alcançando ainda a Terra Indígena Kaxarari, localizada em um pequeno trecho de Porto Velho (RO) e Lábrea (AM). A Secretaria de Saúde Indígena (Sesai), do Ministério da Saúde, inaugurou em 2021 a primeira Unidade Básica de Saúde Indígena (UBSI) em terra indígena, que fica na DSEI Alto Rio Juruá.

Figura 4 – JURISDIÇÃO DAS DSEIs COM SEDE NO ACRE



Fonte: Ministério da Saúde, 2023<sup>17</sup>.

Os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) são um tipo de organização de serviços desenhado para um espaço dinâmico, geográfico, populacional e administrativo bem delimitado. O modelo contempla um conjunto de atividades técnicas visando a medidas qualificadas de atenção à saúde e à reordenação da rede e das práticas sanitárias, incluindo atividades administrativo-gereciais necessárias. Conforme dados do Ministério da Saúde, cada DSEI do

Acre comporta sete polos-bases, divididas em dois tipos: a DSEI Tipo 1 coleta de matérias para exame, faz imunizações e esterilizações, capacita Agentes Indígenas de Saúde (AIS) e auxiliares de enfermagem, aplica programas preventivos, entre outras competências; e a Tipo 2 é responsável, entre outras tarefas, por armazenar materiais e medicamentos, vacinação, coletar e sistematizar dados, administrar as unidades de sua abrangência.

Tabela 10 – DADOS E CONTATOS DAS DSEIs SEDIADAS NO ACRE

| DSEI                       | ALTO RIO JURUÁ        | ALTO RIO PURUS             |
|----------------------------|-----------------------|----------------------------|
| População                  | 20.635                | 11.358                     |
| Aldeias                    | 145                   | 148                        |
| Etnias                     | 32                    | 26                         |
| Área (em km <sup>2</sup> ) | 67.814,14             | 131.863,47                 |
| Coordenador                | Isaac da Silva Piyãko | Sildonei Mendes da Silva   |
| Telefone                   | (68) 99211-1221       | (97) 98113-2192            |
| E-mail DSEI                | dseiarij@saude.gov.br | dseiarp.sesai@saude.gov.br |

Fonte: Ministério da Saúde, 2023<sup>18</sup>.

<sup>18</sup>Secretaria de Saúde Indígena. RELATÓRIO SITUACIONAL DO DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA LITORAL SUL. Brasília: DSEI, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sesai/estrutura/dsei/planilha-dados-dsei-sesai-26-07-2023.xlsx>. Acesso em: 30 jul. 2024.

Tabela 11 – VIOLÊNCIA CONTRA O PATRIMÔNIO DE INDÍGENAS NO ACRE

|   | 2019 | 2020 | 2021 |
|---|------|------|------|
| Secretaria de Saúde Indígena. RELATÓRIO SITUACIONAL DO DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA LITORAL SUL. Brasília: DSEI, 2023. Disponível em: <a href="https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sesai/estrutura/dsei/planilha-dados-dsei-sesai-26-07-2023.xlsx">https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sesai/estrutura/dsei/planilha-dados-dsei-sesai-26-07-2023.xlsx</a> . Acesso em: 30 jul. 2024. |      |      |      |
| Omissão e morosidade na regularização de terras   | 19   | 19   | 16   |
| Conflitos relativos a direitos territoriais   | 3    | 35   | 2    |
| Invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio  | 10   | 13   | 33   |

Fonte: Ministério da Saúde, 2023<sup>18</sup>.

Conforme a tabela acima, 2020 foi o ano em que mais ocorreram casos de violência contra o patrimônio de povos indígenas, causados por conflitos

territoriais. Em 2021, os casos de invasões, exploração de recursos e danos patrimoniais cresceram.

Tabela 12 – VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA INDÍGENA NO ACRE

|                                       | 2019 | 2020 | 2021 |
|---------------------------------------|------|------|------|
| Abuso de poder                        | 1    |      | 1    |
| Ameaça de morte                       |      |      |      |
| Ameaças várias                        | 14   |      | 4    |
| Assassinatos                          | 2    |      | 3    |
| Lesões corporais dolosas              | 1    | 1    | 1    |
| Racismo e discriminação etnoculturais | 1    | 1    | 1    |
| Tentativa de assassinato              | 2    |      |      |
| Violência sexual                      |      | 1    |      |

Fonte: Cimi, 2020-2022.

O documento da Cimi informa data, povo atingido, local e resumo da ocorrência de cada um dos ca-

sos da tabela acima.

Tabela 13 – VIOLÊNCIA A INDÍGENAS POR OMISSÃO DO PODER PÚBLICO NO ACRE

|   | 2019 | 2020 | 2021 |
|---|------|------|------|
| Desassistência geral                                | 3    | 1    | 1    |
| Desassistência na área da educação escolar indígena | 16   |      | 4    |
| Desassistência na área da saúde                     | 9    | 2    | 6    |
| Disseminação de bebida alcoólica e outras drogas    | 8    |      | 6    |
| Morte por desassistência à saúde                    | 11   |      | 2    |

Fonte: Cimi, 2020-2022.

Conforme a tabela acima, o ano de 2019 foi, dentro do período, o que apresentou maiores omis-

sões do poder público contra as populações indígenas do Acre.

Tabela 14 – MORTALIDADE DE INDÍGENAS DURANTE A INFÂNCIA NO ACRE

|                         | 2019 | 2020 | 2021 |
|-------------------------|------|------|------|
| Mortalidade na Infância | 66   | 44   | 37   |

Fonte: Cimi, 2020-2022.

Tabela 15 – CASOS DE SUICÍDIO DE INDÍGENAS NO ACRE

|                   | 2019 | 2020 | 2021 |
|-------------------|------|------|------|
| Casos de suicídio | 6    | 1    | 3    |

Fonte: Cimi, 2020-2022.

No ano de 2019 foi registrado o maior número de suicídios de indígenas no Acre. Contudo, em 2021,

foi o Estado que menos apresentou casos dessa natureza no País.

## Representação Nacional e Internacional

O Censo de 2022 estima que a população indígena acriana corresponda a 4,21% da população indígena da Região Norte e 1,87% da população indígena brasileira. No censo anterior, de 2010, esses percentuais eram respectivamente de 5,15% e 1,91%. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) adotou os resultados de 2010 para um comparativo entre os países da região, adotando também as estatísticas em anos próximos de outros países. Naquela época, a população indígena acriana representava 0,04% da população indígena latino-americana e caribenha. Em 2010, a população indígena no Acre era 2,14% de toda a sua população; na Região Norte ela

representava 1,92%, e no Brasil era 0,43%. Esses percentuais estão bem abaixo da média geral da região da Cepal naquele período (8,3%). O país mais indígena era a Bolívia, com 62,2%. De toda a população mundial, os indígenas representavam 5%.

No censo de 2022, com nova metodologia, a população indígena passou a representar 3,82% da população do Estado; na Região Norte subiu para 4,34%, e no Brasil, para 0,83%. Para a realidade brasileira, o Acre tem quatro vezes mais indígenas que a média brasileira, mas em comparação com a realidade latino-americana e caribenha de 2010, ele tem metade da média e 16 vezes menos que a Bolívia.

Tabela 16– CASOS DE SUICÍDIO DE INDÍGENAS NO ACRE

| País e ano do censo                         | População total    | População indígena total Resultados | Porcentagem de população indígena |
|---|--------------------|-------------------------------------|-----------------------------------|
| Argentina, 2010                             | 40 117 096         | 955 032                             | 2,4                               |
| Brasil, 2010                                | 190 755 799        | 896 917                             | 0,5                               |
| Chile, 2012 <sup>a</sup>                    | 16 341 929         | 1 805 243                           | 11,0                              |
| Costa Rica, 2011                            | 4 301 712          | 104 143                             | 2,4                               |
| Equador, 2010                               | 14 483 499         | 1 018 176                           | 7,0                               |
| México, 2010                                | 112 336 538        | 16 933 283                          | 15,1                              |
| Panamá, 2010                                | 3 405 813          | 417 559                             | 12,3                              |
| Paraguai, 2012                              | 6 232 511          | 112 848                             | 1,8                               |
| Uruguai, 2011                               | 3 251 654          | 76 452                              | 2,4                               |
| Venezuela ( República Bolivariana da), 2011 | 27 227 930         | 724 592                             | 2,7                               |
| Estimativas 2010                            |                    |                                     |                                   |
| Bolívia (Estado Plurinacional da)           | 9 995 000          | 6 216 026                           | 62,2                              |
| Colômbia                                    | 46 448 000         | 1 559 852                           | 3,4                               |
| El Salvador                                 | 6 218 000          | 14 408                              | 0,2                               |
| Guatemala                                   | 14 334 000         | 5 881 009                           | 41,0                              |
| Honduras                                    | 7 619 000          | 536 541                             | 7,0                               |
| Nicarágua                                   | 5 813 000          | 518 104                             | 8,9                               |
| Pedu  | 29 272 000         | 7 021 271                           | 24,0                              |
| <b>Total</b>                                | <b>538 153 481</b> | <b>44 791 456</b>                   | <b>8,3</b>                        |

Fonte: Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia (Celade) – Divisão de População da Cepal.

<sup>19</sup>Com base em processamentos especiais dos micro dados censitários, exceto na Argentina: Instituto Nacional de Estadística y Censos (Indec), ARGENTINA. Instituto Nacional De Estadística Y Censos. Censo nacional de población, hogares y viviendas 2010: censo del bicentenario : resultados definitivos. Buenos Aires: Instituto Nacional de Estadística y Censos, 2012. 378 p. Disponível em: [https://www.indec.gob.ar/ftp/cuadros/poblacion/censo2010\\_tomo1.pdf](https://www.indec.gob.ar/ftp/cuadros/poblacion/censo2010_tomo1.pdf). Acesso em: 30 jul. 2024. e IBGE. Censo Demográfico 2010: características gerais dos indígenas. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 244 p. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/95/cd\\_2010\\_indigenas\\_universo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/95/cd_2010_indigenas_universo.pdf). Acesso em: 30 jul. 2024.

No caso do Chile, embora esses sejam os resultados do Censo 2012, em razão de seus problemas de qualidade, o governo atual não o considera oficial. Cabe assinalar que a Pesquisa de Caracterização Socioeconômica Nacional (Casen) registrou 8,1% de população indígena em 2011. No México, a pergunta sobre pertencimento étnico foi aplicada à população com mais de três anos, atribuindo-se a condição indígena aos menores de três anos, quando o chefe de família ou o cônjuge se declarava indígena. No Paraguai, o resultado corresponde aos resultados preliminares do Censo Indígena, faltando somar a população indígena captada no Censo Geral, ainda não disponível quando da publicação do estudo. No Uruguai, a pergunta sobre reconhecimento de ascendência com categorias de respostas múltiplas produz um total indígena

de 159.319 pessoas. Para esses países ainda não se dispõem de resultados censitários da década de 2010. Portanto, foram tomadas as porcentagens de população indígena derivadas do último censo disponível e aplicadas à população total estimada de 2010, com base nas estimativas de população elaboradas pelo Centro Latino-Americano e Caribenhos de Demografia (Celade) – Divisão de População da Cepal (CEPAL, 2013b).

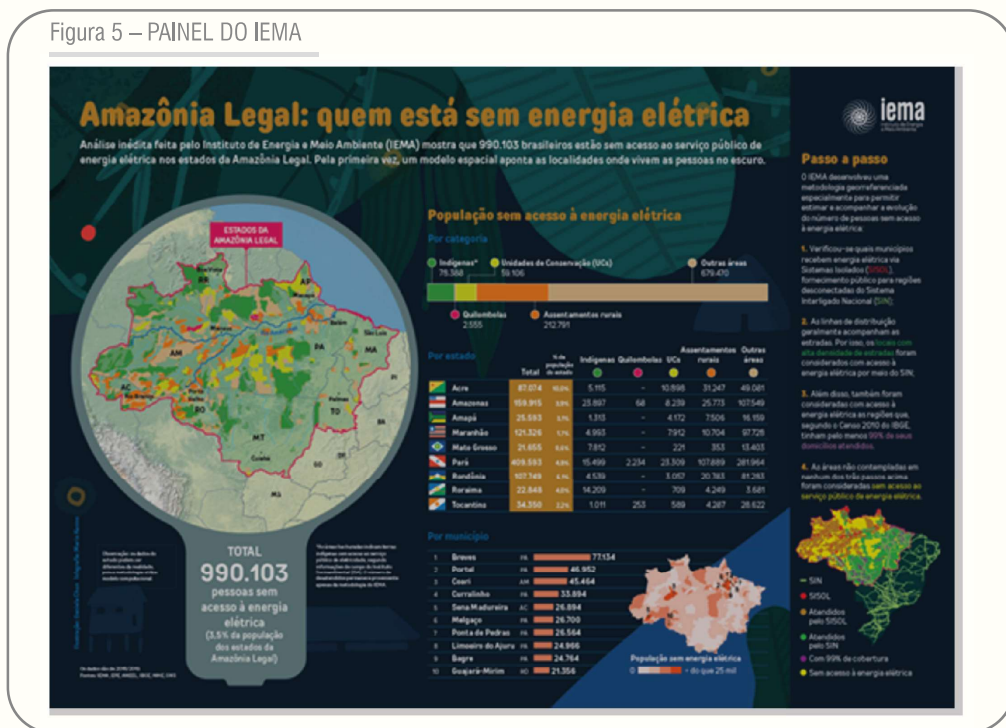
Como o Censo 2007 do Peru incluiu somente o idioma materno, estimou-se a população indígena com o seguinte critério: quando o chefe de família ou seu cônjuge declarava um idioma indígena, todos os membros da família foram considerados como indígenas.

## Acesso à Energia Elétrica

O Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA) estima que, em 2021, havia 87.074 pessoas sem acesso a energia elétrica no Acre, das quais 5.115 eram indígenas (sem acesso). Considerando a população indígena estimada anterior ao Censo 2022, cerca de 70%

dessa população tinha acesso à energia. O IEMA chegou a essas estimativas por meio de metodologia georreferenciada própria para acompanhar a evolução do número de pessoas sem acesso à energia elétrica.

Figura 5 – PAINEL DO IEMA



Fonte: IEMA, 2021.

O Acre é o Estado com a maior porcentagem de população sem acesso à energia elétrica (10%), seguido do Amazonas, com 3,9%. Em números absolutos, o Acre é o segundo colocado em relação aos moradores de UCs (10.898) e de assentamentos rurais (31.247) sem energia elétrica<sup>20</sup>. A Energisa, concessionária for-

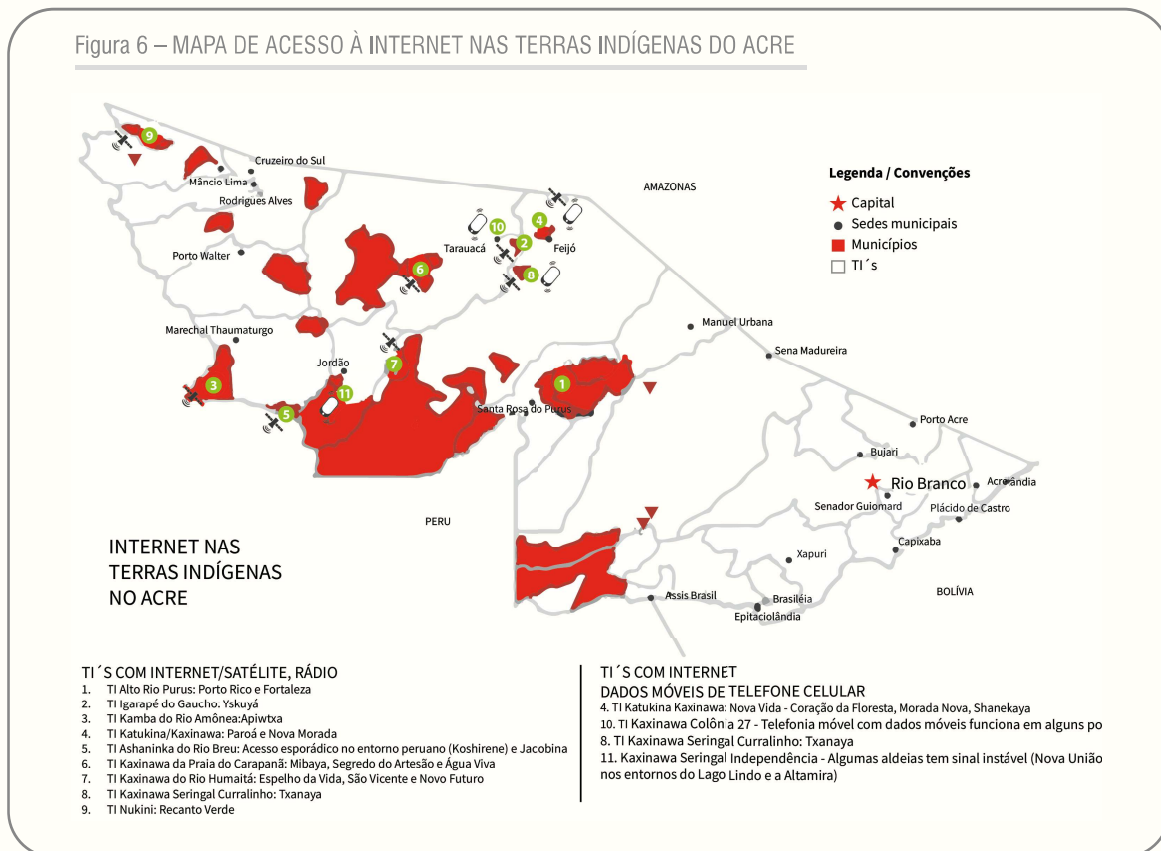
necedora de energia elétrica do Acre, opera com uma tarifa especial para indígenas. Embora os dados não sejam publicados, o Instituto Sapien sugere consulta à Energisa para levantamento quantitativo dos beneficiários dessa tarifa, bem como a sua localização.

## Acesso à Telefonia e Internet

Levantamento realizado em abril de 2021 pela Comissão Pró-Índio do Acre, junto com parceiros indígenas, mostra que, das 35 terras indígenas do Estado, 13 possuem algum tipo de acesso à internet nas aldeias. Esses acessos são por internet via satélite ou dados móveis, muitas vezes limitados, alguns alimentados por placas de energia solar e somente em algumas comunidades. Embora algumas aldeias tenham acesso

ao sinal de telefonia móvel, sem energia elétrica não é possível recarregar o celular. Isso acontece por meio de geradores de energia a diesel e o acesso à comunicação é fixado em horários específicos, poucas vezes na semana. Em outras terras indígenas há orelhões em poucas aldeias. Em mais de 10 terras não há nenhum tipo de acesso à comunicação (rádio, internet, telefonia fixa).

Figura 6 – MAPA DE ACESSO À INTERNET NAS TERRAS INDÍGENAS DO ACRE



Fonte: CPI-Acre, 2021.

<sup>20</sup>INSTITUTO DE ENERGIA E MEIO AMBIENTE. Assentamentos rurais, terras indígenas e unidades de conservação estão entre os territórios sem acesso ao serviço público de energia elétrica na Amazônia. 2021. Disponível em: <https://energiaambiente.org.br/assentamentos-rurais-terras-indigenas-e-unidades-de-conservacao-estao-entre-os-territorios-sem-acesso-ao-servico-publico-de-energia-eletrica-na-amazonia-20210225>. Acesso em: 30 jul. 2024.

## Potencial de Ativos Ambientais (Créditos de Carbono)

O Acre foi o primeiro Estado brasileiro a legislar sobre incentivos à estocagem de carbono. A Lei nº 2.308, de 22 de outubro de 2010, instituiu o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA), que serviu de referência para a construção de muitas outras legislações. Em nível federal, a legislação passou a permitir a comercialização de créditos de carbono gerados em UCs (Lei nº 14.590, de 24/5/2023), como resultado da Medida Provisória nº 1.151, de 26/12/2022. A Embrapa-AC realizou estudo de viabilidade de geração de créditos de carbono na Terra Indígena Puyanawa, na cidade de Mâncio Lima. Com base nos dados da biomassa florestal, da série histórica de desmatamento de 1988 a 2017 e de inventários florestais, os pesquisadores acreditam que a área pode evi-

tar a emissão de 6.381 toneladas de gás carbônico por ano até 2025. De acordo com parâmetros de negociação mundial de créditos de carbono, cada tonelada evitada equivale a US\$ 6. Para um período de 20 anos (2006 a 2025), como foi divulgado pela pesquisa, esse valor estaria próximo de R\$ 2,5 milhões se convertido pela cotação da época (atualmente, cerca de R\$ 3,7 milhões). A expectativa é de que fossem gerados cerca de R\$ 180 mil por ano, em cotação de julho-agosto/2023. A TI Puyanawa tem 25 mil hectares e 800 habitantes que têm sua principal fonte de renda na mandioca e seus derivados, além de roçados de milho, arroz e feijão, manejo de frutas nativas, plantios agroflorestais e pequenas criações de gado, caça e pesca para a segurança alimentar.

## Características de Produção e Economia

A Comissão Pró-Índio do Acre divulga notícias periódicas sobre a produção nas terras indígenas acrianas, no site <https://cpiacre.org.br/terras-indigenas-no-acre/>. As Terras Indígenas Rio Gregório, Caucho, Katutkina/Kaxinawa de Feijó, Colônia 27 e Caeté, onde estão as etnias Yawanawa, Katukina, Kaxinawa, Shanenawa e Jaminawa, já estão envolvidas com seus etnozoneamentos. Os estudos foram executados pela

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (Sema) e pelo Instituto de Meio Ambiente do Acre (Imac). O plano de manejo da Resex Alto Tarauacá de 2020 afirma que os índios Kaxinawá integram uma ação com apoio da organização não governamental WWF e de uma empresa carioca, a Amazon Life, para comercialização de couro vegetal (treetap) produzido à base de borracha natural.

## Etnoturismo

O etnoturismo acontece em nove aldeias: aldeia São Francisco (Feijó), composta por 19 famílias da etnia Huni Kui, localizada no Baixo Rio Envira, a uma hora de barco do município de Feijó. O Festival Mani Mutsa – Huni Kui atrai turistas, bem como a paisagem durante a navegação do Rio Envira — é um povo acolhedor e gosta de mostrar a sua cultura, rituais e história. A aldeia Morada Nova (Feijó), do povo Shanenawa (“povo do pássaro azul”) fica a 360 km da ca-

pital Rio Branco, na margem esquerda do Rio Envira; é conhecida pelo Festival Nuke Manuti Peyrani, quando proporcionam vivências com uso das chamadas “medicinas sagradas” como: pacari (oração em forma de cânticos), uni (ayahuasca), nawe putu (rapé), fetxeshti (colírio), Kampo (medicina do sapo), pintura corporal com desenhos ancestrais e uma exposição de artesanatos tradicionais. A aldeia Pinuya (Tarauacá), dos povos Huni Kui, é também denominada Terra Indígena

na Colônia 27, localizada a 5 km de Tarauacá (acesso terrestre) e a 410 km da capital Rio Branco; realizam o Festival Nuku Manã Ibudu Huni-Kui, quando fazem celebrações com suas medicinas indígenas Betxe Shekea (colírio), Nixi Pae, Reshke (rapé), Raukui (banho de ervas sagradas) e Kampum (Kambô). São referência no Estado em reflorestamento e sustentabilidade. A aldeia Recanto Verde (Mâncio Lima), localizada a oito horas de barco de Mâncio Lima subindo o Rio Moa, é conhecida pelo Retiro Espiritual Nukini. O aeroporto mais próximo fica em Cruzeiro do Sul, a 30 km de Mâncio Lima; também apresenta cerimônias tradicionais com as “medicinas da Floresta Amazônica”; é portal de entrada para o santuário ecológico do Parque Nacional da Serra do Divisor, no extremo oeste da Região Norte, divisa com o Peru. A aldeia Shane Kaya (Feijó), da etnia shanenawa, fica a 360 km de Rio Branco e faz parte da Terra Indígena Katukina/Kaxinawá, com 26,8 mil hectares de floresta; destaque para o Retiro Espiritual Shanenawa. A Comunidade Indígena Paredão (Feijó) fica às margens do Rio Envira, a meia hora de barco da cidade de Feijó; conta com 150 indígenas que apresentam seus cânticos, danças, pinturas corporais, rituais e pajelanças durante o Festival “Rau Xarahu”. A aldeia do Barão (Mâncio Lima) tem acesso terrestre por meio de 8 km de ramal; seu povo realiza o Festival Atsá e oferece vivências como o banho de igarapé com medicinas para limpeza do corpo, pintura corporal, cerimônia espiritual, caminhadas na floresta, contação de histórias tradicionais, danças e diversas apresentações. A aldeia Mutum (Tarauacá) fica na Terra Indígena do Rio Gregório, próxima à cidade de Tarauacá, às margens do Rio Gregório e também tem acesso por via terrestre; seu povo, da etnia Yawanawá, celebra a sua cultura com o Festival Mariri. A aldeia Nova Esperança (Tarauacá) se destaca com o Festival Yawanawá, que acontece na cabeceira do Rio Gregório; para chegar lá é preciso viajar de seis a oito horas

de barco.

A Funai realiza várias atividades com foco em desenvolvimento econômico e geração de renda em terras indígenas, de acordo com as diretrizes e objetivos da Política Nacional de Gestão Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), em especial os objetivos do Eixo V: uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas. As ações de qualificação para geração de renda são as seguintes:

a. Acesso dos indígenas aos mercados institucionais (PAA e PNAE): os agricultores, extrativistas e pescadores indígenas podem comercializar suas produções por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA).

b. Selo Indígenas do Brasil: selo de identificação de origem étnica e territorial instituído pela Funai em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Indica que o produto foi cultivado ou coletado numa terra indígena, por um indígena participante do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. O sinal distintivo, que também se aplica à produção extrativista e de artesanato, atende a uma demanda dos povos indígenas e pretende contribuir para dar visibilidade à produção indígena comercializada.

c. Apoio à certificação participativa da conformidade orgânica: a Lei de Agricultura Orgânica prevê duas modalidades de certificação: por auditoria e por Sistemas Participativos de Garantia (SPG). A Funai apoia organizações indígenas que buscam o credenciamento do SPG no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

d. Visitação para fins turísticos em terras indígenas: as atividades de Etnoturismo e Ecoturismo devem ser propostas à Funai por meio da apresentação do Plano de Visitação, conforme a Instrução Normativa nº 3/2015, da Funai.

## Plano Básico Ambiental (PBA)

Após as audiências públicas e a análise do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) pelo órgão licenciador e pelos órgãos intervenientes (no caso das comunida-

des indígenas o órgão interveniente é a Funai), são emitidos os pareceres técnicos que avaliam se o empreendimento é viável ou não. Caso o empreendimen-

to seja viável, são indicadas as ações para controlar os impactos negativos e otimizar os impactos positivos identificados no EIA. Então é elaborado um PBA, que detalha os programas, ou seja, conjuntos de ações para cada impacto identificado. Se o estudo indicou que o empreendimento pode poluir a água, é proposto, por exemplo, um Programa de Monitoramento da Água. Sempre que são identificados possíveis impactos sobre as comunidades indígenas e/ou suas terras, deve ser elaborado, dentro do PBA, um programa específico para controlar tais impactos.

O PBA não pode se constituir em destinação de recursos financeiros às comunidades, e não é realizado para resolver problemas das comunidades indígenas preexistentes ao empreendimento, como

deficiências na atenção à saúde ou educação, dificuldades de proteção do território ou na produção de alimentos. O PBA pretende criar soluções para os impactos do empreendimento identificados no Estudo de Impacto Ambiental (EIA). As comunidades indígenas, em um processo de licenciamento ambiental, nunca devem pedir, aceitar ou discutir compensações de impactos que sejam oferecidas na forma de recursos financeiros. Um PBA bem-elaborado pode garantir que os impactos do empreendimento sejam controlados de forma adequada e acompanhada por sua comunidade, pela Funai, pelo Ministério Público Federal e por outros órgãos que devem zelar pelos direitos dos povos indígenas.

## II - Ribeirinhos

O documento-síntese da Fase III considera que, embora os ribeirinhos sejam uma população que margeia os rios, sua identidade se dá por hábitos e costumes extrativistas. Em sua maioria são pequenos produtores rurais em áreas já consolidadas. Diferente dos povos indígenas, que além de se distinguirem entre si distinguem-se de povos não índios em vários critérios, a delimitação dos ribeirinhos é muito tênue, sobrepondo-se ao que se considera população extrativista.

Nesse sentido, não existe um levantamento sistemático e específico sobre a população ribeirinha como um grupo diferenciado. Por estarem dispersos em grupos pequenos e desarticulados entre si, não formam sequer um conjunto com dados estatísticos que sejam equivalentes ao censo indígena. A identidade ribeirinha, portanto, se confunde com os seringueiros (extrativistas) e é próxima, geralmente, da população indígena, com quem compartilham desa-

fios similares. Informações específicas e oficiais são escassas. No período da vacinação da Covid-19, foram detectados muitos erros na quantidade de ribeirinhos acrianos, resultando em um esforço do Ministério da Saúde com órgãos estaduais para fechar um número mais realista. Inicialmente, foram estimados 20 mil adultos, entre 18 e 59 anos. No final, foram contabilizados 51,8 mil.

Uma resolução com a atualização da estimativa populacional das comunidades tradicionais ribeirinhas foi publicada na edição de 4/5/2021 do Diário Oficial do Estado do Acre. Conforme os dados da Comissão Intergestores Bipartite do Estado (CIB-AC), as cidades de Rio Branco e Tarauacá são as que têm maior população ribeirinha, com 7.394 e 7.487 pessoas, respectivamente, seguidas do município de Marechal Thaumaturgo, que tem 5.479 ribeirinhos.

Tabela 17 – ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO RIBEIRINHA DE 18 A 59 ANOS POR CIDADE DO ACRE

| Municípios           | População Ribeirinha |
|----------------------|----------------------|
| Acrelândia           | Não tem              |
| Assis Brasil         | 363                  |
| Brasiléia            | Não tem              |
| Bujari               | 1.073                |
| Capixaba             | 320                  |
| Cruzeiro do Sul      | 1.702                |
| Epitacolândia        | Não tem              |
| Feijó                | 5.262                |
| Jordão               | 2.973                |
| Mâncio Lima          | 2.050                |
| Manoel Urbano        | 741                  |
| Marechal Thaumaturgo | 5.479                |
| Plácido de Castro    | Não tem              |
| Porto Acre           | 2.500                |
| Porto Walter         | 2.100                |
| Rio Branco           | 7.394                |
| Rodrigues Alves      | 3.986                |
| Santa Rosa do Purus  | 274                  |
| Sena Madureira       | 3.511                |
| Senador Guiomard     | Não tem              |
| Tarauacá             | 7.487                |
| Xapuri               | 4.613                |
| ACRE                 | 51.828               |

FONTE: Resolução CIB/AC nº 22/2021 (reprodução)

O Governo Federal admite um desconhecimento sobre o total da população ribeirinha. Para o lançamento do Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas – Planafe, em 2018, foram estimadas 234 mil famílias ribeirinhas em todo o País. Para chegar nesse total, foram somados os assentamentos diferenciados do Incra com os ribeirinhos cadastrados no Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social, no ICMBio – por residirem em Unidades de Conservação e com os dados da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) sobre regularização de cessão de uso de terras públicas. A média de pessoas por família não é informada. Se estimarmos em quatro pessoas por família, foi projetado, para 2018, cerca de 936 mil ribeirinhos no Brasil. Ig-

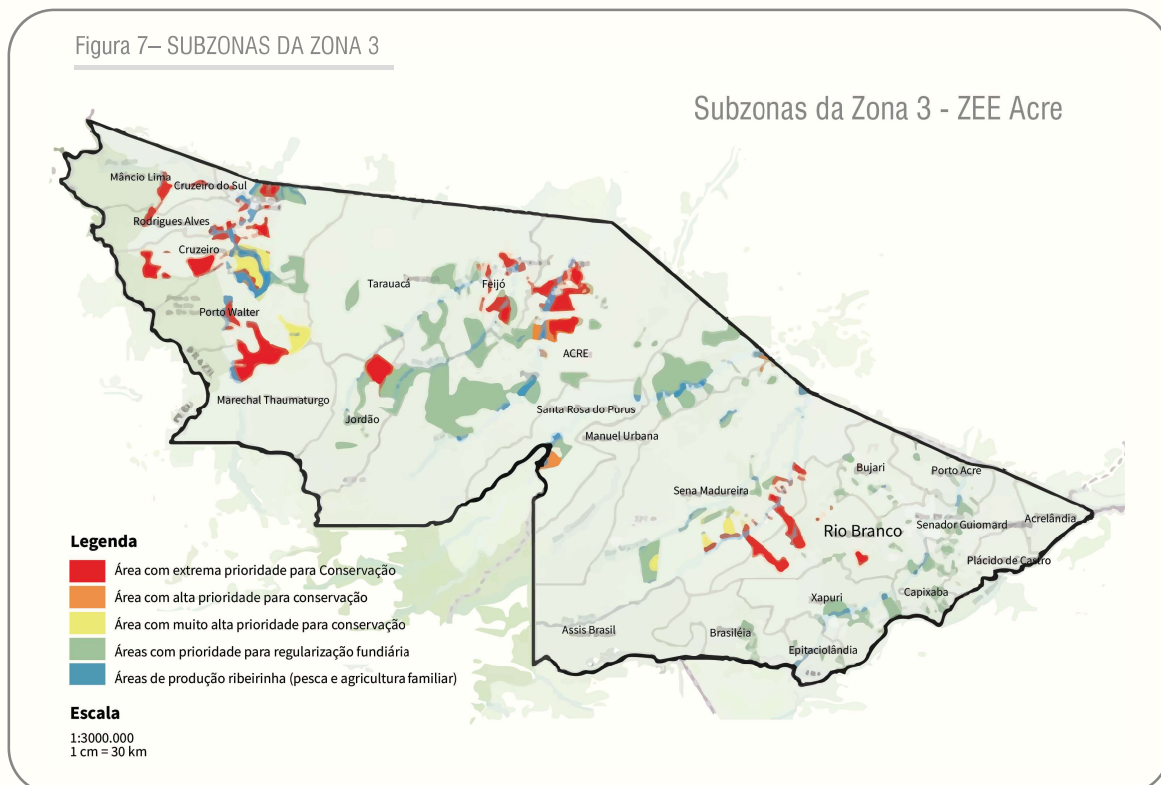
norando o crescimento do período até a vacinação da Covid-19, em 2021 – cerca de três anos – os 51,8 mil ribeirinhos acrianos representariam 5,5% dos ribeirinhos brasileiros. Observação: a secretaria responsável pelo Planafe admite oficialmente que o número seja maior, mas não especifica quanto, nem qualifica como muito ou pouco maior.

Muitos ribeirinhos habitam Reservas Extrativistas (Resex). No Acre existem cinco dessas reservas: Resex Riozinho da Liberdade, Resex Alto Juruá, Resex Alto Tarauacá, Resex Chico Mendes e Resex Cazumbá-Iracema. Cada uma delas é composta por diferentes comunidades, em geral à distância de um dia de viagem uma da outra. O anexo Reservas Extrativistas contém detalhes de muitas dessas comunidades.

## II.a – Extensão Territorial

As áreas de produção ribeirinhas são identificadas em azul no ZEE III – mapa a seguir – como parte

da Zona 3, área prioritária de reordenamento territorial.

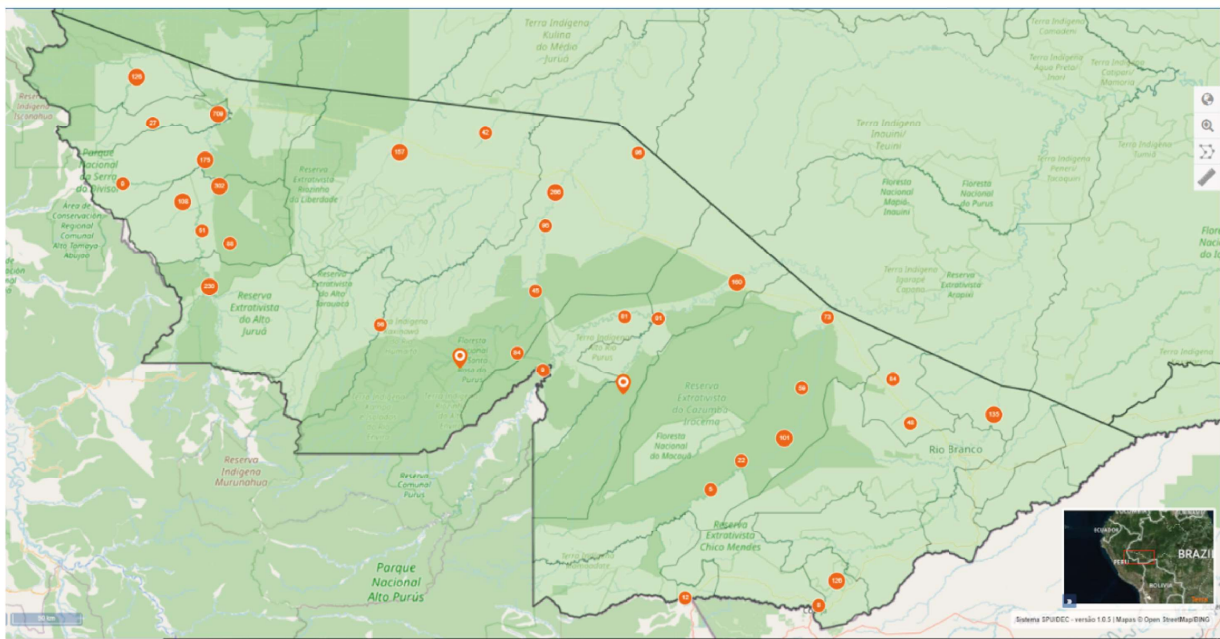


Fonte: documento-síntese da Fase III do ZEE, 2021.

O Sistema SPUGeo da Secretaria do Patrimônio da União permite georreferenciar os cadastros do Termo de Autorização de Uso Sustentável (Taus), em áreas da Marinha, dando um raro relance de mapea-

mento do conjunto das comunidades ribeirinhas, pelo menos das oficializadas como tal. Cada uma das 3.883 propriedades nessa categoria, no Acre, é identificada em um ponto geográfico com endereço e CEP.

Figura 8 – MAPA DO SISTEMA SPUGeo COM ENDEREÇOS DE RIBEIRINHOS NO ACRE



Fonte: SPUGeo – Geovisualizador de Imóveis Públicos Federais, 2022.

A SPU possui uma base de dados frequentemente atualizada, com informações geocodificadas

dos imóveis da União, além da identificação dos responsáveis pelo imóvel<sup>21</sup>.

## II.b – Saúde Pública

Além das unidades de saúde disponíveis nas demais regiões, a Amazônia dispõe de dois outros tipos:

I – Equipes de Saúde da Família Ribeirinha (eSFR): desempenham a maior parte de suas funções em Unidades Básicas de Saúde, localizadas nas comu-

nidades pertencentes à área adscrita, com acesso por via fluvial;

II – Equipes de Saúde da Família Fluvial (eSFF): desempenham suas funções em Unidades Básicas de Saúde Fluviais (UBSF).

## II.c – Infraestrutura

Em 2020, o governo do Acre planejou a implantação de 53 sistemas de abastecimento de água

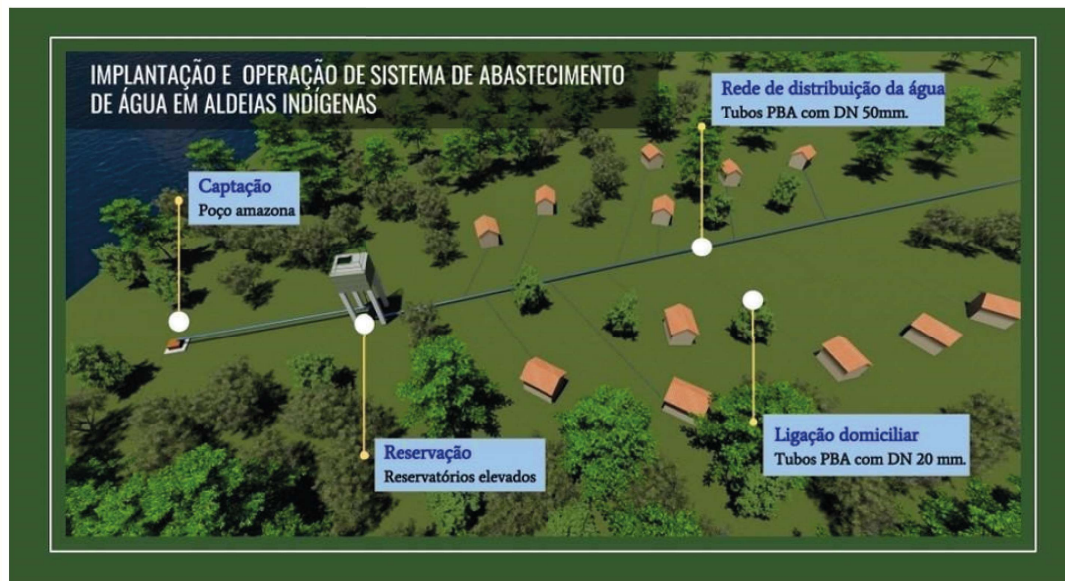
simplificados em aldeias indígenas do município de Jordão e comunidades ribeirinhas de Marechal Thau-

<sup>21</sup>Atualmente, os bancos de dados são encontrados Secretaria do Patrimônio da União. Transparência Ativa SPU. 2024. Disponível em: [https://clusterqap2.economia.gov.br/extensions/SPU-Transparencia\\_Ativa/SPU-Transparencia\\_Ativa.html](https://clusterqap2.economia.gov.br/extensions/SPU-Transparencia_Ativa/SPU-Transparencia_Ativa.html). Acesso em: 30 jul. 2024. A ferramenta SPUGeo também pode trazer informações cartográficas.

maturo, no interior do Acre. O investimento previsto era de R\$ 8,5 milhões. Cada sistema possui um poço amazonas com estrutura de madeira, dois sistemas de bombeamento, rede hidráulica de recalque inde-

pendente para cada bomba e até quatro caixas-d'água de 2.000 mil litros, para distribuição às comunidades. Além de rede de distribuição, há ligações entre as casas e as caixas-d'água individuais de 300 litros.

Figura 9 – MODELO DE REDE DE ÁGUA POTÁVEL EM COMUNIDADES ISOLADAS



Fonte: Reprodução de matéria do G1.

Não há informações sobre acesso à energia elétrica e internet nas populações ribeirinhas do Acre. O Instituto Sapien sugere o cruzamento de dados da

SPU com a localização das torres de sinal de internet e a cobertura de energia coletada pela Aneel. Essa informação não está disponível, mas pode ser gerada.

## II.d – Conflitos Territoriais

A Fiocruz mantém um mapeamento de conflitos envolvendo comunidades ribeirinhas no Brasil, disponível para acesso:

- O Instituto Sapien acompanhou o levantamento de agosto de 2022 a julho de 2023 e não houve

nenhum registro de conflito, de acordo com essa fonte, envolvendo ribeirinhos acrianos. Há, porém, registro de conflitos no Amazonas, próximo à divisa com o Acre.

## II.e – Economia

Os ribeirinhos são agricultores e extrativistas – tanto pelo uso de recursos vegetais nativos quanto pela caça e, principalmente, pela pesca, forma mais profunda de extrativismo ribeirinho, presente em todas

as comunidades.

A prática ribeirinha é bem documentada em diversas comunidades. Constam descrições em planos de manejo de Reservas Extrativistas e mesmo de

<sup>23</sup>FIOCRUCR. Mapa de Conflitos: população ribeirinha. População Ribeirinha. 2023. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/populacao/ribeirinhos/>. Acesso em: 30 jul. 2024.

Reservas Biológicas do Acre, pois é raro a Unidade de Conservação do Estado que não possua população tradicional residente, sendo a Estação Ecológica do Rio Acre a única exceção talvez (mais informações no anexo Reservas Extrativistas). Não existem dados, porém, do conjunto. Se pouco sabemos da quantidade de pessoas que vivem como ribeirinhos, menos ainda sabemos sobre dados quantitativos do volume de caça, pesca e extrativismo vegetal, ou criação de animais e plantio. Temos informações qualitativas e bastante detalhadas sobre grupos muito pequenos, sem

qualquer representatividade do conjunto, a não ser do ponto de vista de perfil antropológico e cultural, que dificilmente poderão ser úteis para projetos de desenvolvimento econômico e social.

No estudo de Martins e Martins (2012) “Ribeirinhos e Recursos Vegetais em Agroecossistemas na Amazônia Sul Ocidental, Cruzeiro do Sul, Acre”, do Instituto Federal do Estado, há uma descrição detalhada da agricultura praticada pela comunidade Boca do Môa, também conhecida como Seringal Harmonia. As autoras detalham:

Os ribeirinhos dessa comunidade vivem, principalmente, dos roçados de mandioca, do extrativismo vegetal, da pesca para autoconsumo e comercialização em pequena escala, quintais com frutas e hortaliças e da criação de pequenos animais domésticos. Os principais produtos agrícolas, por ordem de importância alimentar na comunidade, são: mandioca, milho, feijão e arroz. Essas culturas fazem parte da alimentação diária desses ribeirinhos. Nesse sistema agroambiental predomina a cultura da mandioca, sendo cultivada em 90% dos espaços visitados. É utilizada na alimentação e fabricação de subprodutos como a farinha de mandioca, farinha de tapioca, goma e beiju.

Os roçados na região são conhecidos como áreas para cultivo de mandioca, milho e feijão. Apresentam uma área mediana de 13.500m<sup>2</sup> e são feitos a partir do corte e queima da vegetação, sendo utilizada a enxada no preparo do solo. O preparo da área ocorre entre março a abril, sendo que 35% dos entrevistados contratam mão de obra externa. A semeadura se inicia no mês de maio, e a colheita, nos meses de outubro a fevereiro. Para o plantio de mandioca, as manivas são do próprio local ou trazidas de outros municípios e plantadas após a cheia das águas. Além da mandioca, observou-se a introdução de culturas como o milho e o feijão na mesma área, além de algumas frutíferas como o mamão e o abacaxi. (MARTINS; MARTINS, 2012)

Isso tudo foi verificado em uma comunidade com cerca de 100 pessoas, da qual a equipe retirou

uma “intensidade amostral” de 25%, ou seja, 25 pessoas – 17 homens e 8 mulheres. Concluem:

Os ribeirinhos da comunidade Boca do Môa utilizam sistemas de produção com características semelhantes às das demais localidades de várzea na Amazônia, com influência das enchentes e da proximidade do centro urbano. Se os roçados e quintais apresentam uma diversidade de espécies vegetais úteis, as quais são utilizadas e manejadas pelos agricultores para garantir a oferta de produtos alimentícios e medicinais para subsistência e geração de renda. Esses espaços demonstram a importância da conservação e preservação da biodiversidade em locais de várzea e manutenção das tradições culturais de plantio em quintais e roçados na Amazônia.

Ou seja, as autoras esperam que os resultados dessa amostra sejam extrapoláveis a toda a Amazônia. Com uma abordagem mais cientificamente rigorosa,

podem-se tomar as informações por indícios a serem averiguados.

### III – Unidades de Conservação (UC) e Reservas Extrativistas (Resex)

O Estado do Acre integra a Amazônia Legal, sendo reconhecido por sua rica biodiversidade e áreas de florestas tropicais. A conservação do patrimônio natural é uma preocupação para garantir o equilíbrio ambiental e a sustentabilidade das atividades econômicas e sociais que dependem dos recursos. Nesse contexto, as Unidades de Conservação (UCs) são importantes na proteção da biodiversidade e na promoção do desenvolvimento sustentável, uma vez que têm como propósito a conservação dos ecossistemas aliada ao uso responsável dos recursos naturais pelas comunidades locais.

A criação e gestão das UCs são fundamentadas em estudos técnico-científicos, em diálogos com as comunidades locais (quando existentes) e demais envolvidos. O modelo tradicional estabelecido pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) é orientado à preservação ambiental, no sentido de preservar a área mantendo-a distante ou isolada da intervenção humana, como parques nacionais ou reservas para espécies ameaçadas. Existem editais internacionais que financiam a criação desse tipo de área protegida ou de manejo, como corredores biológicos conectando UCs. Em 1982, no 3º Congresso de Parques Nacionais, realizado em Bali (Indonésia), o conceito foi expandido para incluir áreas onde existe manejo sustentável, com exploração compatível com a conservação da natureza (desenvolvimento sustentável). Esse congresso consistiu em um ponto de virada na UICN e despertou o interesse de mais países: se em 1982 havia 66 participantes, no congresso seguinte, em 1992, havia 133 países participantes. Também houve a inclusão de debates sobre colonialismo, mudanças climáticas, emancipação das mulheres, entre outros temas. Entretanto, no modelo atual da UICN, das seis categorias de Unidades de Conservação, apenas uma é voltada para o uso sustentável dos recursos naturais.

No Brasil, o marco legal é a Lei Federal nº 9.985/2000, conhecida como Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que define os

diferentes tipos de UCs, os critérios para sua criação, os objetivos de conservação e as categorias de manejo em todo o território brasileiro. O sistema brasileiro divide as UCs em dois grupos principais: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável.

As Unidades de Proteção Integral têm como principal objetivo a preservação da natureza, com visitação pública restrita e controlada. Nesse grupo, encontram-se os Parques Nacionais, Estações Ecológicas, Reservas Biológicas e Monumentos Naturais, entre outros. Essas áreas são designadas, especialmente, para proteger ecossistemas e espécies ameaçadas de extinção, possibilitando a realização de pesquisas científicas e a manutenção da biodiversidade.

As Unidades de Uso Sustentável, por sua vez, buscam conciliar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais, permitindo atividades econômicas de baixo impacto ambiental e social. Nesse grupo, incluem-se, dentre outras, as Áreas de Proteção Ambiental (APAs), as Florestas Nacionais (Flonas) e as Reservas Extrativistas (Resex). Essas áreas são consideradas fundamentais para o desenvolvimento sustentável. Cada UC criada deve possuir um Plano de Manejo — documento técnico que estabelece os objetivos de conservação, os zoneamentos, as diretrizes para o uso sustentável dos recursos naturais —, que deve ser atualizado periodicamente para garantir sua efetividade.

No Acre, a Lei Estadual nº 1.701/2006, que estabelece o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (Seuc), complementa a legislação federal e adapta suas diretrizes à realidade e particularidades do Estado. Por meio da Lei Estadual nº 1.530, de 2004, o Acre instituiu o ICMS Verde, que destina 5% do ICMS aos municípios que abrigam UCs. Em 2019, essa lei foi revogada e substituída pela Lei Estadual nº 3.532, que adotou novos critérios. Em 2020, a Constituição Federal foi objeto de emenda que vincula o rateio dos municípios com a melhoria da aprendizagem, e a Lei nº 3.532 teve que ser ajustada, com alteração dos dispositivos promovidos pela Lei nº 3.976, de 2022.

Com a recente aprovação da Reforma Tributária e a gradual supressão do ICMS, é provável que essa legislação seja revista. Atualmente, a distribuição do ICMS do Acre, entre os municípios, é a seguinte:

70%: conforme o Índice de Valor Adicionado na economia;

8,5%: inversamente proporcional ao valor adicionado per capita;

19%: conforme o Índice de Qualidade da Educação Municipal; e

2,5%: conforme o Índice de Preservação Ambiental (proporcional à área das UCs e à efetividade da gestão municipal relativa ao meio ambiente).

Segundo a Secretaria de Planejamento do Governo do Estado – SEMAPI (2024), o Acre tem 46,79% (7.678.825 ha) de seu território composto por áreas naturais protegidas e 87% de floresta nativa. O Esta-

do possui, ainda, 21 Unidades de Conservação, entre federais e estaduais, que ocupam 32,22% (5.288.713 ha) do total do território (16.412.371 ha), e 36 Terras Indígenas reconhecidas em 14,56% (2.390.112 ha).

Do total das unidades de conservação, três são de proteção integral, ou seja, têm como objetivo a preservação da natureza e o uso apenas indireto dos recursos naturais. São elas: Estação Ecológica do Rio Acre, Parque Nacional da Serra do Divisor – de responsabilidade do Governo Federal –, e Parque Estadual do Chandless (segundo maior da Região Norte), gerida pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema).

As outras 18 são de uso sustentável, isto é, admitem a presença de moradores, que compartilham da conservação da natureza com o uso racional de parcela dos recursos.

## Alguns Dados de Caracterização das Unidades de Conservação Federais no Estado

As unidades de conservação (UCs) federais são o Parque Nacional da Serra do Divisor, a Estação Ecológica do Rio Acre, a Área de Relevante Interesse Ecológico Seringal Nova Esperança, a Reserva Extrativista Alto Juruá, a Reserva Extrativista Chico Mendes, a Reserva Extrativista Alto Tarauacá e a Resex do Cazumbá-Iracema, Floresta Nacional de São Francisco, Floresta Nacional Macauã, Floresta Nacional Santa Rosa do Purus e Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade.

O **Parque Nacional da Serra do Divisor** possui 837.555 ha e foi criado pelo Decreto 97.839, em 16 de junho de 1989. É de proteção integral (tem como objetivo a preservação da natureza e o uso apenas indireto dos recursos naturais) e gestão federal. Seu território abrange Cruzeiro do Sul (16,7%), Mâncio Lima (33,4%), Marechal Thaumaturgo (8,9%), Porto Walter (29,77%) e Rodrigues Alves (11,86%).

É composto por 84,99% de floresta ombrófila aberta e 15,01% por floresta ombrófila densa 15,01%. Banha-se na bacia hidrográfica do Juruá e apresenta sobreposição em 2.447 ha (0,29% de seu território)

com a Terra Indígena Arara do Rio Amônia.

A região é um divisor de águas das bacias hidrográficas do Médio Vale do Rio Ucayali (Peru) e do Alto Vale do Rio Juruá (Acre), localizado na fronteira do Brasil com o Peru. É delimitado ainda pelos Rios Acre e Javari. Em estudos, foi registrada a presença de 1.233 espécies animais, dos quais 90 são considerados de valor especial para a conservação.

Desde o início, o Parque foi gerenciado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis, o Ibama. Residem no Parque cerca de 522 famílias. A maioria é de posseiros, descendentes de ex-seringueiros que praticam hoje a agricultura de subsistência, a extração da borracha e de fibras, caça e pesca.

A Estação Ecológica do Rio Acre, com 77.500 ha, foi criada por meio do Decreto 86.061, em 2 de junho de 1981. Área de proteção integral e gestão federal, 89,33% de seu território está em Assis Brasil e 10,67% em Sena Madureira. Composta totalmente (100%) por floresta ombrófila aberta, é banhada pela

bacia hidrográfica do Purus.

Há três tipologias na Estação: a Floresta Aberta Aluvial, ocorrendo ao longo do Rio Acre, a Floresta Aberta com Bambus, que ocorre em pequenas manchas nas áreas de altitude mais baixa e a Floresta Aberta com Palmeiras, que ocupa o restante da área da unidade. Segundo o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação há infraestrutura na estação ecológica de telefone, de internet, de sinal de telefonia celular, de computadores, de sede na UC, de alojamento, de mirante, de guarita, de embarcação pequena e de veículo de tração.

A **Área de Relevante Interesse Ecológico Seringal Nova Esperança** possui 2.576 há. Criada pelo Decreto sem número, em 20 de agosto de 1999, é de uso sustentável e gestão federal. Está localizada em Xapuri, é composta por floresta ombrófila densa e banhada pela bacia hidrográfica do Madeira. A ARIE Seringal Nova Esperança é administrada e fiscalizada pelo Ibama.

Sua criação teve como objetivo proteger exemplares raros da biota regional, em especial as espécies Castanheira (*Bertolletia excelsa*) e Seringueira (*Hevea brasiliensis*).

São proibidas na área as seguintes atividades, segundo o decreto de sua criação: aquelas que possam colocar em risco a integridade dos ecossistemas e a harmonia da paisagem, atividades que prejudiquem ou impeçam a regeneração das plantas nativas, que possam causar erosão das terras ou assoreamento dos corpos d'água ali existentes, atividades que ofereçam riscos à sobrevivência das espécies da biota nativa existentes no local, atividades de pastoreio excessivo que possa afetar a cobertura vegetal, colheita de produtos naturais, quando esta colocar em risco a conservação dos ecossistemas, instalação de indústrias potencialmente capazes de prejudicar o meio ambiente, construção de edificações que venham alterar significativamente a paisagem local e competições esportivas que possam de qualquer modo danificar os ecossistemas.

A Reserva Extrativista Alto Juruá possui 506.186 há. Foi criada pelo Decreto 98.863, de 23 de janeiro de 1990, é de uso sustentável e de gestão federal. Localiza-se em Marechal Thaumaturgo e é ba-

nhada pela bacia hidrográfica do Juruá. É composta por 77,27% de floresta ombrófila aberta e 22,73% de floresta ombrófila densa.

O órgão gestor é o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e possui Conselho Deliberativo desde 2011. Tem sobreposição de 12.184,00 ha, 2,3% do território da Reserva, com a Terra Indígena Arar do Rio Amônia. A Reserva faz fronteira com o Peru. A população local se dedica a atividades de subsistência, agricultura, pesca e artesanato, e atividades comerciais da borracha.

A **Reserva Extrativista do Alto Juruá**, a mais antiga reserva do país, vai completar 34 anos. Tem plano de manejo elaborado desde 2009 e Conselho Executor.

A **Reserva Extrativista Chico Mendes** possui uma extensão de terras de 970.570 ha. Criada pelo Decreto 99.144, de 12 de março de 1990, é de uso sustentável e gestão federal.

Localiza-se em Assis Brasil (10,82%), Brasileira (20,73%), Capixaba (0,59%), Epitaciolândia (6,41%), Rio Branco (18,61%), Sena Madureira (10,71%) e Xapuri (32,13%). É composta por 75,94% de floresta ombrófila aberta e 24,06% por floresta ombrófila densa. É banhada pela bacia hidrográfica do Purus.

Os principais produtos da Resex são a borracha e a castanha-do-brasil. Em Xapuri e Brasileira há abundância de castanhas e seringueiras. Já em Assis Brasil há baixa ocorrência dessas espécies, obrigando a população ao trabalho agrícola mais intenso. Há grande produção de açaí, mas baixa comercialização. Ainda, há consumo interno de madeiras, produção agrícola de feijão, arroz, milho e mandioca e criação de animais de pequeno porte.

A **Reserva Extrativista do Alto Tarauacá** tem extensão territorial de 151.200 há. Criada pelo Decreto sem número, de 8 de novembro de 2000, é de uso sustentável (admite a presença de moradores, que compartilham da conservação da natureza com o uso racional de parcela dos recursos) e de gestão federal.

Localiza-se em Jordão (58,36% do território da Reserva), em Marechal Thaumaturgo (3,8%) e Tarauacá (37,84%). É composta por 81,41% de floresta ombrófila aberta e 18,59% por floresta ombrófila densa. É

banhada pela bacia hidrográfica do Juruá. Tem Plano de Manejo aprovado desde 2019. Tem Conselho Deliberativo desde 2010 e é gerida pelo ICMbio.

A reserva, ao ser criada, teve como objetivo a promoção da sustentabilidade da atividade extrativista e a amenização da falta de serviços públicos. Segundo o Ibama, a reserva também ajuda na diminuição da exploração ilegal de madeira de lei, como o cedro e o mogno.

A **Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema** tem extensão territorial de 750.795 há. Criada por meio do Decreto sem número, de 19 de setembro de 2002, é de uso sustentável e gestão federal. Localiza-se em Sena Madureira (97,72% do território da reserva) e em Manoel Urbano (2,28%). É composta 100% por floresta ombrófila aberta e banhada pela bacia do Purus. O órgão gestor é o ICMbio e possui Conselho Deliberativo desde 2006. Tem Plano de Manejo, aprovado em 2008.

A mobilização para a criação da reserva iniciou-se em 1976, a partir da desapropriação que o Incra fez em seringais de Sena Madureira para implantar o Assentamento Boa Esperança. Uma parte da população se concentrou em um núcleo habitacional, origem da reserva.

A **Floresta Nacional de São Francisco** ocupa 21.600 há. Criada pelo Decreto sem número, de 7 de agosto de 2001, é classificada como de uso sustentável, além de possuir gestão federal. Localizada em Sena Madureira, é 100% composta por floresta ombrófila aberta e banhada pela bacia hidrográfica do Purus. O órgão gestor é o ICMbio. Possui Conselho Consultivo, criado em 2002, e tem Plano de Manejo aprovado em 2016.

Foi criada com o objetivo de promoção do manejo de uso múltiplo dos recursos naturais, de manutenção e proteção dos recursos hídricos e da biodiversidade, de recuperação de áreas degradadas e de apoio ao desenvolvimento sustentável dos recursos naturais das áreas limítrofes.

A **Floresta Nacional Macauã** tem extensão territorial de 173.475 há. Criada pelo Decreto 96.189, de 21 de junho de 1988, é de uso sustentável e gestão federal.

Localiza-se totalmente (100%) no município de Sena Madureira. Composta por floresta ombrófila aberta, é banhada pela bacia hidrográfica do Purus.

Tem gestão do ICMbio e Conselho Consultivo criado em 2002. Teve Plano de Manejo aprovado em 2016. Seu decreto de criação previu os seguintes objetivos: manejo sustentável e uso múltiplo dos recursos naturais, implementação do ecoturismo e pesquisa florestal aplicada, e desenvolvimento comunitário da população tradicional residente. Desenvolvimento baseado em atividades extrativistas.

A **Floresta Nacional Santa Rosa do Purus** possui 230.257 ha de extensão territorial e foi criada pelo Decreto sem número, de 7 de agosto de 2001. É classificada como de uso sustentável e tem gestão federal.

Está localizada em Feijó (79,93% de seu território) e Santa Rosa do Purus (20,07%). É composta 100% por floresta ombrófila aberta. É banhada por duas bacias hidrográficas: Juruá (78,37% do território da Unidade de Conservação) e Purus (21,63%). O órgão gestor é o ICMbio.

Apresenta sobreposição com a Terra Indígena Riozinho do Alto Envira em 7.299 ha, correspondente a 3,17% da unidade, e ainda há sobreposição com a Terra Indígena Jaminawa/Envira, em 71.071 ha, ou seja, 30,82% da Floresta Nacional Santa Rosa do Purus.

Localizada no Alto Purus, fronteira com o Peru, é a segunda Floresta Nacional do Acre. Não tem Plano de Manejo aprovado e nem Conselho Consultivo formado.

A **Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade** tem área de 325.603 ha e foi criada pelo Decreto sem número, de 17 de fevereiro de 2005. É classificada como de uso sustentável e tem gestão federal.

Está localizada em Tarauacá (86,47% do território da reserva), Cruzeiro do Sul (9,89%), Porto Walter (3,64%) e Marechal Thaumaturgo (0,35%). É composta por 87% de floresta ombrófila aberta e 13% por floresta ombrófila densa. É banhada pela bacia hidrográfica do Juruá.

O órgão gestor é o ICMbio e possui Conselho

Deliberativo formado em 2012. Tem Plano de Manejo aprovado em 2023.

Apresenta sobreposições com duas Terras Indígenas. Arara/Igarapé Humaitá, em 10.566 ha, ou seja, 3,25% do total da área e com a Terra Indígena Rio Gregório, em 68 ha, 0,02%. A reserva se localiza nas margens da BR-364 e segue a bacia do Rio Liberdade até as suas cabeceiras.

### **Alguns dados de caracterização das unidades de conservação estaduais.**

O Governo Estadual é responsável por oito unidades de conservação (UCs): Chandles, Florestas Estaduais do Antimary, do Rio Gregório, do Mogno, do Rio Liberdade, Área de Relevante Interesse Ecológico Japiim-Pentecoste, Áreas de Proteção Ambiental Igarapé São Francisco, Lago do Amapá e Floresta Estadual do Afluyente do Complexo do Seringal Jurupari.

O **Parque Estadual Chandless**, situado nos municípios de Manoel Urbano (66,44%), Santa Rosa do Purus (24,12%) e Sena Madureira (9,45%), possui área de 670.135 hectares – correspondente a 4,23% do território do Estado. Foi criado pelo Decreto nº 10.670, de 2 de setembro de 2004, e tem por objetivo a proteção da diversidade biológica. É uma Unidade de Conservação de proteção integral.

O Parque é composto 100% de floresta ombrófila aberta, banhada pela bacia hidrográfica do Purus. Possui Plano de Manejo desde 2011 e Conselho Gestor Consultivo, aprovado em 2009. A Unidade de Conservação é gerida pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre (Sema-AC).

A UC **Floresta Estadual do Antimary** tem 47.064 há. Criada pelo Decreto nº 046, de 7 de fevereiro de 1997, teve seus limites alterados pelo Decreto No 13321, de 1º de dezembro de 2005. É de uso sustentável, ou seja, admite a presença de moradores, que compartilham da conservação da natureza com o uso racional dos recursos.

Localiza-se em Bujari (72,85%) e em Sena Madureira (27,15%). É composta por 44,71% de floresta ombrófila aberta e 55,29% de floresta ombrófila densa. Banha-se na bacia hidrográfica do Purus. Possui Plano de Manejo e Conselho Gestor, mais precisamente Conselho Consultivo, aprovado juntamente

com seu Regimento Interno. É gerida pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre (Sema-AC).

A **Floresta Estadual do Rio Gregório** tem território de 216.062 ha. Foi criada por meio da Portaria 10, de 28 de abril de 2005 e é de uso sustentável e de gestão estadual. Localiza-se em Tarauacá e é composta por 94,68% de floresta ombrófila aberta e 5,32% de floresta ombrófila densa. É banhada pela bacia hidrográfica do Juruá.

Possui Plano de Manejo e Conselho Consultivo, aprovados em 2008, juntamente com seu Regimento Interno. A Unidade de Conservação é gerida pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre (Sema-AC).

A **Unidade de Conservação Floresta Estadual do Mogno** tem território de 143.897 ha. Foi criada pelo Decreto No 9.717, de 9 de março de 2004, é de uso sustentável e gestão estadual. Localiza-se em Tarauacá e é banhada pela bacia hidrográfica do Juruá. É composta por 95,43% de floresta ombrófila aberta e 4,57% por floresta ombrófila densa.

Foi criada com o objetivo de promover o manejo dos recursos naturais, proteger os recursos hídricos, as belezas cênicas, e os sítios históricos e arqueológicos, além de fomentar o desenvolvimento da pesquisa científica básica e aplicada da educação ambiental e das atividades de recreação, lazer e turismo. Tem Plano de Manejo e Conselho Consultivo aprovados juntamente com seu Regimento Interno.

A **Unidade de Conservação Floresta Estadual do Rio Liberdade** tem 126.360 ha. Foi criada pelo Decreto 9.716, de 9 de março de 2004, é de uso sustentável e gestão estadual. Está localizada em Tarauacá e é composta 100% por floresta ombrófila aberta. Tem área sobreposta de 42.341 ha (33,65%) com a terra indígena Rio Gregório.

A unidade possui Plano de Manejo e Conselho Consultivo, aprovados em 2008, juntamente com seu Regimento Interno, também aprovado no mesmo ano.

A **Área de Relevante Interesse Ecológico Japiim-Pentecoste**, com 25.000 ha, foi criada pelo Decreto 4.365, de 6 de julho de 2009, e é de uso sustentável e gestão estadual. Localizada em Mâncio

Lima (64,17%) e em Cruzeiro do Sul (35,83%), 37,24% de seu território é composto por floresta ombrófila aberta e 62,76% por floresta ombrófila densa. É banhada pela bacia hidrográfica do Juruá.

Segundo informações do Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre, a criação da Área de Relevante Interesse Ecológico Japiim-Pentecoste estabelece o corredor ecológico formado pelo Parque Nacional da Serra do Divisor, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável São Salvador e as terras indígenas Nukini, Naua e Poyanawa. O escopo principal da área é manter os ecossistemas naturais de importância regional bem como regular o uso admissível e compatível com a conservação da natureza.

A **Área de Proteção Ambiental do Igarapé São Francisco** possui 30.000 ha. Foi criada pelo Decreto 12.310, de 14 de junho de 2005. É de uso sustentável e gestão estadual. Localiza-se em Rio Branco (88,48%) e Bujari (11,52%), e é composta 100% por floresta ombrófila aberta. É banhada pela bacia hidrográfica do Purus.

Foi criada com os seguintes objetivos: preservação e a recuperação dos remanescentes da biota local, ordenação da ocupação das áreas de influência do Igarapé São Francisco, proteção e a recuperação do igarapé São Francisco e demais cursos d'água e do seu entorno, fomento da educação ambiental e das pesquisas científicas, além de proteger a diversidade biológica, os recursos hídricos e o patrimônio espeleológicos.

O plano de manejo está em construção e será, segundo o Governo do Estado, composto por vários relatórios, com diversas etapas que ainda estão sendo consolidadas e que vão conter diagnósticos socioambientais e econômicos.

A feitura do plano conta com apoio financeiro do Programa Paisagens Sustentáveis da Amazônia (ASL), coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e pela Conservação Internacional (CI), que contratou uma empresa encarregada de elaborar o plano sob supervisão da Semapi.

A APA possui Conselho Consultivo, aprovado em 2009. A Unidade de Conservação é gerida pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre (Sema-AC).

A **Área de Proteção Ambiental do Lago do Amapá** foi criada pelo Decreto 13.531, em 26 de dezembro de 2005. É de uso sustentável e gestão estadual. Está localizada em Rio Branco, banhada pela bacia hidrográfica do Purus, e é composta por floresta ombrófila aberta. Possui área de aproximadamente 5.200 hectares

Possui Plano de Manejo, aprovado no ano de 2012. Possui, também, Conselho Consultivo, aprovado em 2006, juntamente com seu Regimento Interno, aprovado no mesmo ano. A Unidade de Conservação é gerida pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre (Sema-AC).

A **Floresta Estadual do Afluentes do Complexo do Seringal Jurupari** possui 155.120 ha, foi criada por meio do Decreto 6.808, em 15 de maio de 2017. É de uso sustentável e gestão estadual.

Dos 155.120 ha, 55,9% encontram-se no município de Feijó e 44,1% em Manoel Urbano. A Unidade de Conservação é 100% de floresta ombrófila aberta. É banhada pela bacia hidrográfica do Purus.

A criação da Unidade de Conservação Floresta Estadual do Afluentes é derivada da política estadual constante no Zoneamento Ecológico Econômico, onde se objetivou a mitigação dos impactos causados pela abertura da BR-364.

O órgão gestor é a Secretaria Estadual de Meio Ambiente; ainda não há conselhos implantados e plano de manejo aprovado.

### **Área de proteção ambiental municipal**

A Área de Proteção Ambiental Raimundo Irineu Serra foi criada em 7 de junho de 2005, por meio do Decreto número 500, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Rio Branco, capital do Estado.

Sua criação teve como objetivo proteger e conservar os patrimônios natural, histórico-cultural e processos ecológicos. Além disso, ordenar o uso dos recursos naturais e o uso e ocupação do solo garantindo a manifestação cultural, que tem origem no Acre, do Santo Daime.

É uma Unidade de Conservação de uso sustentável, onde se conjuga o aprimoramento das condições ambientais e o incentivo ao desenvolvimento de atividades econômicas compatíveis com a sustentabi-

lidade dos recursos naturais.

No tema referente a Povos Tradicionais serão abordadas as Reservas Extrativistas (Resex), com a descrição de suas populações. Para tanto, foram utilizados os documentos-síntese da Fase II e da Fase III do Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre, o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, o Portal Unidades de Conservação do Brasil do Instituto Socioambiental, o artigo “A Produção Agropecuária nas Reservas Extrativistas do Acre” (Biblioteca digital da Embrapa) e, quando disponível, o Plano de Manejo de cada Resex. Outras fontes também foram consultadas e são citadas no próprio texto.

### **Reservas Extrativistas (Resex) do Estado do Acre**

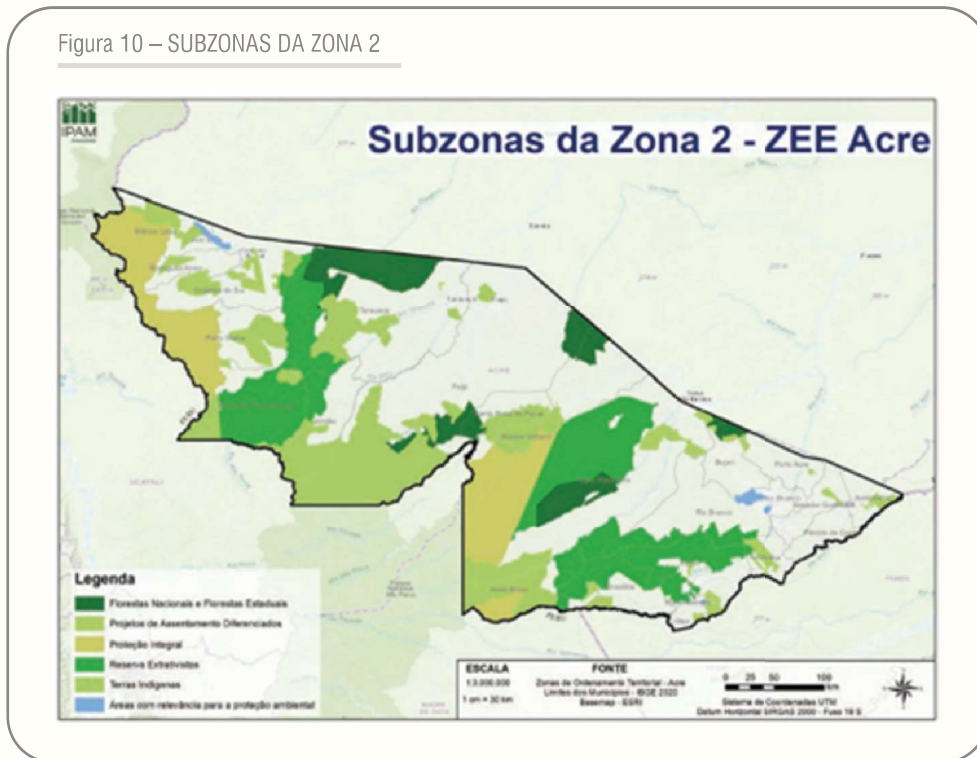
A Reserva Extrativista é uma categoria de Unidade de Conservação que visa proteger territórios ocupados tradicionalmente por populações extrativistas e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais por essas comunidades. Seu principal objetivo é conciliar a conservação da natureza com a subsistência e a atividade extrativista de populações tradicionais, como seringueiros, ribeirinhos e pescadores, que dependem dos recursos naturais para sua sobrevivência e modo de vida. Conforme o documento-síntese da Fase II do ZEE, a Resex “atende, especificamente, a dois objetivos: promover a conservação da natureza e o uso sustentável dos recursos naturais e manter o meio de vida e a cultura das populações tradicionais (chamadas de ‘extrativistas’ na legislação anterior)”. Nessas áreas, a extração de produtos naturais como castanha-do-brasil, látex, frutas e óleos vegetais é permitida, desde que aconteça de forma sustentável, respeitando-se os ciclos naturais e a capacidade de regeneração dos ecossistemas.

As Resex têm as seguintes possibilidades de exploração econômica: visitas; atividades econômicas sustentáveis por moradores e pesquisas científicas voltadas à conservação da natureza, permitidas com autorização do ICMBio. A produção, em Reservas Extrativistas, é regulada pelos seguintes documentos: Plano de Manejo – “Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.” (art. 2º, inciso XVII da Lei nº 9.985/2000 – “Lei do SNUC”); e o Contrato de Concessão Real de Uso, pelo qual “é instituída a concessão de uso de terrenos públicos ou particulares, remunerada ou gratuita, por tempo certo ou indeterminado, como direito real resolúvel, para fins específicos de regularização fundiária de interesse social, urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra, aproveitamento sustentável das várzeas, preservação das comunidades tradicionais e seus meios de subsistência ou outras modalidades de interesse social em áreas urbanas”. (art. 7º do Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007). A legislação anterior admitia ainda o Plano de Utilização que, à época da Fase II do ZEE-AC, era vigente somente para as Resex Alto Juruá e Chico Mendes. Esse documento foi incorporado ao Plano de Manejo, por meio da Instrução Normativa ICMBio nº 7, de 2017, que regula todo Plano de Manejo e revoga a legislação anterior.

A Resex possui Conselho Consultivo formado por representantes das comunidades locais, órgãos públicos e sociedade civil, que participa das decisões sobre o uso e a gestão da área, garantindo a participação social. Na Fase III do ZEE-AC, de 2021, as Resex foram incluídas como subzonas da Zona 2, ao lado das demais áreas de preservação, conforme o mapa abaixo:

A Resex possui Conselho Consultivo formado por representantes das comunidades locais, órgãos públicos e sociedade civil, que participa das decisões sobre o uso e a gestão da área, garantindo a participação social. Na Fase III do ZEE-AC, de 2021, as Resex foram incluídas como subzonas da Zona 2, ao lado das demais áreas de preservação, conforme o mapa abaixo:

Figura 10 – SUBZONAS DA ZONA 2

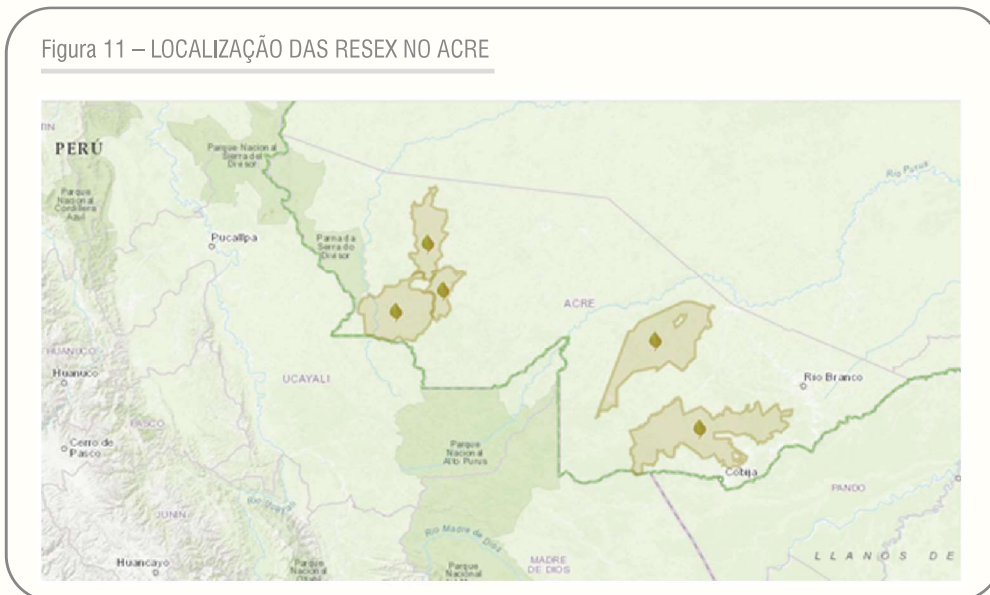


Fonte: Documento-síntese da Fase III do ZEE-AC.

O Brasil possui 96 reservas extrativistas, segundo o CNUC (Cadastro Nacional de Unidades de Conservação). Na Amazônia são 71, das quais cinco estão no Acre: Resex Riozinho da Liberdade, Resex Alto Juruá, Resex Alto Tarauacá, Resex Chico Mendes e Resex Cazumbá-Iracema.

A área total das Resex brasileiras é de cerca de 15,7 milhões de hectares. As cinco Resex do Acre somam 2.704.354 hectares, o que representa 16,74% de seu território e 17,2% da área total de Resex brasileiras.

Figura 11 – LOCALIZAÇÃO DAS RESEX NO ACRE



Fonte: ICMBio, 2023 (elaborado pelo Instituto Sapien).

Duas Resex fazem fronteira com o Peru: Alto Juruá e Chico Mendes. A de Alto Juruá tem a maior linha de fronteira delimitada pelo Rio Breu, com vizinhos indígenas da mesma etnia, tanto no lado peruano quanto no brasileiro. A Resex Chico Mendes faz fronteira com o Peru, na região de Tahuamanu, mas se prolonga até próximo da fronteira com a Bolívia.

Os produtos extrativos mais significativos das Resex no Acre são a borracha e a castanha-do-brasil. Conforme o calendário anual de atividades agrícolas, o extrativismo da castanha-do-brasil é complementar à produção de borracha. Além do extrativismo vegetal, a caça e a agricultura familiar compõem um modo de vida que resultou nas paisagens atuais. A agricultura praticada nas Resex é tipicamente familiar, com exploração baseada no cultivo da mandioca, banana, arroz, milho e feijão. Nos anos estudados, a pecuária era praticada nas áreas, com elevada criação extensiva de bovinos de corte. A literatura, porém, é pobre em levantamentos, dados de campo e informações sistematizadas sobre a produção agropecuária nas Resex do Acre. A Resex Chico Mendes é a que possui maior número de famílias que criam gado.

Hoje, a castanha-do-brasil é a única espécie da cadeia de produtos extrativistas que tem viabilidade econômica e social, mas ela não ocorre de forma na-

tural nas Resex Riozinho da Liberdade, Alto Tarauacá e Alto Juruá. Atualmente, o extrativismo tem pouca relevância econômica para a maioria das Resex. Por exemplo, nas Resex Riozinho Liberdade e Alto Juruá, muitas pessoas são aposentadas, assalariadas e funcionárias públicas. Outros que se declaram extrativistas não exercem essa atividade há algum tempo, vivendo do roçado e de plantações em praias no período seco. Como fonte de renda, o extrativismo só é relevante na Resex Chico Mendes, devido, principalmente, à castanha-do-brasil. O artigo “A Produção Agropecuária nas Reservas Extrativistas do Acre” (biblioteca da Embrapa) propõe remuneração para as famílias por serviços ambientais, por manterem as atividades tradicionais agroextrativistas, evitando o êxodo rural.

O Ibama/AC é o órgão responsável pela gestão dessas Resex, no Acre. Outras cinco reservas estão em processo de criação, na área de jurisdição do Ibama/AC: Croa (próximo a Cruzeiro do Sul); Rio Iaco (alto do Rio Iaco, em Sena Madureira); Currallinho (Rio Envira, em Feijó); Toma Cuidado (Rio Purus, Boca do Acre, próximo a Sena Madureira); Mari Floresta (Rio Acre, Boca do Acre, próximo a Porto Acre). O Ibama/AC responde, ainda, pela Resex Arapixi, do município de Boca do Acre (Estado do Amazonas), por estar mais próxima de Rio Branco que de outras capitais.

Tabela 18 - RESEX CHICO MENDES – UC CÓD. 0000.00.0222

|                                    |  |
|------------------------------------|--|
| ÁREA LEGAL                         | 970.570 ha (maior do Acre e 2ª maior do Brasil)  |
| LOCALIZAÇÃO                        | Cerca de 60 km ao sudoeste da capital, via Ramal do Caipora, margeando as proximidades da BR-317 e da fronteira com a Bolívia, até alcançar a zona urbana de Assis Brasil e alcançar a fronteira com o Peru. |
| ANO DE CRIAÇÃO                     | 1990 (Decreto nº 99.144 - 12/3/1990).  |
| POPULAÇÃO                          | 8.200 habitantes (2010), distribuídos em 1.694 colocações (áreas florestais de 300 a 500 ha, distantes entre si) ao longo de 48 seringais.   |
| MUNICÍPIOS COM PERCENTUAL DE Resex | Xapuri (32,13%)<br>Brasileia (20,73%)<br>Rio Branco (18,61%)<br>Assis Brasil (10,82%)<br>Sena Madureira (10,71%)<br>Epitaciolândia (6,41%)<br>Capixaba (0,59%)   |
| ÓRGÃO GESTOR                       | ICMBio   |

Fonte: Relatório do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação e Instituto Socioambiental.

Segundo o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), a Resex nasceu da luta dos seringueiros na defesa de sua identidade. Nos anos 1970, muitos seringais foram comprados por empresários da Região Sul, que transformaram a floresta em área de pastagem, acabando com o meio de vida dos seringueiros e castanheiros. Estes passaram a resistir a essas mudanças e à expulsão, unindo-se em sindicatos de trabalhadores rurais e organizando os chamados “empates” – forma

de luta organizada para impedir as derrubadas.

Em Xapuri, Chico Mendes se destacou como liderança por meio do sindicato, um fato novo na vida do seringueiro. Em 1990, o Conselho Nacional dos Seringueiros consegue o reconhecimento legal do Governo Federal por meio da criação das Resex do Alto Juruá, em 23 de janeiro, e da Resex Chico Mendes, em 12 de março, as primeiras dessa categoria de Unidades de Conservação.

Figura 12 – LOCALIZAÇÃO DA RESEX CHICO MENDES



Fonte: Documento-síntese da Fase III do ZEE-AC23<sup>23</sup>.

O bioma dominante na Resex Chico Mendes é a floresta tropical aberta, com subgrupos diferenciados: floresta tropical aberta com bambu, floresta tropical aberta com palmeiras e floresta tropical aberta com cipó. O Projeto RadamBrasil indica a presença, unicamente, de solos eutróficos, o que sugere boa fertilidade, em função de sua capacidade de troca (contém mais de 50% de bases trocáveis). Cerca de 55% desse solo têm textura argilosa e 83% de argila de atividade alta, o que revela áreas com amplo potencial de produção. Os principais tipos de solos encontrados são o Podzólico Vermelho-Amarelo, Podzólico Vermelho-Amarelo Eutrófico e o Hidromórfico Gleyzado Eutrófico. O acesso se dá por via rodoviária pela BR-317 e por via fluvial, pelo Rio Xapuri e afluentes, exceto no período de seca, quando não é navegável. Acesso também viável por Sena Madureira, pelos Rios Iaco, Macaúã e seus afluentes.

Estudo de 1992, do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), apresentou o total de 12.017 moradores vivendo em 1.838 famílias na reserva. Outro estudo de 1996, do ISPN, apontava uma queda para 1.400 famílias, confirmando o êxodo rural previsto pelo Ibama para a segunda metade da década de 1990.

A reserva abriga diversas comunidades que participaram do plano de utilização, aprovado pelo

Ibama, em 1995, e do Plano de Manejo, em 2006. São elas: em Assis Brasil (Icuriã, Margem, Guanabara, Santa Rita, Petrópolis, Divisão, Mulungu, Primavera, Manatigueira, Natal, Javali, Cumarú, Amélia, São Felix, Xapuri, Erecê, Bela Vista, Samauma e São Pedro); em Brasileia (Filipinas, Porvir, Porongaba, Humaitá, São Cristóvão, Pindamonhangaba, Guanabara, Apodi, Etelve, Amapá, Triunfo, Tabatinga, São Salvador, Vale Quem Tem e Sai Cinza); em Capixaba (Seringal Vila Nova); em Xapuri (Dois Irmãos, Independência, Palmari, São Pedro, Semitumba, Porto Franco, Sibéria, Albrácia, Nazaré, Floresta, Boa Vista, Filipinas e Riozinho); em Rio Branco (Seringal Bonfim).

O artigo A Produção Agropecuária nas Reservas Extrativistas do Acre (SIVIERO; TEIXEIRA; SANTOS, 2019) elege as principais comunidades da Resex: Icuriã, Maloca, Amapá-Centro, Apodi, Cumarú, Divisão, Dois Irmãos, Filipinas, Rio Branco, São Pedro, Porangaba e Triunfo. No início da década de 1990, a reserva abrigava 86 escolas. Conforme o CNS, a Resex Chico Mendes possuía um alto contingente de alunos frequentando a escola, mas, na safra da seringa (maio a agosto), a evasão é maior. O levantamento feito por Fittipaldy (2006), junto às comunidades da Reserva, identificou que os principais problemas ligados à educação eram o transporte escolar deficitário (alunos caminhavam até duas horas) e a carência de escolas

<sup>23</sup>CADASTRO NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Ministério do Meio Ambiente. Plataforma oficial de dados do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. 2024. Disponível em: <https://cnuc.mma.gov.br>. Acesso em: 30 jul. 2024.

entre a 5ª e a 8ª séries. O estudo deixou sugestões de melhorias na infraestrutura das escolas e do transporte, na merenda, no aumento da quantidade de escolas, no aprimoramento dos professores para incorporarem a educação ambiental, além de aproximação das secretarias de educação municipais e estadual. O posto local de saúde, segundo esse levantamento, era frequentado por 24% dos moradores, que utilizavam medicação alopática, remédios caseiros e consultavam curandeiros e rezadeiras, diante da dificuldade de acesso a medicamentos. As doenças mais comuns eram malária, leishmaniose, febre, gripe, verminoses, cortes provocados por golpes de faca e machado durante a extração de produtos, diarreia, anemia e desnutrição. O CNS (1992) informa que a maioria dos moradores apresentava algum problema dentário e o principal procedimento era a extração, feita quando os moradores se deslocavam a um núcleo urbano.

Os trabalhos desenvolvidos na área da saúde foram a melhoria da alimentação com a diversificação de cultivos na agricultura familiar (por exemplo, formação de sistemas consorciados de espécies frutíferas em áreas degradadas); utilização de técnicas como secagem de plantas medicinais e preparação das tradicionais garrafadas; técnicas simplificadas de geoterapia e homeopatia.

O Plano de Manejo, de 2006, apresentou várias sugestões, como a ampliação das unidades de saúde (em quantidade de postos e melhoria da infraestrutura); mais veículos para transporte de pacientes; maior comunicação entre as unidades de saúde; inclusão do atendimento odontológico; qualificação dos profissio-

nais (melhor seleção, capacitação, supervisão, pesquisa de satisfação); visitas domiciliares periódicas e agendadas; educação profilática com linguagem acessível; incentivo para pesquisas com medicina tradicional e sua valorização; divulgação prévia do calendário de vacinação. A integração entre as diferentes esferas federal, estadual e municipais também foi citada.

A maioria da população não tinha água filtrada e a coleta era feita direto de rios e córregos. Somente 9% das residências possuíam fossa ou privada. Segundo Fittipaldy (2006), em Assis Brasil, teve início um projeto, em parceria com a Funasa, para beneficiar unidades familiares com fossas individuais e construir um núcleo geminado nas escolas, mas cerca de 70% das casas ainda não tinham sido contempladas na época do estudo. O Plano de Manejo também sugeriu a continuidade do Programa de Saneamento Rural da Funasa, construção de fossas e equipamentos sanitários com participação da comunidade e priorização de determinados espaços (como escolas e unidades de saúde), educação sanitária nas unidades de saúde e nas escolas e desenvolvimento de parcerias e metas.

A Resex Chico Mendes está inserida em uma região de produção industrial de aves, bovinos, suínos, seringueiras e castanha-do-brasil. O desempenho produtivo varia de acordo com a proximidade dos núcleos urbanos e com a quantidade de seringueiras e castanheiras. O Plano de Manejo descreve mudanças nas atividades econômicas da área, desde a criação da Resex. Um corte temporal do documento comparou atividades de 1992 e 2005:

Tabela 19 - COMPARATIVO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS NA RESEX CHICO MENDES, NO INÍCIO DE 1990 E EM 2005

| Atividades (década de 1990)                    | Atividade (em 2005)                  |
|--|--------------------------------------|
| <b>EXTRATIVISMO</b>                            | <b>EXTRATIVISMO</b>                  |
| Borracha                                       | Borracha                             |
| Castanha                                       | Castanha                             |
| -  | Coleta de sementes e óleo de copaiba |
| <b>AGRICULTURA</b>                             | <b>AGRICULTURA</b>                   |
| Arroz  | Arroz                                |
| Milho  | Milho                                |
| Feijão   | Feijão                               |
| Mandioca                                       | Mandioca                             |
| -  | Tabaco                               |
| <b>FRUTÍFERAS</b>                              | <b>FRUTÍFERAS</b>                    |
| Banana   | Banana                               |
| Laranja  | Laranja                              |
| Abacate  | Abacate                              |
| Manga  | Manga                                |
| Mamão  | Mamão                                |
| Maracujá                                       | Melancia                             |
| Jaca   | Cupuaçú                              |
| Limão  | -                                    |
| Lima   | -                                    |
| Tangerina                                      | -                                    |
| Caju   | -                                    |
| Goiaba   | -                                    |
| Abacaxi  | -                                    |
| Coco da Bahia                                  | -                                    |
| Açaí, bacaba, patuá, coco de ouricuri e outros | -                                    |
| <b>CRIAÇÕES</b>                                | <b>CRIAÇÕES</b>                      |
| Porco  | Porco                                |
| Aves   | Aves                                 |
| Gado   | Gado                                 |
| -  | Ovelha                               |
| CAÇA   | CAÇA (informação não disponível)     |
| PESCA  | PESCA (informação não disponível)    |

Fonte: Plano de Manejo, 2006.

No período de 1992 a 2005, foram introduzidas as seguintes atividades: cultivo de tabaco, cana-de-açúcar, melancia e cupuaçu; coleta de sementes e produção de óleo de copaíba e criação de ovelhas. Todas as atividades abandonadas eram ligadas ao cultivo de frutíferas. O Plano de Manejo fez sugestões para todas as atividades produtivas abordadas e outras, como o turismo. Os principais produtos extrativistas são a borracha e a castanha-do-brasil, sendo que 90% da borracha e 78% da castanha-do-brasil eram produzidos em Xapuri e Brasileia. A produção, porém, estava em queda: de 1992 para 2005, a borracha caiu de 2,1 mil para 400 toneladas, e a de castanha, de 340 mil para 130 mil latas de castanha. A reserva é grande produtora de látex e, em Xapuri, foi construída a Natex, empresa produtora de preservativos masculinos de látex natural, apesar de não ter alcançado sucesso. O cultivo de açaí era abundante, mas sua comercialização era pequena. O cipó-timbó era utilizado por 43% da população para a confecção de artesanato. Outros produtos extraídos eram patauí, bacaba, cajá, cipó-de-imbé, bacuri, sementes, jatobá, palmito, pupunha, copaíba, breu-branco, cupuaçu, sucuba e buri-ti. As espécies madeireiras são itaúba (madeira nobre para canoas), cedro e cerejeira (consumo interno e venda). Em Xapuri, no ano de 2007, foi instalada, com investimento estatal, uma fábrica de pisos que custou R\$ 38 milhões, com capacidade superior ao que a comunidade produzia no manejo florestal. Em 2011,

foi aprovado o primeiro Plano de Manejo Madeireiro da Resex Chico Mendes, com ampliação da área utilizada para 18,7 mil ha, mais que o suficiente para a fábrica. Os produtos agrícolas cultivados na reserva eram arroz, feijão, milho, mandioca, cupuaçu, açaí, jarina, pimenta-do-reino, bacaba, patauí, araçá-boi, hortaliças, abóbora, frutas (abacaxi, laranja, mamão, melancia, banana) e andiroba. As culturas permanentes eram de pupunha e café, cultivadas, sobretudo em Xapuri. Em Assis Brasil, a baixa ocorrência de espécies com interesse extrativista conduziu a população para o trabalho agrícola mais intenso.

A criação de gado é muito relevante na Resex Chico Mendes e em todo o Alto Acre, sobretudo para o abate, produto animal mais comercializado pelas famílias. Em 2009, havia 21 mil cabeças em Xapuri, Brasileia e na comunidade Icuriã. Em Assis Brasil, mais de 80% das famílias criavam bovinos de corte. No Plano de Utilização, a criação de gado era limitada a até 50% da área destinada para atividades complementares. A criação de aves era relevante, com mais de 90% das pessoas consumindo ovos e carne de aves semanalmente. Outros animais criados eram patos, cavalos, burros, ovelhas, capotes (IBAMA, 2002). O patrimônio familiar médio, em 1999, era de R\$ 4.203, e quase metade era proveniente de animais criados. Havia, ainda, a caça de porquinho-do-mato, veado-campeiro, macaco-prego, queixada e anta, e a pesca de piaba, cará, piauí, mandi e traíra, principalmente.

Tabela 20 – SUGESTÕES DE LIDERANÇAS PARA PROJETOS PRODUTIVOS NA RESEX CHICO MENDES

| LOCAL          | ATIVIDADE   |
|----------------|---|
| Sena Madureira | Aproveitamento de madeira<br>Criação de peixes<br>Plantio de Seringueiras                               |
| Xapuri         | Apicultura<br>Criação de peixes<br>Criação de animais silvestres  |
| Capixaba       | Manejo florestal<br>Criação de peixes<br>Artesanato (madeira, cipós, sementes e borracha)               |
| Brasiléia      | Coleta de sementes<br>Criação de animais silvestres<br>Artesanato (madeira, cipós, sementes e borracha) |
| Assis Brasil   | Criação de peixes<br>Aproveitamento de madeira<br>Beneficiamento de castanha                            |

Fonte: Plano de Manejo, 2006.

Levantamento da Sema, em 2009, apurou que as atividades mais rentáveis na reserva eram o extrativismo e a pecuária, cada uma responsável por 35% da renda familiar. Conforme a tabela abaixo, porém, nas

comunidades em que o extrativismo é mais relevante, a agricultura e a pecuária são menos relevantes, e vice-versa.

Tabela 21 – PERCENTUAL DA FONTE DE RENDA FAMILIAR DA RESEX CHICO MENDES, EM 2011

| Comunidades  | Agricultura | Pecuária | Programa Social | Assalariado | Extrativismo | Outra atividade | Aposentado |
|--------------|-------------|----------|-----------------|-------------|--------------|-----------------|------------|
| Icuriã       | 14          | 61       | 23              | 2           | -            | -               | -          |
| Maloca       | 15          | 31       | 39              | -           | 15           | -               | -          |
| Amapá-Centro | 22          | 16       | 4               | 16          | 42           | -               | -          |
| Apodi        | 1           | 18       | 24              | -           | 57           | -               | -          |
| Cumarú       | 13          | 34       | 9               | 22          | 20           | 2               | -          |
| Divisão      | 32          | 31       | 5               | 9           | 22           | 1               | -          |
| Dois irmãos  | 25          | 9        | 15              | 7           | 16           | 10              | 18         |
| Filipinas    | 1           | 7        | 3               | 4           | 73           | 1               | 11         |
| Rio Branco   | 1           | 9        | 1               | 0           | 75           | 4               | 0          |
| São Pedro    | 36          | 0        | 1               | -           | 47           | 4               | 12         |
| Porangaba    | 7           | 23       | 14              | -           | 30           | -               | 26         |
| Triunfo      | 31          | 9        | 6               | 11          | 22           | -               | 21         |

Fonte: Plano de Manejo, 2006.

O Conselho Deliberativo era formado por representantes do Ibama, da Embrapa, Funasa, UFAC, secretarias estaduais e prefeituras (40% da composição) e por diversas associações de moradores, seringueiros e produtores rurais, sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas e representante do CNS (60%). Existiam, na Resex Chico Mendes, 15 associações, cinco cooperativas e 54 núcleos de base, em 2006.

Além dos Núcleos de Base realizarem ações para melhoria do local (MAIA, 2006), promoviam reuniões de caráter educativo para abordar temas de interesse das comunidades, como produção, comercialização, higiene, saúde, escola e lazer. Nas cooperativas, as principais atividades desenvolvidas eram a compra, beneficiamento e armazenamento de borracha e castanha-do-brasil, além da busca de alternativas de renda, créditos e fornecimento de materiais de consumo. As cooperativas citadas em estudo da Edufac, de 2017, eram a Cooperativa Agroextrativista de Xapuri

(chegou a ser um dos maiores contribuintes do ICMS no município); a Cooperativa de Produtores e Extrativistas do Rio Acre (Cooperacre), com unidades em Xapuri, Brasileira e Rio Branco e uma usina de beneficiamento de castanha-do-brasil; a Cooperativa das Associações de Produtores e Extrativistas de Brasileira; e a Cooperativa Agroextrativista de Brasileira.

No mesmo estudo da Edufac, são citadas as seguintes associações locais: Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Xapuri (Amoprex); Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Brasileira (Amopreb); Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Capixaba (Amoprecap); Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Assis Brasil (Amopreab); e Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Sena Madureira (Amopresema).

Tabela 22 - RESEX RIOZINHO DA LIBERDADE – UC CÓD. 0000.00.0257

|  |  |
|--|--|
| ÁREA LEGAL                                     | 325.602 ha.  |
| LOCALIZAÇÃO                                    | Margens da BR-364, engloba a bacia do rio que a nomeia.  |
| ANO DE CRIAÇÃO                                 | Decreto s/nº, 17 de fevereiro de 2005.   |
| POPULAÇÃO                                      | 2.500 pessoas (2015), sendo mil caboclos na Resex e, na área de amortecimento, 200 caboclos, 800 indígenas e 500 pessoas não identificadas como população tradicional. |
| MUNICÍPIOS COM PERCENTUAL DA RESEX QUE ABRIGAM | Tarauacá (86,47%)<br>Cruzeiro do Sul (9,89%)<br>Porto Walter (3,64%)<br>Marechal Thaumaturgo (0,35%)   |
| ÓRGÃO GESTOR                                   | ICMBio   |

Fonte: Relatório do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação e Instituto Socioambiental.

O Riozinho da Liberdade foi a região de maior produção de borracha natural, no começo do séc. XX, sendo considerada um refúgio para os indígenas, pela fartura de caça, pesca, frutos, madeira e solo fértil. Foi palco de correrias, organizadas pelos seringalistas, contra os indígenas afastados da área (OCHOA et al.,

2003). A etnia Arara foi a última dos indígenas a habitar as margens e centros do Riozinho.

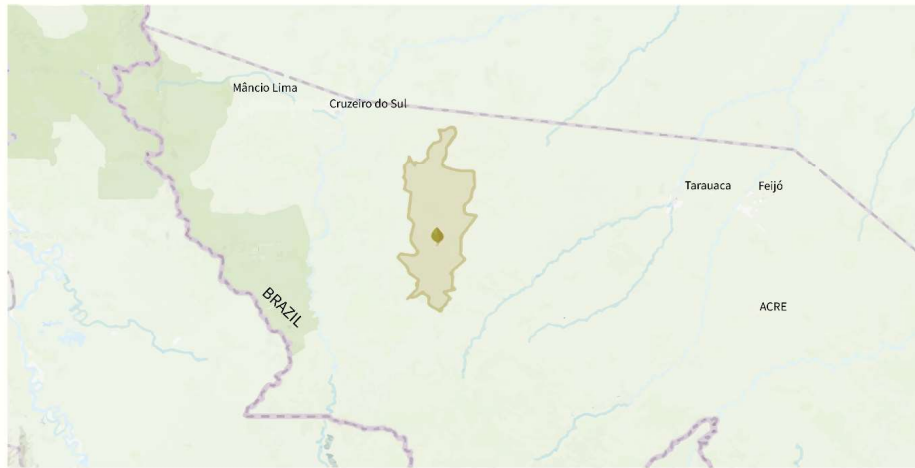
Conforme o documento-síntese da Fase II, em 2006, a Resex abrigava 177 famílias. Seus principais produtos eram a borracha e a farinha.

No Cadastro Nacional de Unidades de Con-

servação, algumas informações estão desatualizadas, como as relativas aos municípios envolvidos. O Instituto Socioambiental traz informações mais precisas

nesse sentido, conforme o mapa abaixo, e que foram utilizadas na descrição deste tema.

Figura 13 – LOCALIZAÇÃO DA RESEX RIOZINHO DA LIBERDADE

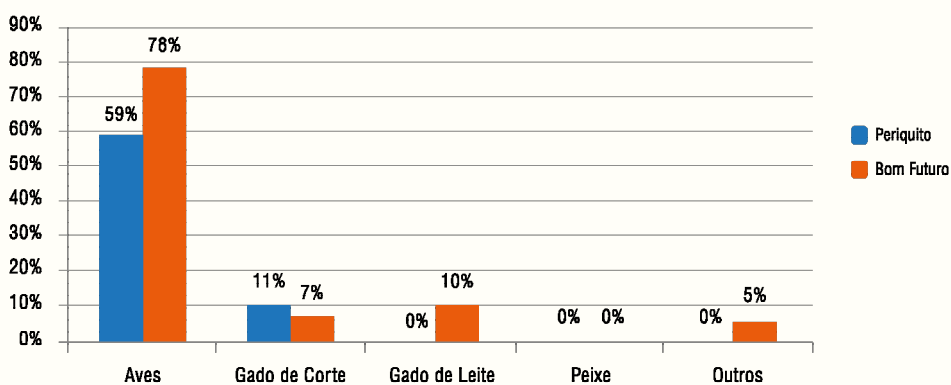


Fonte: ICMBio, 2023 (elaborado pelo Instituto Sapien).

Conforme dados de 2016, do Ministério do Meio Ambiente, a Resex Riozinho da Liberdade tinha infraestrutura precária, com energia fornecida por gerador a diesel/gasolina, abastecimento local de água sem tratamento, sendo o esgoto jogado no curso d'água mais próximo. Naquele ano, não havia a presença de telefones ou celulares, nem veículos rodoviários leves – havia apenas pequenas embarcações e veículos de tração. De acordo com o artigo acima citado

(Biblioteca Embrapa/2019), as comunidades mais relevantes nessa Resex eram a Periquito e Bom Futuro. Em ambas, predominavam as atividades de subsistência. Na Bom Futuro, a produção para comercialização era concentrada na farinha de mandioca, enquanto na Periquito o comércio era mais diversificado, oferecendo feijão, milho, banana e arroz, além da farinha de mandioca.

Gráfico 14 – COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR NAS COMUNIDADES PERIQUITO E BOM FUTURO



Fonte: Embrapa, 2019.

As principais espécies agrícolas cultivadas nessa Resex, em ordem de importância são: mandioca, milho, feijão, arroz e banana em plantio de lavoura branca ou consorciada, com poucas famílias cultivando hortaliças. As etapas para o cultivo incluem a derruba e a queima da vegetação em processo de regeneração; no solo recém-queimado, é cultivado primeiramente o arroz, seguido da mandioca e milho. Após dois ou três anos de cultivo, a terra é deixada em repouso, quando, via sucessão vegetal, recompõe a sua fertilidade. Durante a estação de seca, as comunidades das praias plantam melancia, feijão e abóbora. A produção de farinha de mandioca é totalmente artesanal. As casas de farinha com piso de chão batido são rústicas e dispõem de poucos equipamentos e mínima higienização. Os materiais para produção de farinha de mandioca são os mais requisitados pelas comuni-

dades. O Instituto Sapien vislumbra a possibilidade de atividade de inclusão digital e um modelo integrado de minigeração elétrica combinada – fotovoltaica e hidrelétrica – com automação da produção e armazenamento hermético. Para que a farinha de mandioca seja produzida no modo artesanal, é preciso retirar a lenha com machado; descascar as raízes; transportar água para lavá-las; triturar raízes e a massa moída; prensar a massa com equipamentos rústicos; peneirar a massa; escaldar e torrar a massa em fornos de lenha; ensacar em sacos de fibra. A criação de animais não é expressiva. O mercado consumidor fica muito longe e somente 8%, na comunidade Periquito, e 2%, na comunidade Bom Futuro, comercializam aves. Foi registrada a criação de galinhas, peru, galinha-d’angola, bovinos, porcos, ovelhas, cabras, cavalos e burros.

Tabela 23 – RESEX CAZUMBÁ-IRACEMA – UC CÓD. 0000.00.0232

|  |  |
|--|--|
| ÁREA LEGAL                                     | 750.795 ha (2ª maior do Acre).   |
| LOCALIZAÇÃO                                    | Bacia do Rio Purus, entre este e o Rio Macauã, com acesso de Sena Madureira pelos rios Caeté e Macauã e pelos ramais do 16 e do Nacélio. |
| ANO DE CRIAÇÃO                                 | Decreto - s/nº - 19/9/2002.  |
| POPULAÇÃO                                      | 1.800 moradores internos e, na zona de amortecimento, mais 500 ribeirinhos, 200 indígenas e 9 mil moradores não tradicionais (2016).     |
| MUNICÍPIOS COM PERCENTUAL DA RESEX QUE ABRIGAM | Sena Madureira (maior que 100%, em georreferenciamento).<br>Manoel Urbano (2,28%).   |
| ÓRGÃO GESTOR                                   | ICMBio   |

Fonte: Relatório do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação e Instituto Socioambiental.

Essa área integra o Corredor Oeste da Amazônia, um dos sete grandes corredores ecológicos propostos para o Brasil (RICARDO & LIMA, 2004). Conforme o documento-síntese da Fase II, sua área oficial é

maior, mas no georreferenciamento ela teve que ser reduzida, em função da linha divisória da Gleba Chandless, que deu origem ao Parque Estadual.

Figura 14 – LOCALIZAÇÃO DA RESEX CAZUMBÁ-IRACEMA



Fonte: ICMBio, 2023 (elaborado pelo Instituto Sapien).

Os moradores estão distribuídos em “colocações”, áreas florestais de 300 a 500 ha, bem distantes entre si. É necessário um dia de jornada pelo interior da floresta para uma pessoa alcançar outra colocação. A mais importante delas é o Núcleo do Cazumbá, com 40 famílias (MELO, 2002). Outras comunidades são: Médio Caeté, Alto Caeté, Dois Irmãos, Iracema e Riozinho do Cachoeira.

A UC tem sede construída, alojamento, pousada/hotel, conexão com a rede geral de energia elétrica e gerador em três áreas (dados de 2007 mostram que os geradores ficam no Núcleo do Cazumbá, na sede do seringal Cachoeira e no seringal Granja), além de placas fotovoltaicas em outras três áreas (Núcleo do Cazumbá, Cuidado e Bela Vista). Possuem veículos leves e de tração, e embarcações de pequeno e médio porte. Havia um telefone público no seringal Cachoeira e duas antenas de celular, no Núcleo do Cazumbá. A captação de água é local, sem tratamento. O esgotamento é por fossa ou sumidouro (MMA/2016). O Plano de Manejo de 2007 revelou uma situação muito precária: 11% dos moradores da Resex, no Núcleo do Cazumbá, tinham módulos sanitários com vaso e chuveiro em sistema de escoamento de dejetos, captação, armazenamento e distribuição de água; 9% usavam “fossas negras” ou “privadas” – proteção de madeira como biombos, buracos pouco profundos e sem

qualquer tipo de tratamento para evitar mau cheiro ou transmissão de doenças; e 80% faziam suas necessidades a céu aberto, não possuindo nenhum tipo de infraestrutura de saneamento básico.

Esse Plano de Manejo descrevia a população da seguinte forma: 98% nascidos em Sena Madureira, sendo 56% homens e 44% mulheres, com 95% das uniões não registradas (união estável), cada casal com três a seis filhos (até 11, em alguns casos). A maior parte (61%) vive no mesmo local há pelo menos 20 anos. Os deslocamentos limitavam-se, geralmente, à troca de “colocações”, dentro da própria Resex; 57% já tinham vivido em outro local (44% em outro seringal), 12% na cidade e 1% em projetos de assentamento. Àquela época, 62% eram jovens de até 21 anos e 6% eram idosos, com mais de 60 anos.

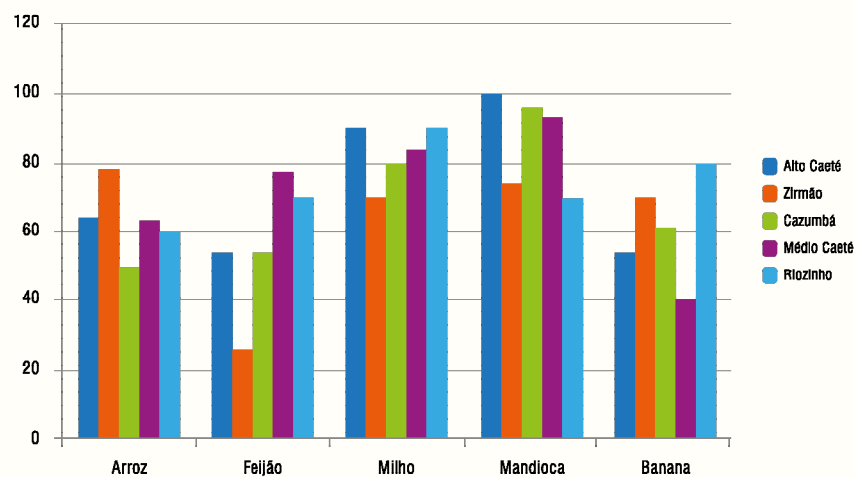
Em 2003, havia 305 alunos distribuídos entre 12 escolas – nove estaduais e três municipais. Quase todas ofereciam ensino da 1ª à 4ª série, no modelo multisseriado (alunos de diferentes séries na mesma sala). Uma única escola era de Ensino Médio e somente uma oferecia Educação para Jovens e Adultos (EJA). No total, eram 15 professores e oito deles viviam na própria comunidade.

Havia um posto de saúde, de Sena Madureira, próximo a Resex, frequentado por cerca de 20% da comunidade. Em 1997, as principais doenças eram: gri-

pe, malária, verminose, hepatite, diarreia e doenças causadas por picadas de insetos. Era comum a ocorrência de piolhos, leishmanioses e micoses, e havia casos de fratura, sarampo, malária, anemia, hepatite e acidentes com animais peçonhentos. Entre os principais desafios, foram listados: criação de animais soltos pelo quintal, destinação inadequada do lixo domiciliar e falta de campanhas de vacinação e saneamento básico.

Em termos de subsistência e renda, 2/3 das famílias dependem da agricultura, do extrativismo ou de ambos. Os roçados costumam ser pequenos, de 1 hectare, sendo a mandioca o único produto cultivado o ano inteiro, gerando uma renda regular. Os solos são, em geral, quimicamente pobres e mal drenados, com alguns trechos férteis. Na Reserva existem quatro tipos de solo: Argissolos Eutróficos, Alissolos Hipocrômicos, Cambissolos Eutróficos, Gleissolos Háplicos.

Gráfico 15 – PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS CULTIVADOS NA RESEX CAZUMBÁ IRACEMA – EM PERCENTUAL DE FAMÍLIAS PRODUTORAS



Fonte: Embrapa, 2019.

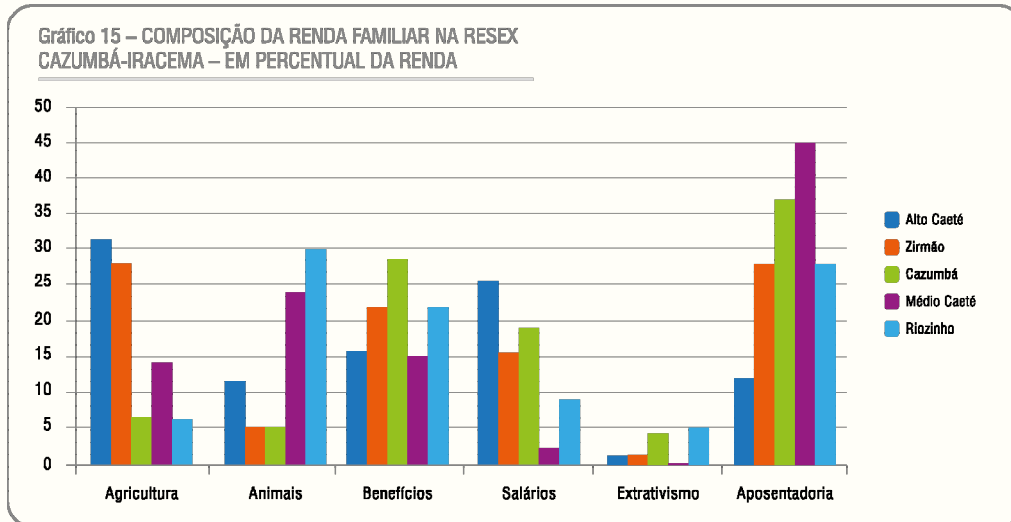
Em relação à criação de animais, quase 60% são aves, 21%, bovinos, além de porcos, patos, ovinos, cavalos e asnos. Em 2003, mais da metade das famílias criava bovinos, com a média de sete cabeças por família – um interesse crescente, pois significava uma poupança para os moradores da Resex. Naquela época, 64% das famílias ordenhavam vacas leiteiras, mas o leite não era comercializado e era consumido, geralmente, in natura. Também havia caça de paca, porquinho e veado-campeiro.

No conjunto de colocações ocupadas, existiam cerca de 16 mil seringueiras, distribuídas em duas mil estradas de seringa, das quais 320 (16%) são exploradas. A borracha é extraída por 32% das famílias, e a castanha, por 12%. Conforme CNPT/IBAMA (2003), outros produtos extrativos encontrados eram: mel, cipó-timbó, açaí, patauá, bacaba, cajá, cipó-de-ambé, bacuri, sementes, jatobá, palmito, pupunha, copaíba, breu-branco, cupuaçu, sucuba e buriti. Os moradores

extraíam, para uso próprio, a itaúba (confecção de canoas), o cedro e a cerejeira, mas o Plano de Manejo cita 130 espécies vegetais identificadas. Algumas delas têm importância econômica e estavam concentradas em áreas específicas ou presentes em diversas localidades: jarina (*Phytelephas macrocarpa*), copaíba (*Copaifera sp.*), cumaru-ferro (*Dipteryx odorata*), mogno (*Swietenia macrophylla*), além dos já citados açaí, seringueira, castanheira, cedro e cerejeira.

Contudo, diferente das finalidades da Resex, o extrativismo estava em tendência de queda, enquanto a produção pecuária e a extração ilegal de madeira apresentavam tendência de crescimento. Na comunidade Cazumbá, a mais populosa, seus moradores eram beneficiários de programas sociais, aposentadoria e salários, compondo fortemente a renda, em detrimento da agricultura, conforme a figura abaixo. Além disso, alguns moradores prestavam serviços temporários em seringais e fazendas, recebendo, em

2007, as seguintes diárias: serviços de roçagem e peão de fazenda (R\$ 15,00), barqueiro e carpinteiro (R\$ 30,00) e motosserrista (R\$ 60,00).



Fonte: Embrapa, 2019.

Os moradores da Reserva receberam o Crédito Instalação, um benefício do Programa Nacional de Reforma Agrária estendido aos moradores de reservas extrativistas. Em 2003, 115 famílias acessaram programas de financiamento: 43% no Prorural e 57% no Prodex - Programa de Apoio ao Desenvolvimento do

Extrativismo. Contudo, de acordo com o próprio Plano de Manejo, havia dificuldade de escoamento, falta de assistência técnica e outras barreiras que aumentaram a inadimplência de muitas famílias, e o extrativismo se mostrou insustentável.

Tabela 24 – RESEX DO ALTO JURUÁ – UC CÔD. 0000.00.1517

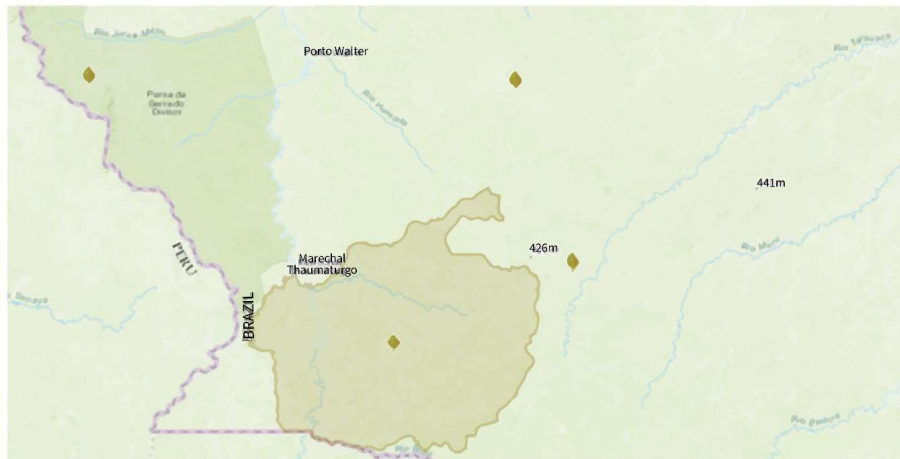
|                                    |   |
|------------------------------------|---|
| ÁREA LEGAL                         | 506.186 ha (3ª maior do Acre)   |
| LOCALIZAÇÃO                        | Fronteira com o Peru, ao sul e na mesma bacia hidrográfica, com quatro áreas indígenas: tribo Kampa do Rio Amônia (a oeste, com sobreposição de área); tribo Jaminawa-Arara (ao norte); tribo Kampa do Rio Breu e Kaximinawa (ao sul); e a leste, com a tribo Kaximinawa, todas em território brasileiro. Tem área contígua à área do Parna, da Serra do Divisor. Limita-se, ao norte, com as Resex Alto Tarauacá e do Riozinho da Liberdade. Inclui a junção do Rio Juruá com o Rio do Breu. |
| ANO DE CRIAÇÃO                     | Decreto 98.863, de 23/1/1990. É a primeira reserva extrativista do Brasil.  |
| POPULAÇÃO                          | 7.500 moradores internos e, na zona de amortecimento, mais 500 ribeirinhos, 1.500 indígenas e 7 mil moradores não tradicionais (2016).  |
| MUNICÍPIOS COM PERCENTUAL DA RESEX | Marechal Thaumaturgo (99,68%), Jordão, Porto Walter e Tarauacá.   |
| ÓRGÃO GESTOR                       | ICMBio  |

Fonte: Relatório do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação e Instituto Socioambiental.

O acesso a essa Resex é de barco, partindo de Cruzeiro do Sul, pelo Rio Juruá. É uma viagem que pode durar de três a quatro dias de barco comum ou

um dia de barco tipo “voadeira”. Também é possível a viagem por via aérea, saindo de Cruzeiro do Sul até o município de Marechal Thaumaturgo.

Figura 15 – LOCALIZAÇÃO DA RESEX ALTO JURUÁ



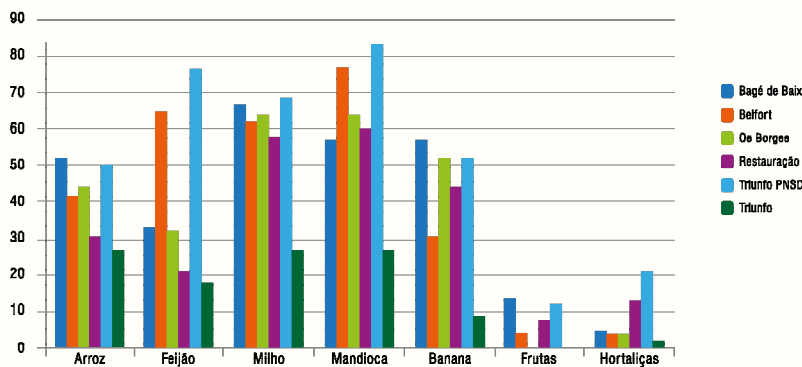
Fonte: ICMBio, 2023 (elaborado pelo Instituto Sapien).

O bioma onde está a Resex Alto Juruá tem, pelo menos, quatro tipos de florestas tropicais de terra firme: uma de cobertura vegetal densa e outra de cobertura aberta – essas jamais ficam inundadas; e outros dois tipos de florestas ligadas à rede hidrográfica: a floresta tropical aluvial, inundada periodicamente, e a floresta tropical de terraços. Há ainda outras formações menos expressivas. Essa área apresenta uma grande diversidade de primatas (16 espécies) e

mamíferos (130 espécies), com destaque para onça-pintada, onça-parda, ariranha, lontra, anta, veado, peixe-boi e queixada.

As mais importantes comunidades, de acordo o Instituto Socioambiental, são Foz do Bagé de Baixo, Belfort e Restauração, mas há ainda outras ocupações. Em 2011, os principais produtos agrícolas, em ordem de importância, eram a mandioca, o milho, o arroz, a banana, o abacaxi e o feijão.

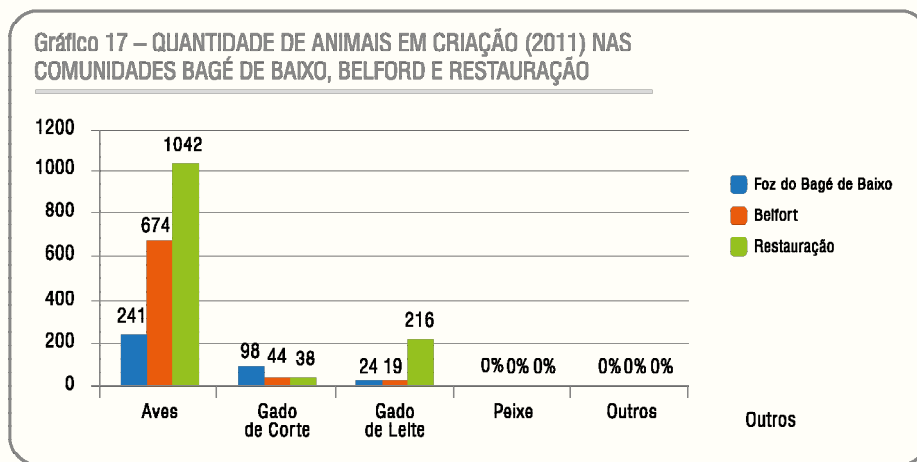
Gráfico 16 – PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS CULTIVADOS NA RESEX ALTO JURUÁ – EM PERCENTUAL DE FAMÍLIAS PRODUTORAS



Fonte: Embrapa, 2019.

O cultivo se dá em pequenos roçados, com baixa produtividade (PANTOJA et al., 2009; SIVIERO et al., 2012). As mulheres plantam pequenas hortas ou canteiros nos quintais e cultivam cebolinha, couve, coentro, pimenta e maxixe. Em Belfort, havia o plantio de muitas lavouras brancas de feijão e de tabaco para comercialização. Os galpões ficavam dentro da comunidade para destacamento e secagem das folhas de fumo. A maioria dos agricultores nunca recebeu acompanhamento técnico da produção e, muitas vezes, chegavam a perder a produção em face do ataque

de pragas (lagarta, no tabaco, e o queima, no feijão), faltando conhecimento para controle biológico. Na comunidade de Triunfo, as fruteiras são plantadas em roçados e nos quintais, como graviola, mamão, coco, limão, laranja, cana-de-açúcar e abacaxi. A comunidade de Restauração se destaca na criação de aves e gado leiteiro, mas a distância do povoado dificulta a comercialização. Em Bagé de Baixo, o gado era para corte. Pantoja et al (2009) observou que, entre o ano de 1995 e 2000, houve um aumento de 50% nas famílias que criavam gado de corte na Resex.



Fonte: Embrapa, 2019.

Na comunidade de Borges, há grande criação de animais de pequeno porte, como aves (galinhas, patos, gansos e perus) e animais de grande porte, como bovinos e suínos. As áreas destinadas à criação de aves e suínos são os quintais das casas, com os animais criados livremente, sem estrutura de confinamento para alimentação. Em Triunfo, especialmente entre os mais velhos, há grande conhecimento e tradição de produção de objetos artesanais para uso e venda, como vassouras, abanos, peneiras, paneiros, cordas, chapéus e cestas, feitos de fibras e folhas de

palmeiras, cipós, madeira e raízes. A despeito de residirem em uma Resex, nenhum morador obtém fonte de renda no extrativismo. Nas comunidades Bagé de Baixo, Restauração e Triunfo PNSD e Triunfo, há concentração de pessoas assalariadas, mas que recebem benefícios sociais. Em Borges e Belfort, a renda obtida com atividade agrícola é maior. Em Belfort, 48% das famílias praticam agricultura com venda do excedente. Em Borges, a pecuária se destaca na composição da renda das famílias.

Tabela 25 - COMPOSIÇÃO DE RENDA FAMILIAR DAS PRINCIPAIS COMUNIDADES DA RESEX ALTO JURUÁ

| Comunidade/atividade | Bagé | Belfort | Borges | Restauração | Triunfo PNSD | Triunfo |
|----------------------|------|---------|--------|-------------|--------------|---------|
| Agricultura          | 6    | 48      | 66     | 3           | 21           | 31      |
| Pecuária             | 1    | 7       | 30     | 4           | 4            | 9       |
| Benefícios sociais   | 47   | 10      | 3      | 30          | 41           | 27      |
| Funcionalismo        | 46   | 35      | 1      | 63          | 34           | 11      |
| Extrativismo         | -    | -       | -      | -           | -            | 22      |

Fonte: Embrapa, 2019.

Conforme relatório parametrizado do MMA, de 2014, a Resex Alto Juruá não tem infraestrutura de hospedagem, nem sede construída. Nessa época, foi confirmada energia na rede geral de distribuição, além de telefones e internet. Os moradores tinham veículos leves (não havia veículos de tração) e pequenas embarcações. Todos os imóveis da Resex estavam regularizados, com mobilização intermediada pela Associação de Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá – Asareaj. Conforme o Instituto Socioambiental, a Reserva “passou por um processo exemplar de mobilização social até o momento de sua

criação (1990) e elaboração do Plano de Utilização”. Contudo, mais tarde, ela “passou por um processo de desmobilização, em virtude da centralização da associação concessionária, além de se transformar em um palco de disputas políticas”. Vale ressaltar que cerca de metade dos eleitores do Marechal Thaumaturgo encontram-se dentro da Reserva. O Projeto Noruega, a partir de 2009, iniciou um processo de resgate da motivação e da razão de ser da reserva extrativista. Contudo, o relatório parametrizado do MMA indica que a Resex Alto Juruá ainda não possui Plano de Manejo.

Tabela 26 - COMPOSIÇÃO DE RENDA FAMILIAR DAS PRINCIPAIS COMUNIDADES DA RESEX ALTO JURUÁ

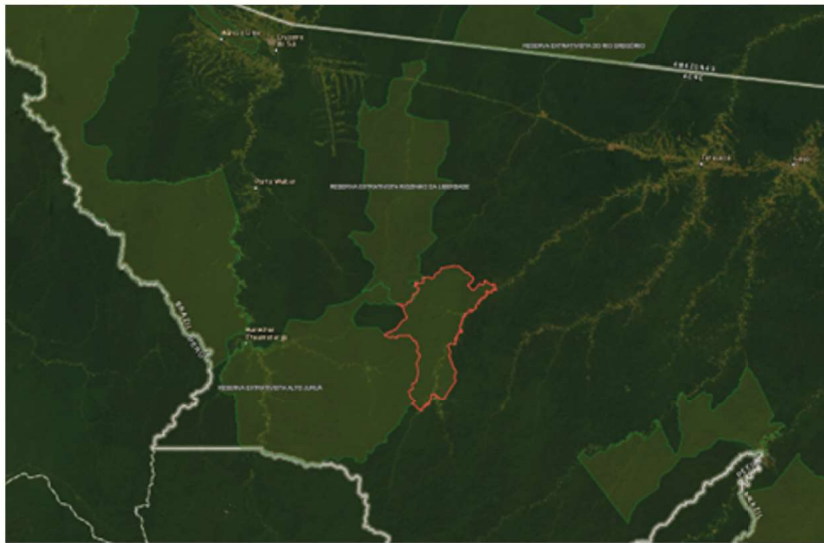
|                                    |   |
|------------------------------------|---|
| ÁREA LEGAL                         | 151.199,64 ha (a menor do Acre).  |
| LOCALIZAÇÃO                        | No arco norte da fronteira, sub-região Alto do Juruá, legalmente subordinada a procedimentos específicos, orientados pela Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Enafron). Jordão é a zona urbana mais próxima de 97% da população. |
| ANO DE CRIAÇÃO                     | Decreto s/n de 8/11/2000  |
| POPULAÇÃO                          | Estimativa de 1.350 habitantes (2017).  |
| MUNICÍPIOS COM PERCENTUAL DA RESEX | Jordão (58,2%)<br>Taruacá (38,4%)<br>Marechal Thaumaturgo (3,5%)  |
| ÓRGÃO GESTOR                       | ICMBio  |

Fonte: Relatório do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação e Instituto Socioambiental.

A Resex Alto Tarauacá está inserida na Região Hidrográfica do Amazonas, em nível federal (ottobacia nível 1), na Região Hidrográfica do Solimões, em nível regional (ottobacia nível 2) e Bacia Hidrográfica do Rio Juruá, em nível estadual (ottobacia nível 3). Os principais cursos de água dessa região, cerca de 92,7%, estão na Bacia Hidrográfica do Rio Tarauacá (140.183

ha,), abrangendo também pequenas porções das bacias dos rios Juruá (8.751 ha, 5,8%), Gregório (1.745 ha, 1,2%) e Juruá/Liberdade (512 ha, 0,3%). Mais de 40% dos moradores têm problemas para acessar suas moradias, especialmente nos meses de fevereiro a março, quando acontecem as grandes cheias dos rios.

Figura 16 – LOCALIZAÇÃO DA RESEX ALTO TARAUACÁ



Fonte: Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, 2023.

Conforme o Plano de Manejo (volume 1, 2020), no território da Resex Alto Tarauacá, 2,07% da área tinham sido antropizadas até 2017. Os outros 97,9% eram florestas. Um total de 5% consistia em floresta aberta com palmeiras, em área aluvial, às margens dos rios Tarauacá e Jordão – região que mais sofre interferência de atividades de uso da terra. A Resex Alto Tarauacá se encontra em uma das regiões de mais alta densidade de sítios arqueológicos do Estado do Acre, na fronteira entre os municípios de Jordão e Tarauacá. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), as pesquisas arqueológicas no Acre datam de 1970 e eram inconstantes. Particularmente, no seringal Alagoas, moradores do igarapé São Salvador (comunidade Nazaré) e dos seringais Boa Vista e Duas Nações afirmam encontrar gigantescos ossos fósseis de animais às margens do igarapé. No entorno da Resex, foram identificados fósseis, mas a lacuna de conhecimento é muito grande e ainda não houve pes-

quisa para averiguar a questão.

As secas e as inundações mais intensas registradas na história ocorreram entre 2003 e 2013, com destaque para as secas de 2005 e 2010. Esses eventos extremos afetam a população ribeirinha, tanto nas áreas rurais como urbanas, e trazem problemas para o transporte comercial de pequena escala de pequenos agricultores e pescarias.

Conforme o Plano de Manejo de 2017, mais da metade da população era formada por menores de 20 anos de idade, e 2% tinham mais de 60 anos. Mais da metade das famílias reside na região há 10 anos ou menos. A comunidade Alagoas foi a que mais recebeu famílias nos últimos tempos, enquanto a Duas Nações é, na maior parte, composta por famílias que estão ali há mais de 20 anos. A partir de 2004, com o Programa Crédito de Instalação, que disponibilizou R\$ 7.400 por família, quase todas as casas foram construídas e 90% delas têm parede e piso de madeira (as feitas de

paxiúba somam 10%), enquanto 73% têm cobertura de alumínio (22,5% com folha de palmeira e 1,4% de palha). Menos de 3% das casas tinham alvenaria e telhado de zinco ou outro metal. Quase 20% das famílias possuem uma segunda casa, a maioria delas fora da Resex. Os principais motivos são: moradia dos filhos enquanto estudam na cidade, estadia quando a família vai à cidade e renda de aluguel.

Conforme o Plano de Manejo, o levantamento realizado pela Universidade Federal de Viçosa em 2014, revelou a educação como um dos maiores problemas. Entre os chefes de família, 40% se declaravam analfabetos e 18% semianalfabetos – esses dados pouco variam entre as comunidades. Estão em escolas dentro da Resex 85% dos estudantes. Na cidade de Jordão, estudam 13% (sobretudo em Duas Nações) e 2% em outros locais. Dos que estudam em Jordão, 89% precisam de barco para chegar nas escolas. A insatisfação na saúde é grande – 63% estavam insatisfeitos e 33% alegam que a saúde era inexistente na Reserva. Durante os 12 meses anteriores ao levantamento, 53% dos moradores precisaram de atendimento de saúde. Destes, 25% foram atendidos em alguma das comunidades e 72% recorreram ao sistema de saúde de Jordão, dos quais 2/3 foram para postos de saúde. Os agentes comunitários de saúde atenderam a 72,5% da população da Resex, com visita mensal em 60% das famílias. Apenas 19% dos moradores conheciam alguém que praticava a medicina tradicional em suas

comunidades. A baixa qualidade da água e a ausência de saneamento e tratamento de lixo poderiam ter causado diarreia em 15% dos pesquisados, tendo sido este o maior problema de saúde identificado na reserva.

Os jovens relataram que os principais problemas eram o acesso restrito às tecnologias (19%), falta de lazer (17%), violência (14%), álcool (12%), ausência de escola (6%) e gravidez precoce (6%). As motivações para sair da Resex eram viver em local isolado (37%), buscar oportunidade de estudos (22%), preferir estilo de vida urbano (15%), buscar oportunidade profissional (5%), não ter perspectiva na atividade extrativista (5%), ter renda limitada e buscar acesso à tecnologias (2%). Para eles, os centros urbanos oferecem escolas de mais qualidade, trabalho, estilo de vida e renda. Os motivos para continuar na Resex eram a proximidade da família (31%), a liberdade (26%), a paz e tranquilidade (10%).

Em quase todas as comunidades pesquisadas, pelo menos 80% das famílias praticavam a caça e a pesca, enquanto a coleta de madeira (açaí, bacaba ou patuá) era praticada por 54% das famílias. O extrativismo era inexpressivo em termos de rentabilidade. Mais da metade da renda familiar das comunidades Alagoas e Massapê vem do programa Bolsa Família, enquanto em Redenção, 41% das famílias são remuneradas por meio do trabalho assalariado.

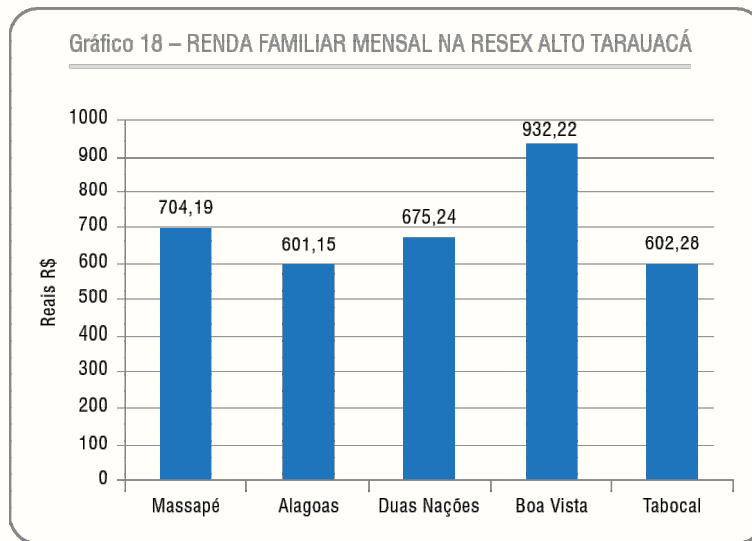
Tabela 27 – COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR NA RESEX ALTO TARAUACÁ

| Indicador  | Variável                 | Boa Vista | Alagoas | Massapê | Duas Nações | Jaminawá | Redenção |
|--|--------------------------|-----------|---------|---------|-------------|----------|----------|
| COMPOSIÇÃO DA RENDA (% CONTRIBUIÇÃO: % FAMÍLIAS) | Bolsa Família            |           | 59      | 67      | 27          | 32       | 27       |
|  | Aposentadoria            |           | 8       | 3       | 25          | 15       | 11       |
|  | Assalariado              |           | 7       | 8       | 8           | 22       | 41       |
|  | Pecuaría                 |           | 25      | 13      | 15          | 10       | 4        |
|  | Agricultura              |           | 34      | 21      | 16          | 16       | 12       |
|  | Extrativismo             |           | 0       | 0       | 0           | 0,1      | 0        |
|  | Criação pequenos animais |           | 20      | 29      | 5           | 5        | 4        |
|  | Diarista                 |           |         |         | 12          | 1,6      | 0        |

Fonte: Plano de Manejo volume 1, 2020.

De acordo com dados de 2020, a agricultura e a criação de animais são atividades relevantes para a renda das comunidades nessa Resex, que variam mui-

to entre elas. A renda média, na comunidade Boa Vista, por exemplo, é 44% maior que as outras.

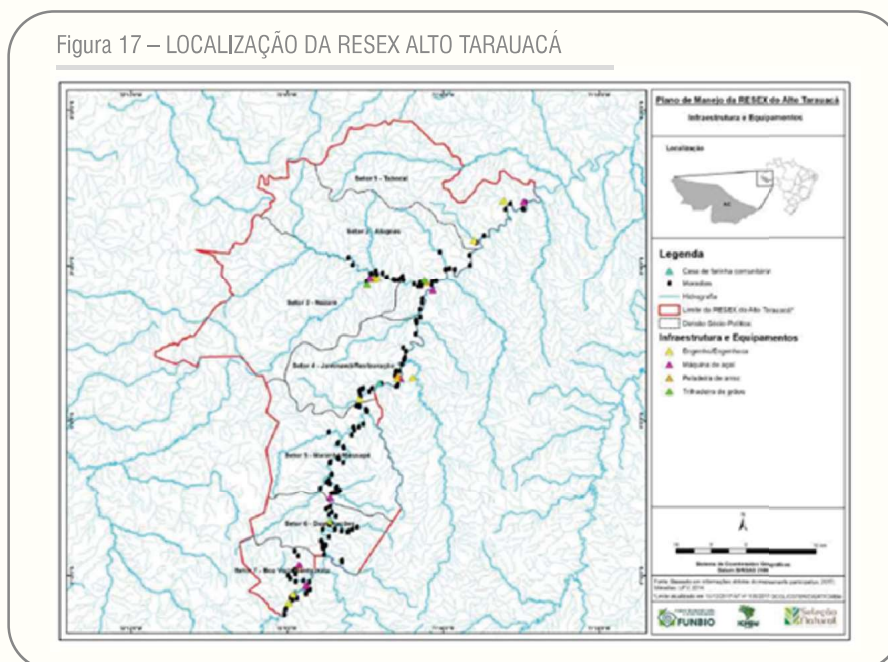


Fonte: Plano de Manejo volume 1, 2020.

Os moradores dessa Resex cultivam, em ordem de importância: arroz, feijão, milho, mandioca (principal produto, inclusive como farinha, também comercializada), banana (89%: consumo próprio, 11%: comercialização), além de cana-de-açúcar (incluindo seus derivados: rapadura, melado e açúcar mascavo), hortaliças (destaque para a comunidade Massapé), tabaco (consumo próprio e comercialização) e frutas (melancia, graviola, caju, mamão maçã e os cítricos li-

mão, laranja doce e tangerina). A área de produção se estende 85% em florestas primárias, 8% em capoeira e 6% em pastagens. O armazenamento acontece em paiol próprio ou nas residências. São raros os trabalhos agroflorestais, sendo as “queimas” a prática mais comum. Nos últimos anos, programas e projetos públicos têm disponibilizado máquinas de beneficiamento (trilhadeiras de grãos, peladeiras de arroz e máquinas de açaí).

Figura 17 – LOCALIZAÇÃO DA RESEX ALTO TARAUACÁ



Fonte: Plano de Manejo volume 1, 2020.

Embora os principais produtos do extrativismo, na região, sejam a borracha e a castanha-do-brasil, outros produtos são extraídos em menor quantidade como cipó-timbó, açaí, patuá, bacaba, cajá, bacuri, jatobá, pupunha, breu-branco, copaíba, cupuaçu, sucuba e buriti. Pelo menos 85% das famílias da Resex têm criação de galinhas. Hoje, os principais produtos que os moradores das margens trocam com os regatões são os animais, seguidos da borracha e, em menor montante, os produtos agrícolas. Verificou-se a necessidade de dois principais insumos externos para a criação de animais, a vacina e o sal mineral, que representam, em algumas comunidades, 90% dos insumos adquiridos. O gado criado é composto por animais mestiços, sem melhora genética. Mais da metade dos moradores cria gado de leite e 20% do gado é destinado ao corte. Os animais avançam sobre as plantações vizinhas, uma vez que os moradores não dispõem de meios para comprar arame farpado, gerando muitos conflitos. Os animais mais caçados são pacas, porquinhos e veados-campeiros. A estimativa é de 43 kg de biomassa caçada por ano, nas comunidades Duas Nações, Jaminawá e Redenção (2013). Mais de 90% das famílias consomem pescado dos rios, igarapés e lagos da reserva. As espécies mais encontradas são piaba, cará, mandi, piau, traíra. A comercialização desordenada e a falta de transporte para o escoamento dos produtos são os maiores problemas, segundo relato dos moradores.

Os cursos ofertados pelo Pronatec que mais interessam às comunidades são para formação de açaicultor, avicultor, criador de peixes em viveiros escavados, piscicultor, suinocultor, produtor familiar de cana-de-açúcar, meliponicultor e aquicultor. No Seaprof, os preferidos são os cursos de boas práticas de beneficiamento e melhoramento da borracha. Na Resex, há veículos de tração e pequenas embarcações. Também há sinal para telefonia celular. A iluminação é um dos problemas mais relatados pelos moradores da Resex. Segundo relatório do MMA, não havia rede

elétrica dentro da Resex. O Diagnóstico do Plano de Manejo 2020 já mostra que só havia energia da rede pública na comunidade Duas Nações. Nas demais, algumas poucas famílias usam gerador ou placa solar. A energia elétrica chega em algumas casas da comunidade Boa Vista, mas esse dado ainda não tem um diagnóstico.

A água é considerada de boa qualidade por 96% das pessoas, que tratam a água com cloro ou, eventualmente, limão. Água encanada não existe em 85% das casas, sendo necessário buscar a água a pé (quase 90%). As casas não têm tratamento de esgoto e o escoamento sanitário é feito por fossas (50%), vala (45%) ou buraco no chão (5%). A instalação sanitária só existe em 2% das moradias e 70% não possuem nenhuma instalação. Nesses casos, os moradores recorrem à mata, principalmente, mas alguns dizem usar o próprio quintal, os rios e igarapés como banheiro. O lixo costuma ser queimado (58%), mas também é jogado na mata (31%).

As Reservas Extrativistas são de domínio público, com uso coletivo concedido às populações extrativistas tradicionais por meio do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU). Não é permitido lotear nem vender as colocações, e as áreas particulares, em seus limites, devem ser desapropriadas. Apesar disso, 20,7% dos moradores declararam possuir algum documento de aquisição da área de moradia, utilizando a declaração de ITR como comprovante, embora 10% desses casos citem contrato de compra e venda. Somente 15,2% dos moradores afirmaram conhecer o CCDRU. A área mais ao sul da Resex é a mais sensível para conflitos e pressões fundiárias, pois interage, diretamente, com proprietários rurais particulares e pode sofrer pressão da expansão da área urbana de Jordão. O Conselho Deliberativo da Resex Alto Tarauacá foi criado em 2010 e conta com representantes de seis organizações públicas e nove organizações civis.

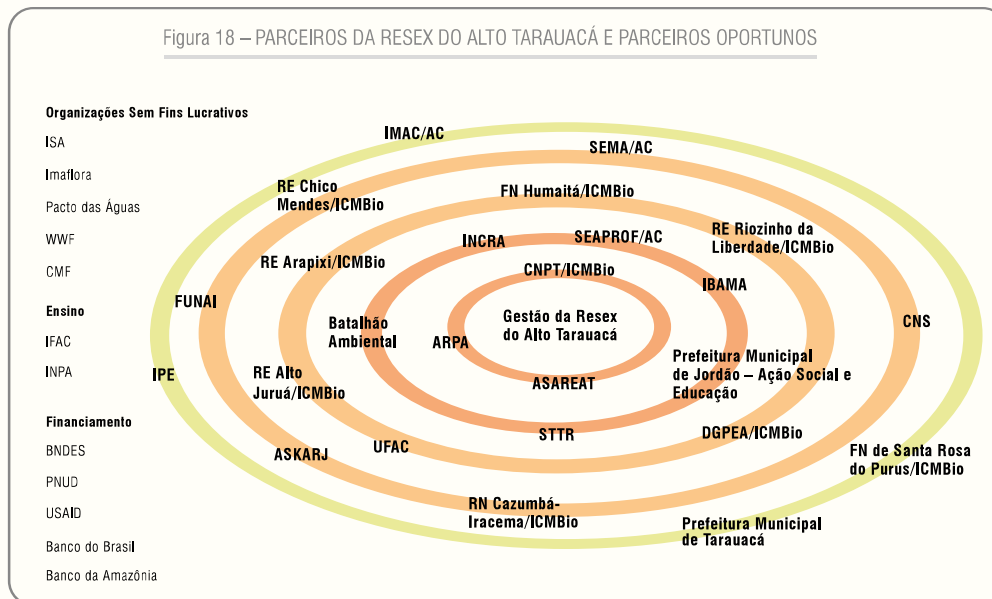
Tabela 28 – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESEX ALTO TARAUACÁ

|   | 2011 - 2014                                 |  | 2014 - 2017                        |  | 2017 - Atual                       |  |
|---|---|--|------------------------------------|--|------------------------------------|--|
|   | Titular                                     | Suplente                               | Titular                            | Suplente                               | Titular                            | Suplente                               |
| 1 Seringal Tabocal/Goiás                | João Batista Andrade da Silva               | José Barbosa da Silva                  | João Batista de Andrade Silva      | José Barbosa Silva                     | Antônio Batista da Cruz            | João Batista de Andrade Silva          |
| 2 Seringal Alagoas/Nazaré               | Antônio de Abreu                            | Valdoeir Cavalcante da Fonseca         | Valdoeir Cavalcante da Fonseca     | Cleilton                               | Maria Antônia dos Santos           | Mardilson do Espírito Santo            |
| 3 Seringal Nazaré                       | -   | -                                      | José Fonseca                       | Pedro dos Santos Maia                  | Antônio José de Lima Carvalho      | Pedro dos Santos Maia                  |
| 4 Seringal Jaminawá/Massapé/Restauração | Antônio Janis Mendonça                      | Manoel Avelino Matos                   | Maria Perpétua Avelino de Matos    | Francisco Aurino Ferreira Nogueira     | Sebastião Mendonça                 | Francisco Marciel Andrade Mendonça     |
| 5 Seringal Maranhão/Duas Nações         | Francisco Muniz                             | Edson Rodrigues de Olinda              | Manoel de Jesus Silva de Castro    | Sebastião Garcia Santos                | Francisco Henrique Ferreira        | Francisco Mariano da Silva Batista     |
| 6 Seringal Boa Vista/Santa Júlia        | Ivo Felipe Oliveira                         | Raimunda do Nascimento                 | Maria Arlene Silva Oliveira        | Gildo do Nascimento de Souza           | Francisco Matos de Oliveira        | Manoel Francisco da Silva Oliveira     |
| 7 ASAREAT                               | Oriel José Araújo de Souza                  | Pedro Venâncio da Silva                | João Arlenildo da S. Oliveira      | Oriel José Araújo Souza                | João Arlenildo da Silva Oliveira   | Maria Arlene da Silva Oliveira         |
| 8 STTR de Jordão                        | Francisco Silva de Araújo                   | Claudiomar da Silva e Silva            | Francisco Silva de Araújo          | Jair de Olinda Nobre                   | Francisco Silva de Araújo          | Roberto Rodrigues da Silva             |
| 9 ASKARI                                | José Osalás Sales                           | Josimar Pinheiro Sales                 | José Osalás Sales                  | Josimar Pinheiro Sales                 | NÃO APRESENTARAM                   | NÃO APRESENTARAM                       |
| 10 Prefeitura de Jordão                 | Rosenildo de Melo Silva                     | Marenilda Freitas Rodrigues            | Marenilda Freitas Rodrigues        | Sandra Maria Mendonça Matos            | Francisca Ramila Maia              | Sandra Maria Mendonça Matos            |
| 11 SEAPROF                              | Pedro Nolasco Santos Freire                 | Manoel Rodrigues de Fariás Neto        | Roberto Rodrigues de Olinda        | Maria Andréza Monteiro Araújo          | Jair de Olinda Nobre               | Hiago Fontineles Viana                 |
| 12 INORA                                | Carlos de Alencar Filho                     | Francisco Fortunato de Castro Meireles | Carlos de Alencar Filho            | Francisco Fortunato de Castro Meireles | Carlos de Alencar Filho            | Francisco Fortunato de Castro Meireles |
| 13 IBAMA                                | Elaine Christina Oliveira do Carmo          | Gerson Meireles Filho                  | Elaine Christina Oliveira do Carmo | Gerson Meireles Filho                  | Elaine Christina Oliveira do Carmo | Gerson Meireles Filho                  |
| 14 ICMBio                               | Maira Oliveira Maia/Camilla Helena da Silva | Camilla Helena da Silva                | Marilú de Araújo da Silva          | Raimundo Maciel D'Ávila                | Marilú de Araújo da Silva          | Raimundo Maciel D'Ávila                |
| 15 FUNAI                                | -   | -                                      | Walderney Silva de Souza           | Marco Antônio Justen Silva             | Walderney Silva de Souza           | Marco Antônio Justen Silva             |

Fonte: Plano de Manejo volume 1, 2020.

As organizações civis do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) e Conselho Nacional do Seringueiros (CNS) atuaram intensivamente no processo de criação da Resex Alto Tarauacá. O STTR ainda participa do Conselho Deliberativo, sendo representado em todos os mandatos pelo titular Francisco Silva (Chico Véio), morador e beneficiário da Resex. A Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista Alto Tarauacá (Asareat) é a instituição da sociedade civil mais próxima da Resex.

O Plano de Manejo apresenta um diagrama, reproduzido abaixo, contendo a relação de parceiros da reserva e parceiros oportunos. Conforme o documento, esta é uma “representação dos parceiros da gestão da Resex Alto Tarauacá, no período de 2006 a 2016 e lista de parceiros oportunos. A distância definida pelo tamanho da elipse demonstra, subjetivamente, a interação com a UC, quanto mais próxima, maior. Fora das elipses do diagrama estão instituições consideradas oportunas para parcerias”.



Fonte: Plano de Manejo volume 1, 2020.

O Plano de Manejo relaciona lacunas de conhecimento identificadas durante a elaboração do diagnóstico, tais como: não há informações das famílias beneficiárias que moram no entorno da área da Resex no Rio Tarauacá, no SisFamília/ICMBio; as informações do quantitativo da população de beneficiários e moradores da Resex ainda estão incompletas e fornecem estimativas conflituosas, principalmente, em relação às famílias da comunidade Jaminawá (entorno referido acima); há poucas informações sobre as famílias residentes no igarapé São João, adjacente à área urbana do município Jordão.

Ao que parece, poucas famílias foram incluídas no levantamento da UFV. Há pouca informação sobre as famílias beneficiárias da Resex que possuem residência secundária em Jordão; não foi possível obter informações sobre as famílias residentes no PCA Casulo São José, próximo à área urbana do Jordão, em frente à comunidade Boa Vista; não há registros da documentação sobre venda de benfeitorias para não beneficiários da Resex; ainda não há, no ICMBio, na CGTER, informações e documentos sobre as questões fundiárias da Resex Alto Tarauacá. Existem apenas informações sobre as indenizações que concernem aos seringais Boa Vista, Duas Nações e Massapê

(a equipe de gestão da UC detém cópia do processo administrativo referente ao processo judicial sobre a questão fundiária do seringal Alagoas); estudos florísticos publicados na Resex são inexistentes, tendo havido um pequeno esforço de coleta nos últimos anos, na região dos municípios de Jordão e Tarauacá; não existem avaliações da disponibilidade, distribuição, extração e comercialização dos recursos naturais madeireiros e não madeireiros para subsidiar Planos de Manejo; somente os grupos faunísticos dos médios e grandes mamíferos e aves já foram amostrados de maneira sistemática no interior da Resex (para outros táxons da fauna, existem apenas amostragens não sistemáticas esparsas realizadas por algumas instituições de pesquisa); as maiores lacunas se concentram no grupo dos anfíbios, Squamata (lagartos, serpentes e anfisbenas), invertebrados e peixes; há necessidade de estudos e informações sobre a atividade pesqueira, espécies comercializadas, apetrechos, demanda e abastecimento do mercado local, bem como informações que caracterizem melhor essa atividade conflituosa na região; há pouca informação sobre os sítios arqueológicos da fronteira entre os municípios de Jordão e Tarauacá.

## IV – Projetos de Assentamento Dirigido

Em 2017, o Estado do Acre apresentava 32.661 famílias assentadas (dados disponíveis mais atuais), ocupando área de 5.604.066,89 hectares. À época, havia disponibilidade de 7% para novas famílias (2.346 vagas), muito menos que a média nacional, que é de 17,5% disponível. A área por família (considerando o potencial de 100%) é de 160 ha, duas vezes maior que a média nacional (75 ha/família). Os assentamentos têm, em média, 20,5 anos de existência, semelhante à média nacional.

Cerca de metade das famílias assentadas vive no Baixo Acre: Acrelândia, Bujari, Plácido de Castro, Porto Acre e Senador Guimard. Em 2017, havia 161 assentamentos no Acre. Um deles é o PAD Pedro Peixoto, um dos mais antigos do Acre, de 1978, que comporta diferentes comunidades e é, ainda hoje, o segundo maior assentamento do Brasil. Esse programa de assentamento dirigido será aqui descrito para ilustrar a chegada de trabalhadores rurais de outras regiões durante o regime militar e demonstrar a complexidade e diversidade do tema.

O PAD Pedro Peixoto tem 296.243,87 ha para abrigar 4.727 famílias. Sua sede fica em Senador Guimard, embora alcance Plácido de Castro e Acrelândia. Na década de 1990, a Embrapa, em um programa de transferência de tecnologia para pequenos agricultores, começou a fazer parcerias com os assentados. Contudo, de acordo com artigo do Ipea<sup>24</sup>, o PAD Pedro Peixoto era um dos mais desorganizados na adaptação da produção rural à florestania<sup>25</sup>.

Conforme o citado artigo “A Produção Agropecuária nas Reservas Extrativistas do Acre”, uma das

comunidades do assentamento começou com a Igreja Católica, quando a freira italiana Pia trouxe 15 famílias do Sul e do Sudeste. Criaram uma associação e obtiveram crédito para cultivo de arroz. No início dos anos 1980, abriram a primeira escola rural e, pelo Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural – Probor, coordenado pelo Banco da Amazônia, plantaram seringueiras, atraindo a abertura do primeiro escritório da Emater da localidade. Ao mesmo tempo, houve aproximação da Comissão Pastoral da Terra e de sindicatos. Com assistência técnica, passaram também a cultivar milho, café e trabalhar com pecuária. Na década de 1990, com a crise da pecuária e do café, muitas famílias foram para a cidade. Nos anos 2000, fundaram uma cooperativa de beneficiamento, a Cooperação, com 50 famílias, que goza de credibilidade junto a parceiros institucionais. “A comunidade também apresenta elevada receptividade em relação à inovação e ao desenvolvimento do espírito empreendedor”, conforme o artigo. As propriedades participam, há anos, de programas de P&D.

Dentro do assentamento está presente a Apruma, criada na década de 1990, por agricultores do manejo florestal. A Apruma, logo no início, conseguiu parceria com a Embrapa e chegou aos anos 2000 com projetos de serraria, visibilidade e muito apoio. Porém, no final daquela década, enfrentou rupturas e não conseguiu a certificação ambiental. O governo estadual tentou criar uma marcenaria, mas foi inviável diante da dificuldade com energia elétrica. Com a perda da certificação ambiental, o manejo entrou em declínio e a comunidade está desarticulada.

<sup>24</sup>IPEA. DESENVOLVIMENTO RURAL. Boletim Políticas Sociais, Brasília, v. 13, n. 1, p. 321-362, dez. 2007. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4482/1/bps\\_n.13\\_DesenvolvimentoRural13.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4482/1/bps_n.13_DesenvolvimentoRural13.pdf). Acesso em: 30 jul. 2024.

<sup>25</sup>O termo é um neologismo criado pelo jornalista acriano Antônio Alves, o Toinho, durante o 1º Encontro Internacional de Jornalismo Ambiental da Amazônia, sediado em Rio Branco no ano de 2003. Refere-se à união da floresta com a cidadania, considerando que a floresta não é intocada, mas manejada por povos tradicionais, inspirando formas contemporâneas de exploração econômica sustentável.

O processo de regularização fundiária no Estado do Acre foi estabelecido por meio de diversas leis e práticas, visando garantir a segurança jurídica da posse da terra e promover o desenvolvimento da região. Algumas das leis e práticas relevantes incluem a Lei Estadual nº 1.957/2007, alterada pela Lei Estadual nº 2.007/2008 e pela Lei Estadual nº 2.423/2011, que trata da Lei de Terras e suas alterações posteriores. Além disso, a Lei Estadual nº 1.382/2001, foi também alterada pela Lei Estadual nº 1.786/2006, que estabelece o Programa Estadual de Regularização Fundiária Urbana e Rural.

O Instituto de Terras do Estado do Acre (Iteracre) desempenha um papel fundamental na identificação de áreas para regularização, realização de cadastros, licitações para georreferenciamento, abertura de processos individuais e emissão de títulos.

O processo de regularização fundiária no Acre enfrenta desafios, como a falta de procedimentos que promovam a verificação de outras demandas prioritárias para reconhecimento territorial antes da titulação, bem como a ausência de normas específicas para os procedimentos internos e etapas de regularização. Esses desafios evidenciam a complexidade e a importância de se ter um processo cuidadoso e regulamentado.

As etapas da regularização fundiária no Estado envolvem diversos procedimentos e atividades, que podem ser resumidos da seguinte forma, com base nas informações do Relatório de Leis e Práticas de Regularização Fundiária no Estado do Acre (Imazon, 2021):

1. Identificação de áreas para regularização — O Instituto de Terras do Estado do Acre (Iteracre) é responsável por identificar as áreas passíveis de regularização, geralmente abrangendo várias ocupações individuais.
2. Verificação da situação das áreas — O Departamento Jurídico verifica se a área está matriculada em nome do Estado.
3. Cadastro dos requerentes — Uma equipe técnica realiza o cadastro dos requerentes das áreas a serem regularizadas.
4. Licitação para realização do georreferenciamento — O Iteracre realiza licitação para a realização do

georreferenciamento das áreas identificadas.

5. Abertura de processos individuais — A Diretoria Técnica abre processos individuais para cada lote identificado dentro da área maior em análise e faz o cadastro dos imóveis no sistema do Incra (Sigef).
6. Elaboração de peças técnicas — O Setor de Cadastros e Georreferenciamento elabora as peças técnicas necessárias.
7. Registro em cartório — Após as etapas anteriores, ocorre o registro em cartório das áreas regularizadas.
8. Essas práticas e normas foram implementadas para organizar e gerir os processos de regularização fundiária, visando garantir a eficiência, transparência e legalidade das ações realizadas pelo Iteracre e demais órgãos envolvidos.

A organização da regularização fundiária envolveu a implementação de práticas e normas específicas para gerir os processos. De acordo com o Imazon (2021), algumas das práticas implementadas para o Estado gerir os processos de regularização fundiária incluem:

1. Definição de modalidades de regularização — O Instituto de Terras do Acre (Iteracre) adota oito modalidades de regularização fundiária rural, reguladas pela legislação estadual, abrangendo desde a legitimação de posse até a regularização de polos e quintais florestais.
2. Estabelecimento de normas e legislação específica — O Estado possui legislação específica, que regulamenta a regularização fundiária, como a Lei Estadual nº 1.520/2003, que autoriza a cobrança por serviços técnicos realizados pelo Iteracre, e a Lei Estadual nº 2.543/2012, que trata da emissão de título de reconhecimento de posse provisório.
3. Criação de órgãos e comissões específicas — Foi instituída a Comissão Estadual de Governança Fundiária (CGF/Acre), por meio do Decreto Estadual nº 5.658/2016, com o objetivo de planejar ações fundiárias do Iteracre por município e ano.
4. Estabelecimento de metas e relatórios de atividades — Foram identificadas recomendações para o Iteracre elaborar e publicar relatórios anuais de atividades, definir metas anuais factíveis para as principais atividades do órgão e aprimorar a trans-

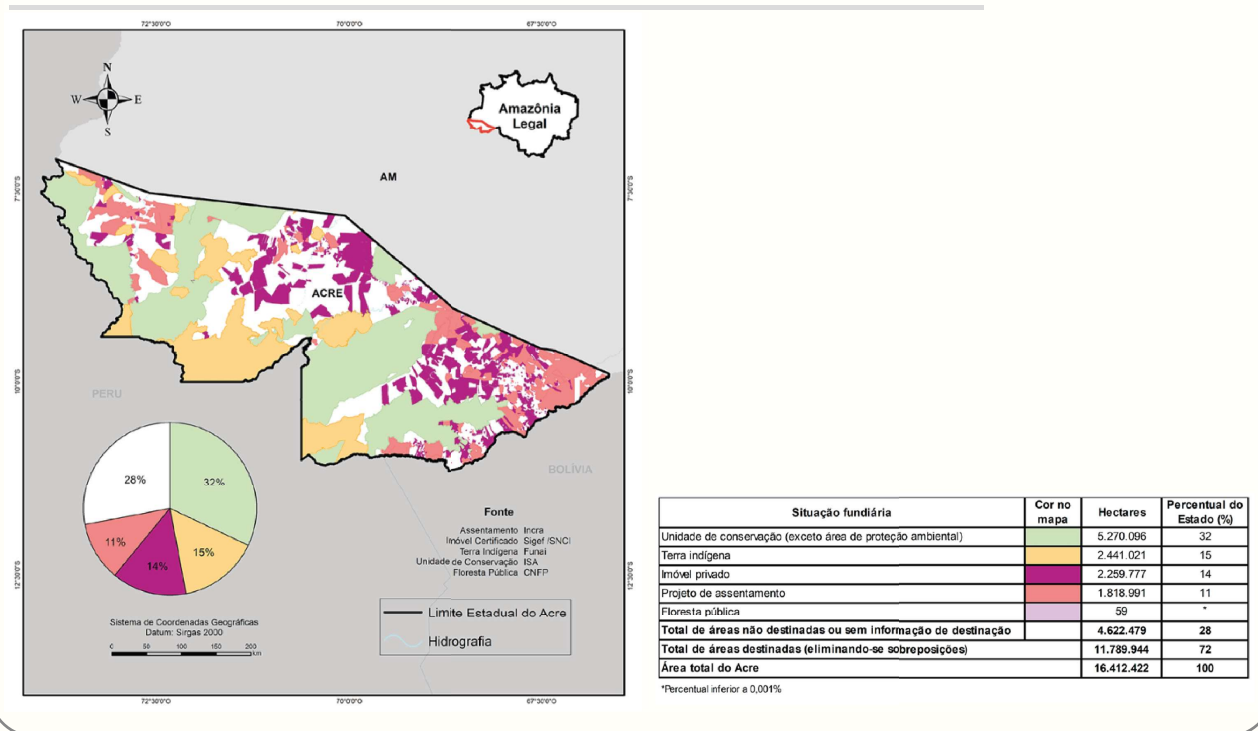
parência das informações.

5. Aprimoramento da base fundiária digital — Foi recomendada a digitalização de documentos e a atualização da base fundiária digital para melhorar a qualidade e eficiência dos processos de regularização.

Como é possível observar na figura, o Acre possui 72% do seu território com destinação fundiária, subtraindo-se sobreposições entre categorias

fundiárias. Cabe ressaltar que cerca de 28% do território do Estado não possui destinação fundiária definida ou não há informações disponíveis sobre sua situação. Dos 72% do território com destinação fundiária, 32% são Unidades de Conservação (exceto Área de Proteção Ambiental), 15% são Terras Indígenas, 14% são imóveis privados e 11% são Projetos de Assentamentos.

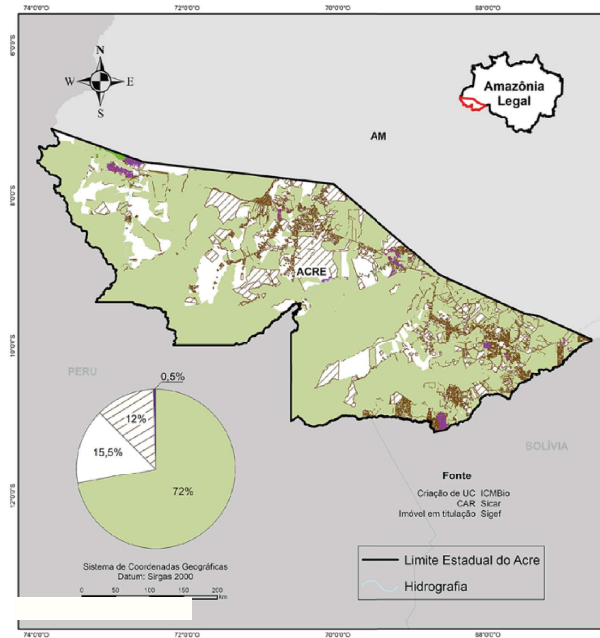
Figura 19— DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS DESTINADAS NO ESTADO DO ACRE POR SITUAÇÃO FUNDIÁRIA



Dos 28% do território do Acre sem destinação fundiária ou sem informação disponível, a maior parte (69%) é de responsabilidade da União. Nota-se que 99% dessa área federal está em zona de fronteira, portanto requer autorização do Conselho Nacional de Se-

gurança para a regularização. Ressalte-se que a maior parte desse território federal (18% do território do Estado) ainda aguardava decisão sobre sua destinação pela Câmara Técnica de Destinação e Regularização de Terras Públicas Federais na Amazônia Legal.

Figura 20 – DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS NÃO DESTINADAS EM PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO E ÁREAS NÃO DESTINADAS INSCRITAS NO CADASTRO AMBIENTAL RURAL NO ESTADO DO ACRE



Fonte: Imazon, 2021

| Situação fundiária  | Cor no mapa | Hectares          | Percentual do Estado (%) |
|---|-------------|-------------------|--------------------------|
| Total de áreas destinadas (eliminando-se sobreposições)           |             | 11.789.944        | 72                       |
| Área não destinada ou sem informação de destinação                | Sem CAR     | 2.511.487         | 15,5                     |
|   | Com CAR     | 1.983.193         | 12                       |
| Imóveis mapeados para titulação <sup>1)</sup>                     |             | 116.530           | 0,5                      |
| Área para criação de unidade de Conservação federal <sup>1)</sup> |             | 22.731            | *                        |
| <b>Área total do Acre</b>   |             | <b>16.412.422</b> | <b>100</b>               |

<sup>1)</sup> Com sobreposição

<sup>2)</sup> Apenas 22% dessa área possui processo para regularização no Incra. O restante possui apenas georreferenciamento do imóvel, sem a formalização de processo administrativo.

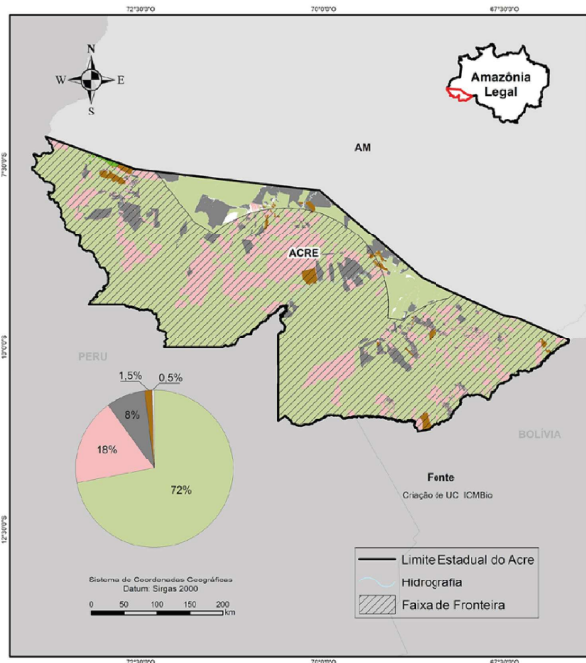
\*Percentual inferior a 0,1%

Fonte: Imazon, 2021.

Nos 43% das áreas sem destinação fundiária, ou seja, 12% do Estado, existiam imóveis inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR) sem sobreposição com outras categorias fundiárias. Cabe ressaltar que, devido à falta de informações públicas sobre a situação

fundiária desses imóveis (se posse ou titulado), não foram considerados como imóveis privados (titulados), pois é provável que muitos sejam terras públicas sem titulação.

Figura 21– DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS NÃO DESTINADAS OU SEM INFORMAÇÃO DE DESTINAÇÃO NO ESTADO DO ACRE POR ESFERA DE GOVERNO RESPONSÁVEL



| Situação fundiária  | Cor no mapa | Hectares          | Percentual do Estado (%) |
|---|-------------|-------------------|--------------------------|
| Total de áreas destinadas (eliminando-se sobreposições)       |             | 11.789.944        | 72                       |
| Área federal aguardando decisão sobre destinação              |             | 2.945.067         | 18                       |
| Área estadual matriculada em nome do estado                   |             | 1.343.866         | 8                        |
| Área federal para futura regularização fundiária              |             | 219.660           | 1,5                      |
| Área possivelmente estadual não matriculada em nome do estado |             | 91.355            | 0,5                      |
| Área para criação de unidade de Conservação federal           |             | 22.731            | *                        |
| <b>Área total do Acre</b>                                     |             | <b>16.412.422</b> | <b>100</b>               |

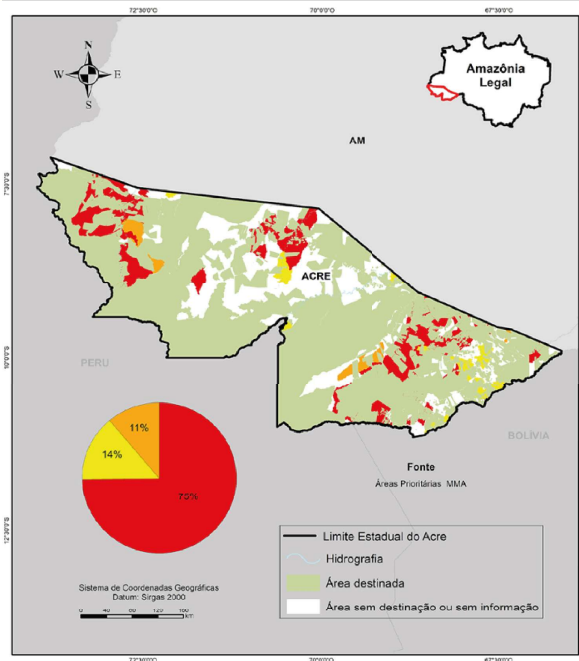
\*Percentual inferior a 0,1%

Fonte: Imazon, 2021.

O governo do Acre possui incumbência para regularização em apenas 8,5% do território do Estado, ou 31% da área não destinada, conforme a figura. Vale

ressaltar que 94% estariam regularizadas em nome do Estado, o que é um passo essencial para avançar com o ordenamento territorial.

Figura 22 – ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA CONSERVAÇÃO EM TERRAS NÃO DESTINADAS OU SEM INFORMAÇÃO DE DESTINAÇÃO NO ESTADO DO ACRE



| Classe de importância biológica | Cor no mapa | Hectares         | Percentual de área (%) |
|---------------------------------|-------------|------------------|------------------------|
| Extremamente alta               | Red         | 1.311.642        | 75                     |
| Alta                            | Orange      | 247.193          | 14                     |
| Muito alta                      | Yellow      | 195.305          | 11                     |
| <b>Total</b>                    |             | <b>1.754.140</b> | <b>100</b>             |

Fonte: Imazon, 2021.

Na Figura 22, foi detectado que 38% dessa área não destinada (1,7 milhões de hectares) possui prioridade para conservação, de acordo com o levantamento coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade. Grande parte seria de áreas caracterizadas como de importância biológica extremamente alta (1,3 milhão de hectares), seguidas de 247 mil hectares de prioridade alta e de 195 mil hectares de prioridade muito alta.

As etapas da regularização fundiária no Acre não são regulamentadas por normas específicas, de acordo com as entrevistas realizadas pelo Instituto Imazon (2021). O Iteracre prioriza atuação em áreas onde há várias demandas agregadas de regularização, ao invés de demandas individuais. Por isso, as etapas descritas não iniciam com o requerimento de regularização do interessado. A primeira etapa seria a identificação pelo Iteracre das áreas de trabalho, para então proceder ao cadastro dos ocupantes e, posteriormente, a abertura de processos de regularização para cada

lote identificado e georreferenciado nas áreas de trabalho.

As etapas gerais da regularização fundiária no Acre podem incluir:

1. Identificação das áreas de trabalho pelo Iteracre;
2. Cadastro dos ocupantes das áreas identificadas;
3. Georreferenciamento dos lotes;
4. Abertura de processos de regularização para cada lote identificado;
5. Análise dos processos e verificação dos requisitos para a regularização fundiária;
6. Emissão de títulos de propriedade ou outros documentos que comprovem a regularização fundiária.

É importante ressaltar que essas etapas podem variar de acordo com a modalidade de regularização fundiária adotada pelo Iteracre e que a regularização fundiária deve ser realizada de forma transparente e legal, garantindo a segurança jurídica e o desenvolvimento das áreas rurais e urbanas do Estado.

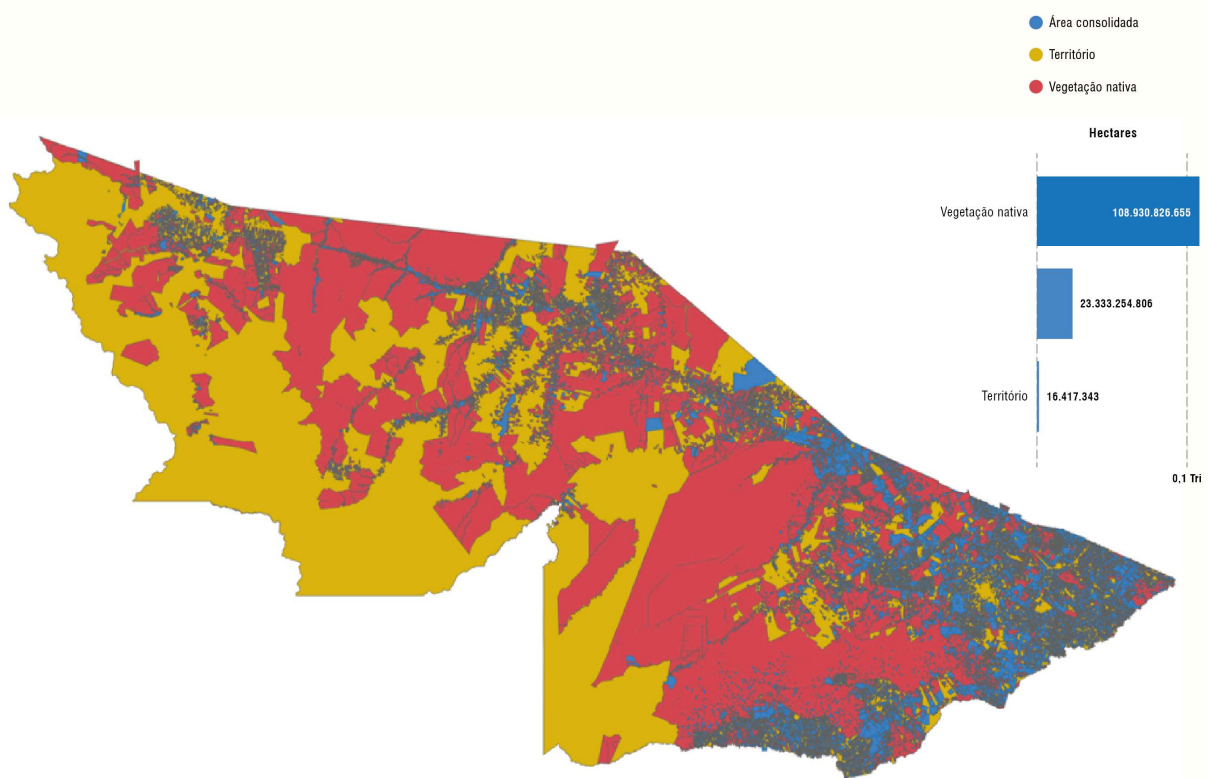
Através da integração das bases de dados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e dos relatórios disponíveis no Siste-

ma de Cadastro Ambiental Rural (Sicar), relativos ao Acre e seus 22 municípios, foi viabilizado o acesso às informações precisas sobre a quantidade de propriedades registradas no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a extensão territorial ocupada. Essas informações abrangem totais gerais e desdobramentos por tipo de propriedade, status de cadastro (ativo, pendente e cancelado), estágio do cadastro (conforme fase de análise), classes de Módulos Fiscais (até 4 MF, de 4 a 15 MF e superior a 15 MF) e categorias de área (até 100 hectares, de 100 a 500 hectares, de 500 a 1.000 hectares e superior a 1.000 hectares). Adicionalmen-

te, foram disponibilizadas informações relativas à quantidade de remanescentes de vegetação nativa e de áreas rurais consolidadas declaradas no CAR.

Os dados sobre a conformidade ambiental das propriedades incluem o quantitativo de Reserva Legal (RL), áreas de uso restrito e Áreas de Preservação Permanente (APP), além da cobertura do solo na RL e APP. São apresentados também os números relativos aos excedentes e déficits de RL, bem como áreas a serem recompostas em RL e APP. A Figura 23 mostra o total de hectares de vegetação nativa e área consolidada em todo o território de 16.417.343 km.

Figura 23 – QUANTITATIVO REFERENTE À ÁREA CONSOLIDADA, TERRITÓRIO E VEGETAÇÃO NATIVA – Sicar



Fonte: elaborado pelo Instituto Sapien, base Sicar, 2023.

Nas figuras subsequentes, que detalham os quantitativos por hectare para cada município do Estado do Acre, são apresentadas amostras representativas da situação de cada área, indicando se o cadastro encontra-se nas situações “Ativo”, “Pendente” ou “Cancelado”, em decorrência de irregularidades identificadas ou por não atendimento de notificações de

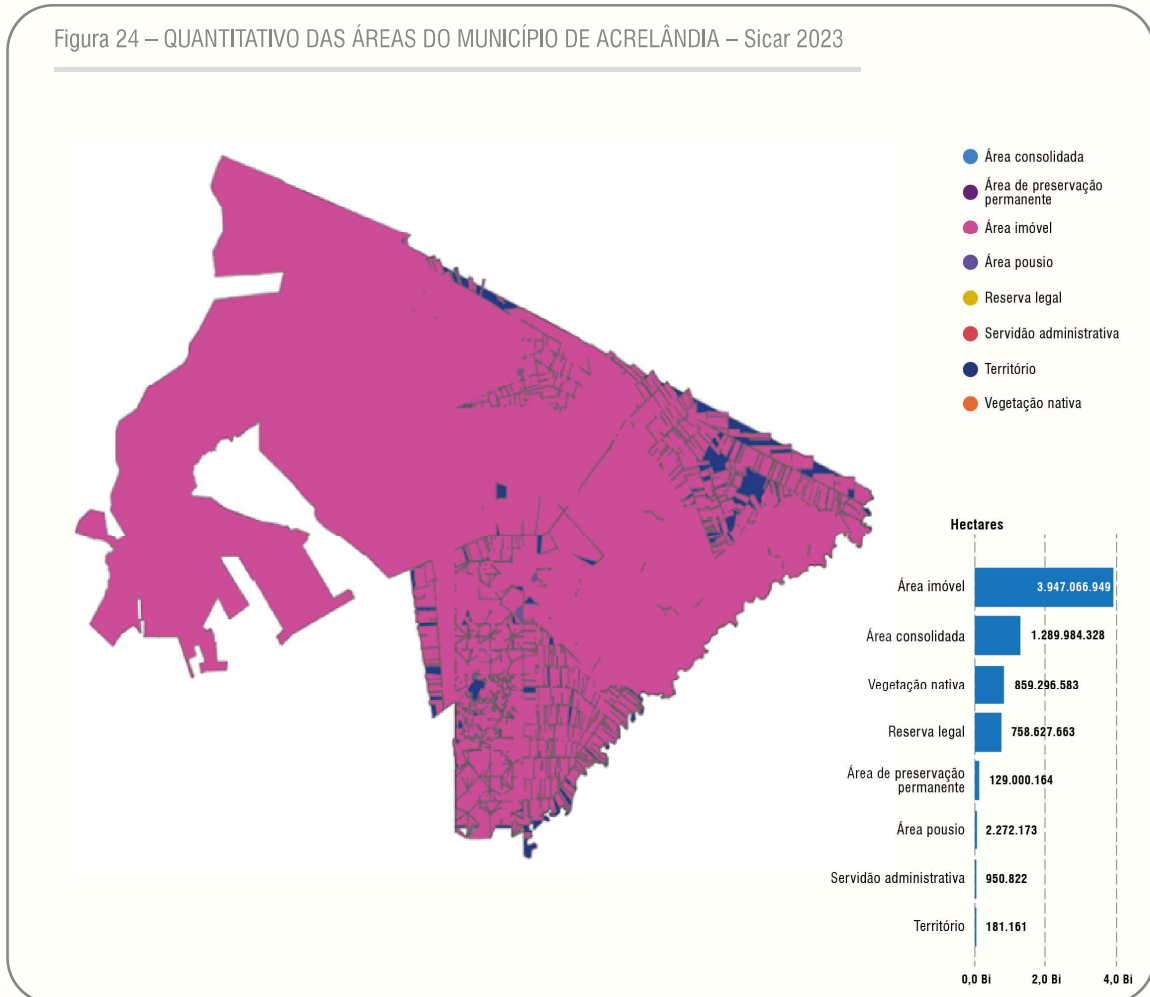
pendências ou inconsistências. A condição do imóvel rural, referente à etapa do cadastro no processo de análise, denominada “Aguardando Análise”, somente é acessível pelo proprietário, possuidor ou representante legal.

A figura abaixo representa os quantitativos de hectares de áreas, consolidadas, de preservação, de

imóvel de pousio (técnica para preservar a terra, período de descanso do cultivo), de reserva legal, de servidão e vegetação nativa do município de Acrelândia,

onde podemos observar quase toda a totalidade do município formado por áreas consolidadas e imóvel chegando a mais de 5 BI e hectares.

Figura 24 – QUANTITATIVO DAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE ACRELÂNDIA – Sicar 2023



Fonte: elaborado pelo Instituto Sapien, base Sicar, 2023.

Na tabela abaixo, em apenas 1/3 da amostra, identifica-se que grande parte das áreas registradas no município de Acrelândia se encontram na condição

de “aguardando análise”, ou seja, o processo de regularização não foi finalizado.

Tabela 29 – CATEGORIA DAS ÁREAS DE ACRELÂNDIA

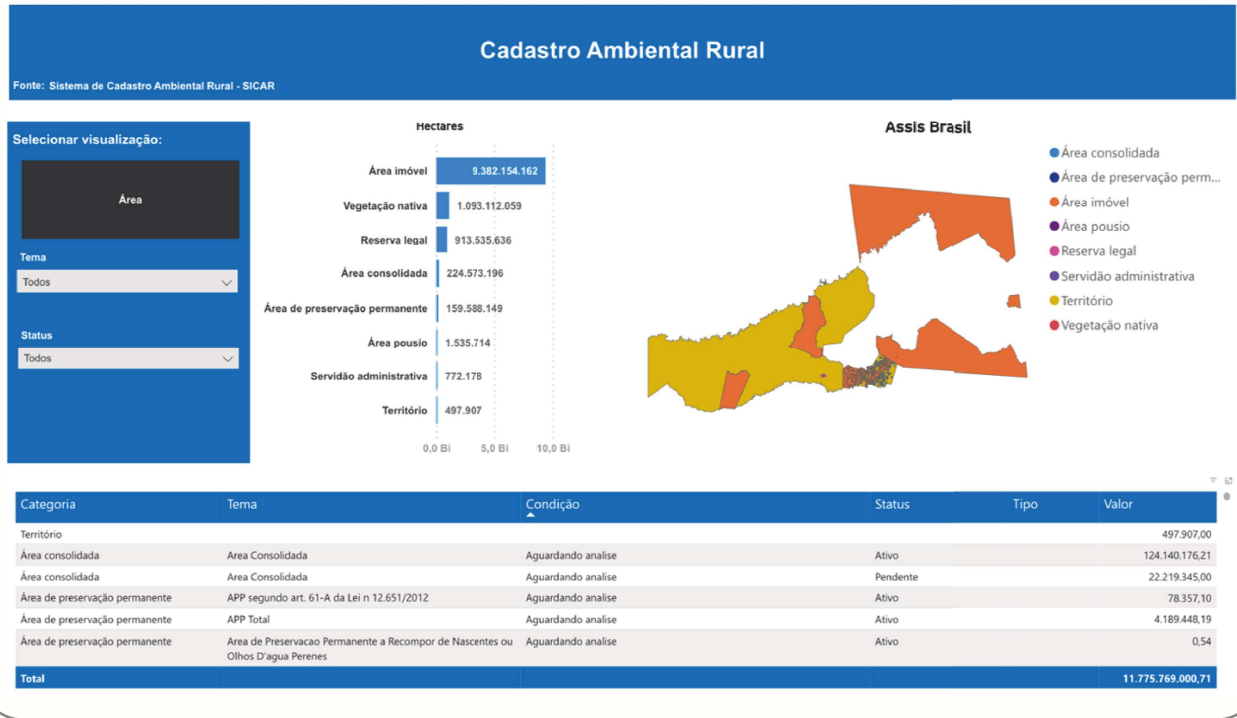
| Categoria                      | Tema   | Condição           | Status   | Valor                   |
|--------------------------------|--|--------------------|----------|-------------------------|
| Território                     |  |                    |          | 181.161,00              |
| Área consolidada               | Area Consolidada   | Aguardando análise | Ativo    | 560.849.236,58          |
| Área consolidada               | Area Consolidada   | Aguardando análise | Pendente | 208.357.718,03          |
| Área de preservação permanente | APP segundo art. 61-A da Lei n 12.651/2012   | Aguardando análise | Ativo    | 1.836.758,76            |
| Área de preservação permanente | APP Total  | Aguardando análise | Ativo    | 14.546.180,15           |
| Área de preservação permanente | Area de Preservação Permanente a Recompôr de Nascentes ou Olhos D'agua Perenes                     | Aguardando análise | Ativo    | 0,54                    |
| Área de preservação permanente | Area de preservação permanente a Recompôr de Rios ate 10 metros                                    | Aguardando análise | Ativo    | 811.761,65              |
| Área de preservação permanente | Area de Preservação Permanente a Recompôr de Rios de 10 ate 50 metros                              | Aguardando análise | Ativo    | 363.961,00              |
| Área de preservação permanente | Area de Preservação Permanente a Recompôr de Rios de 50 ate 200 metros                             | Aguardando análise | Ativo    | 0,10                    |
| Área de preservação permanente | Area de Preservação Permanente de Lagos e Lagoas Naturais  | Aguardando análise | Ativo    | 20.565,00               |
| Área de preservação permanente | Area de Preservação Permanente de Nascentes ou Olhos D'agua Perenes                                | Aguardando análise | Ativo    | 30.588,35               |
| Área de preservação permanente | Area de Preservação Permanente de Reservatorio artificial decorrente de barramento de cursos dagua | Aguardando análise | Ativo    | 237.706,57              |
| Área de preservação permanente | Area de Preservação Permanente de Rios ate 10 metros   | Aguardando análise | Ativo    | 12.323.127,38           |
| Área de preservação permanente | Area de Preservação Permanente de Rios de 10 ate 50 metros   | Aguardando análise | Ativo    | 1.263.378,00            |
| Área de preservação permanente | Area de preservação permanente de Rios de 50 ate 200 metros  | Aguardando análise | Ativo    | 403.755,00              |
| Área de preservação permanente | Area de Preservação Permanente em area antropizada nao declarada como area consolidada             | Aguardando analise | Ativo    | 825.948,93              |
| Área de preservação permanente | Area de Preservação Permanente em area de Vegetacao Nativa   | Aguardando análise | Ativo    | 5.032.933,80            |
| Área de preservação permanente | APP segundo art. 61 -A da Lei n 12.651/2012  | Aguardando análise | Pendente | 796.259,61              |
| Área de preservação permanente | App Total  | Aguardando análise | Pendente | 6.025.419,52            |
| Área de preservação permanente | Area de Preservação Permanente a Recompôr de Rios ate 10   | Aguardando análise | Pendente | 548.273,82              |
| Área de preservação permanente | Area de Preservação Permanente de Nascentes ou Olhos D-agua Perenes                                | Aguardando análise | Pendente | 30.563,52               |
| Área de preservação permanente | Area de Preservação permanente de Reservatorio artificial  | Aguardando análise | Pendente | 452.231,10              |
| <b>Total</b>                   |  |                    |          | <b>6.987.379.841,84</b> |

Fonte: Instituto Sapien, base Sicar, 2023.

Na Figura 26, no município de Assis Brasil, com relação aos quantitativos de hectares de áreas consolidadas, de preservação, de imóvel de pouso, de reserva legal, de servidão e vegetação nativa, ob-

serva-se uma outra composição, onde temos as áreas de imóvel e vegetação nativa chegando a mais de 10 bilhões de hectares. Boa parte de suas áreas aguarda análise para regularização.

Figura 25 – QUANTITATIVO DAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE ASSIS BRASIL – Sicar 2023

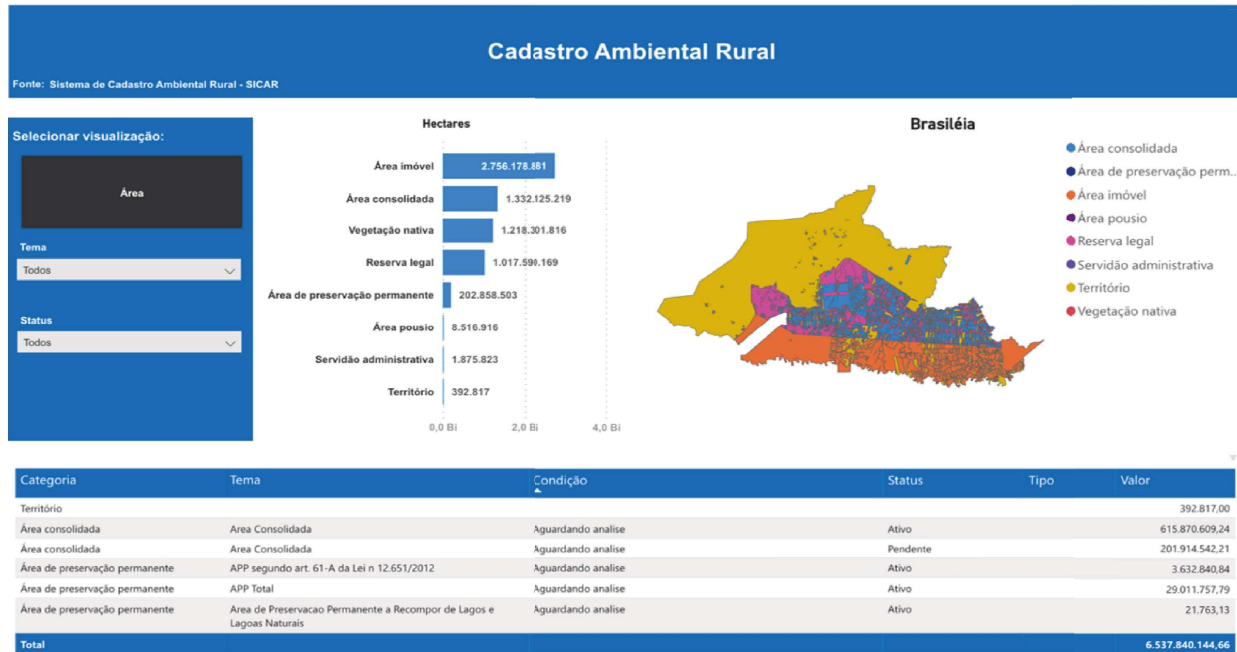


Fonte: Instituto Sapien, base Sicar, 2023.

Já na Figura 26, em Brasileia, nos quantitativos de hectares de áreas consolidadas, de preservação, de imóvel de pousio, de reserva legal, de servidão e vegetação nativa, observa-se uma distribuição mais equilibrada entre as áreas consolidadas, de vegetação

nativa e reserva legal, sendo que as áreas de imóvel possuem o dobro de tamanho com relação às três, com 2 bilhões e 700 mil hectares. Boa parte de suas áreas aguarda análise para regularização.

Figura 26 – QUANTITATIVO DAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE BRASILÉIA – Sicar 2023

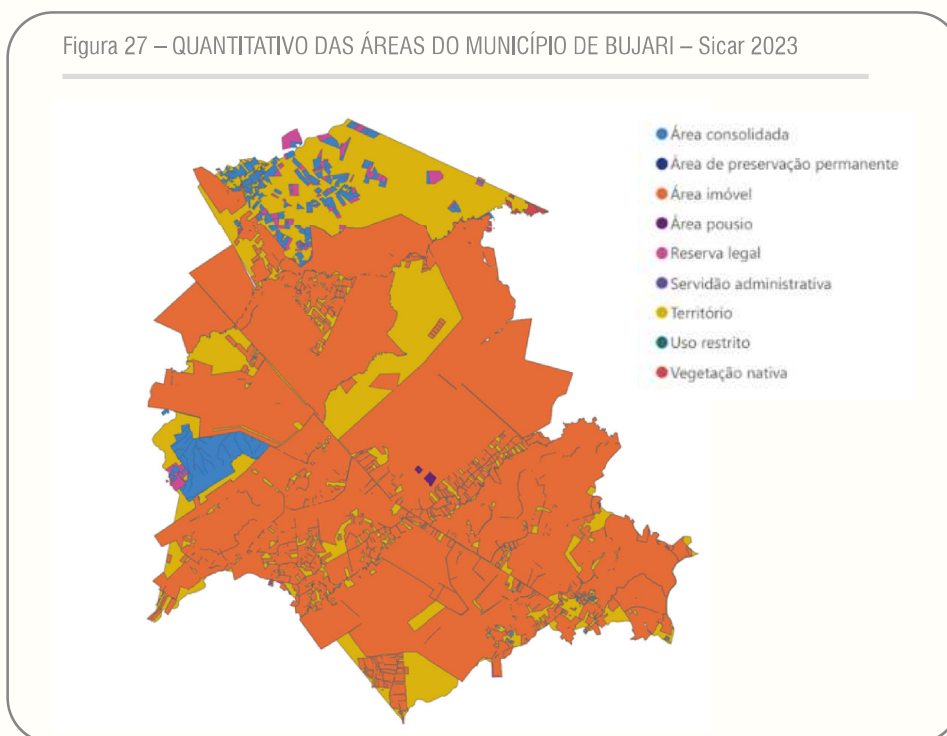


Fonte: Instituto Sapien, base Sicar, 2023.

No município de Bujari nota-se grande concentração de área de imóvel ocupando quase a totalidade

dos hectares de terras como podemos observar na figura abaixo.

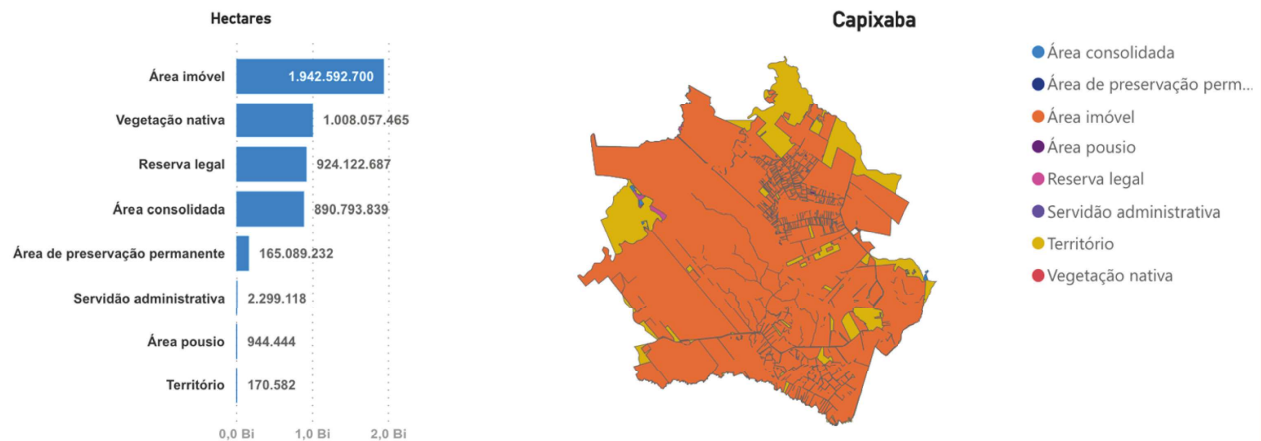
Figura 27 – QUANTITATIVO DAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE BUJARI – Sicar 2023



Fonte: Instituto Sapien, base Sicar, 2023.

Situação similar à do município de Bujari ocorre no município de Capixaba em relação às áreas de imóvel.

Figura 28 – QUANTITATIVO DAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE CAPIXABA – Sicar 2023

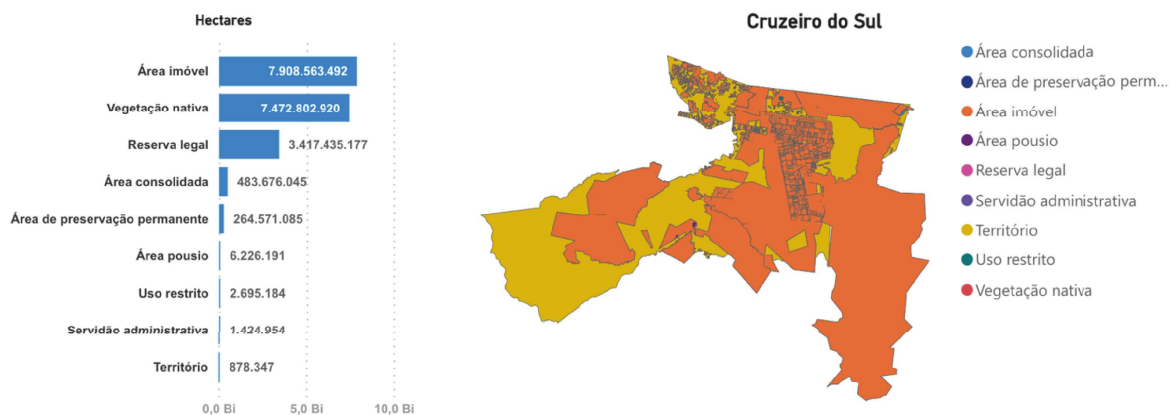


Fonte: Instituto Sapien, base Sicar, 2023.

No segundo maior município do Estado, temos uma posição onde o quantitativo de áreas de imóvel e

vegetação nativa são dados próximos, como pode ser visto na Figura 29.

Figura 29 – QUANTITATIVO DAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL – Sicar 2023

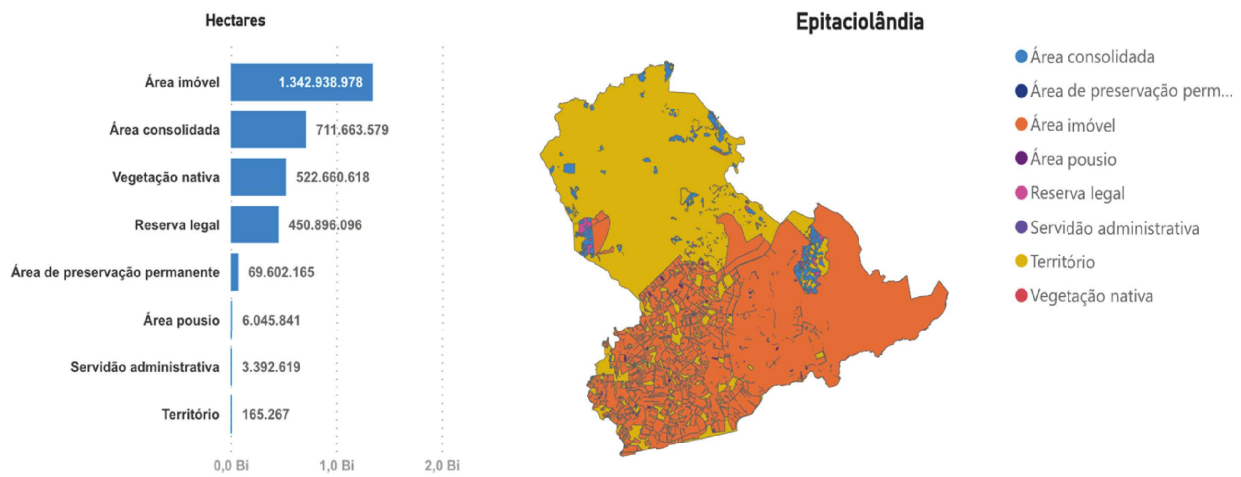


Fonte: Instituto Sapien, base Sicar, 2023.

Em Epitaciolândia, os quantitativos de hectares de áreas de imóvel, áreas consolidadas, de reserva legal e vegetação nativa representam quase a totalidade

de dos 2 bilhões de hectares, com boa parte de suas áreas aguardando análise para regularização.

Figura 30 – QUANTITATIVO DAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE EPITACIOLÂNDIA – Sicar 2023

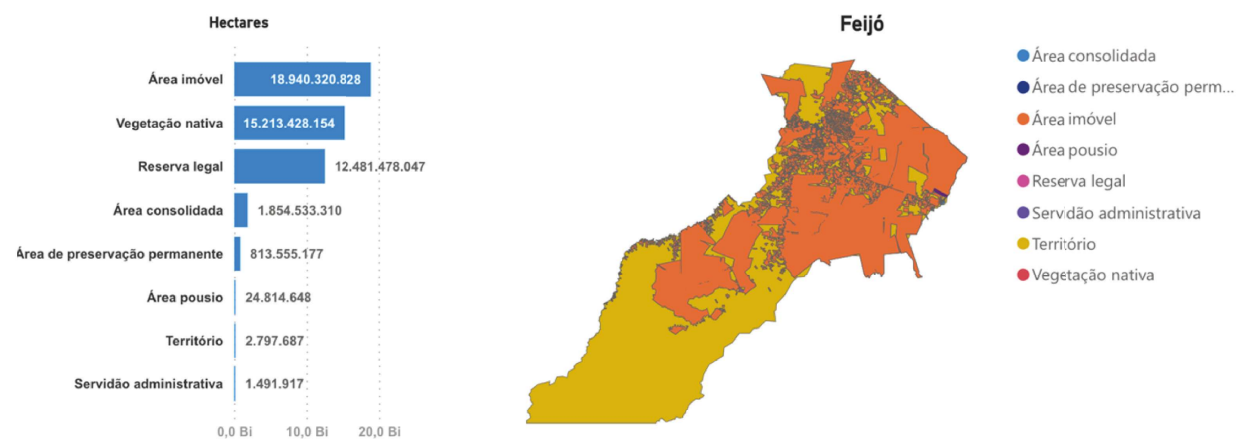


Fonte: Instituto Sapien, base Sicar, 2023.

No município de Feijó, o quantitativo das áreas de imóvel, vegetação nativa e reserva legal somam

mais de 45 bilhões de hectares.

Figura 31 – QUANTITATIVO DAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE FEIJÓ – Sicar 2023

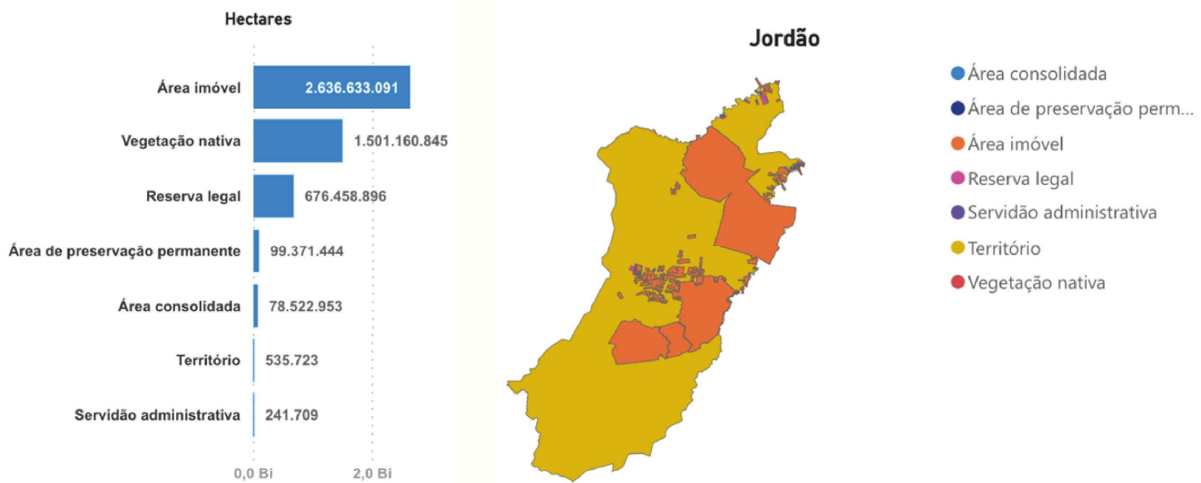


Fonte: Instituto Sapien, base Sicar, 2023.

O território do município de Jordão possui o segundo menor quantitativo cadastrado, sendo considerado um município pequeno em relação aos anteriores. O quantitativo das áreas de imóvel, vegetação

nativa e reserva legal somam aproximadamente 5 bilhões de hectares, como pode ser observado na Figura 32.

Figura 32 – QUANTITATIVO DAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE JORDÃO – Sicar 2023

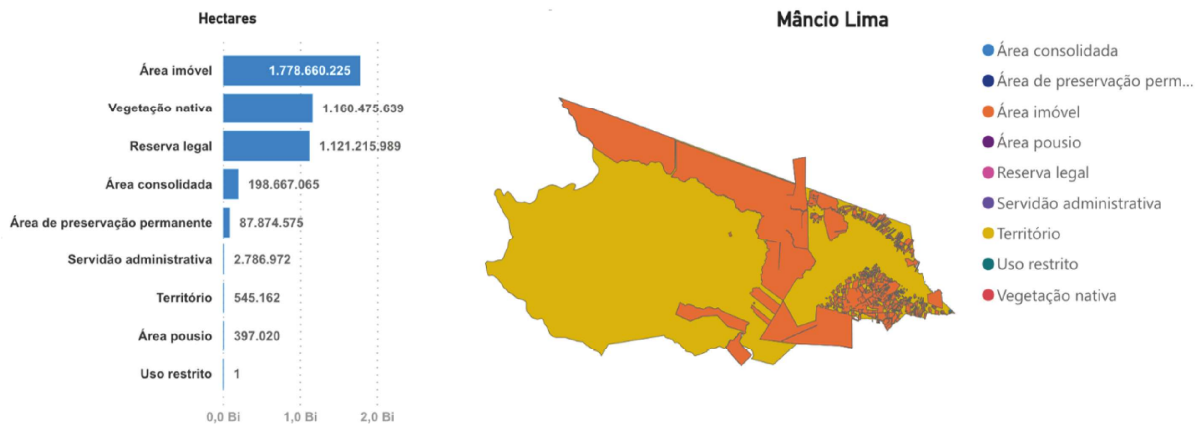


Fonte: Instituto Sapien, base Sicar, 2023.

No município de Feijó, o quantitativo das áreas de imóvel, vegetação nativa e reserva legal somam

mais de 45 bilhões de hectares.

Figura 33 – QUANTITATIVO DAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE MÂNCIO LIMA – Sicar 2023

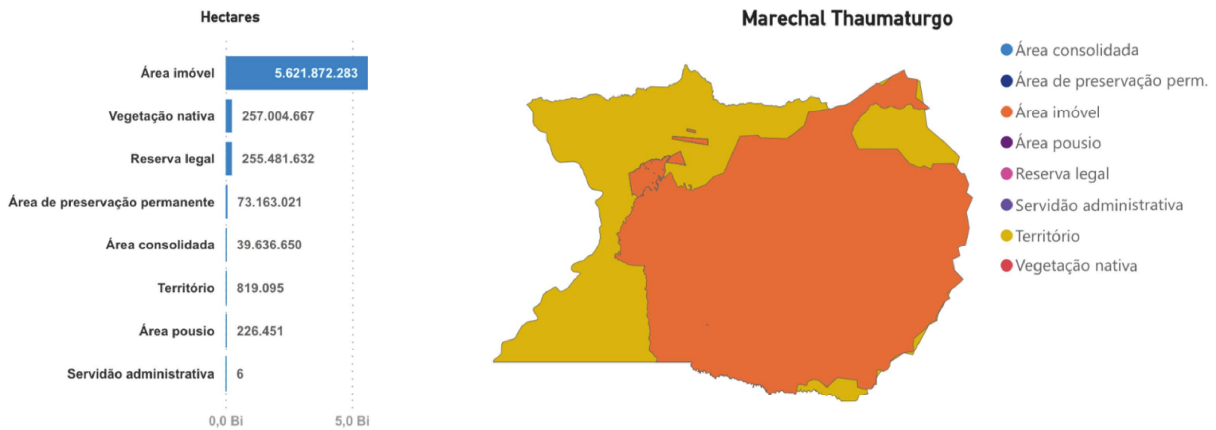


Fonte: Instituto Sapien, base Sicar, 2023.

No município de Marechal Thaumaturgo, observamos a maior área de imóvel localizada no Sicar,

em 2023. São 5 bi e 600 milhões de hectares registrados.

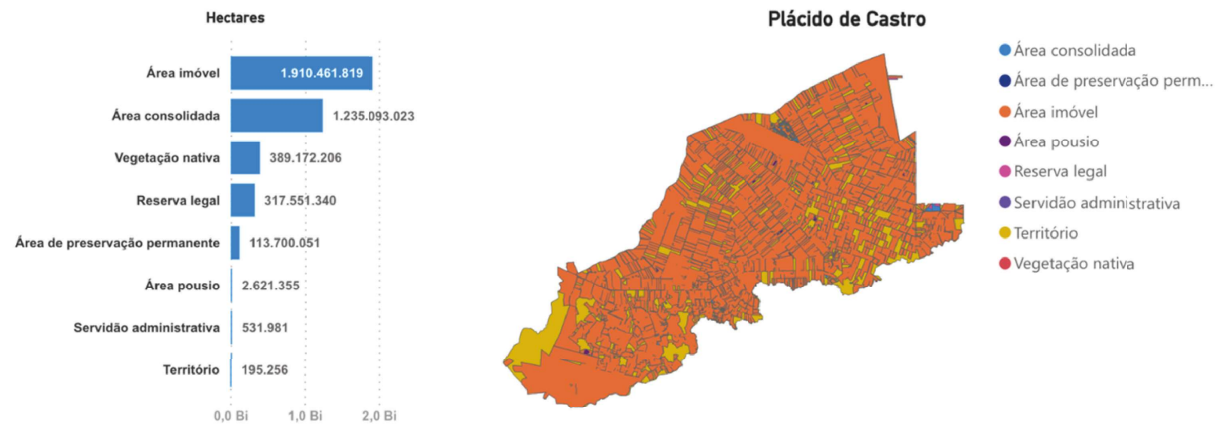
Figura 34 – QUANTITATIVO DAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO – Sicar 2023



Fonte: Instituto Sapien, base Sicar, 2023.

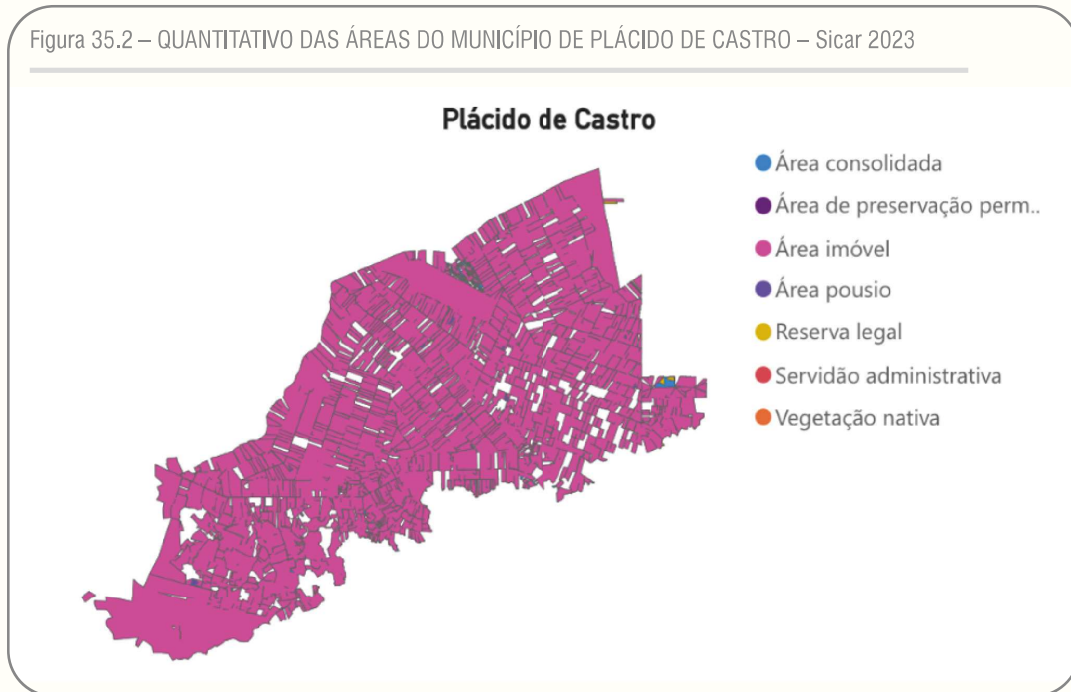
Ao observarmos a Figura 35, podemos identificar sobreposição existente entre as áreas de imóvel (mapa laranja) e as de proteção permanente (mapa rosa).

Figura 35.1 – QUANTITATIVO DAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE PLÁCIDO DE CASTRO – Sicar 2023



Fonte: Instituto Sapien, base Sicar, 2023.

Figura 35.2 – QUANTITATIVO DAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE PLÁCIDO DE CASTRO – Sicar 2023

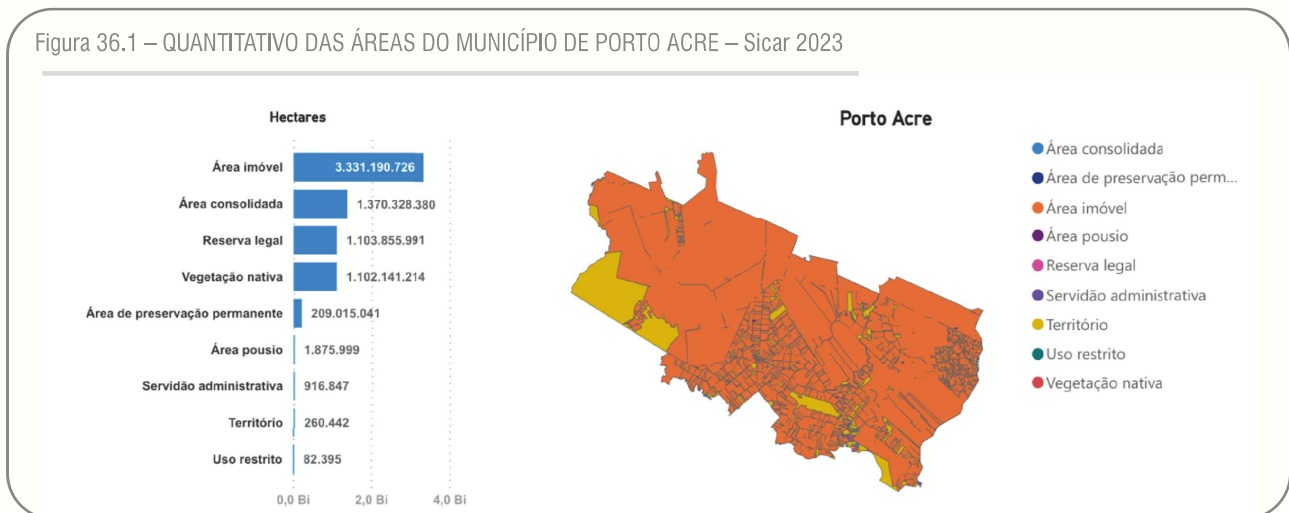


Fonte: Instituto Sapien, base Sicar, 2023.

Na localidade de Porto Acre, temos 3 bilhões e 300 milhões de área de imóvel. Nota-se que as áreas

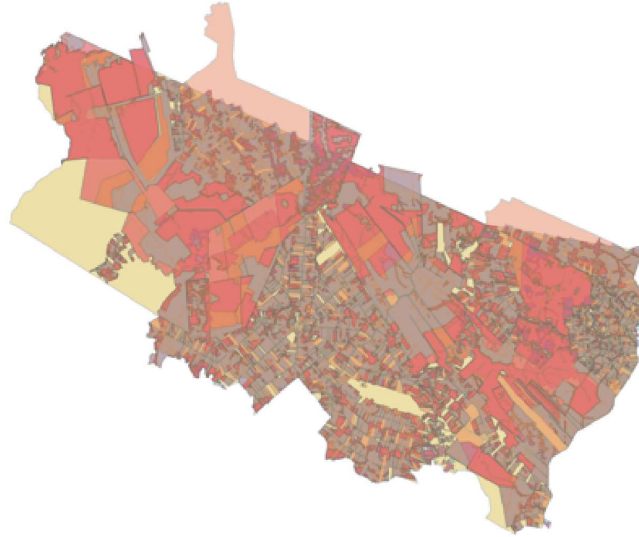
consolidadas, de reserva legal e de vegetação nativa estão todas sobrepostas.

Figura 36.1 – QUANTITATIVO DAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE PORTO ACRE – Sicar 2023



Fonte: Instituto Sapien, base Sicar, 2023.

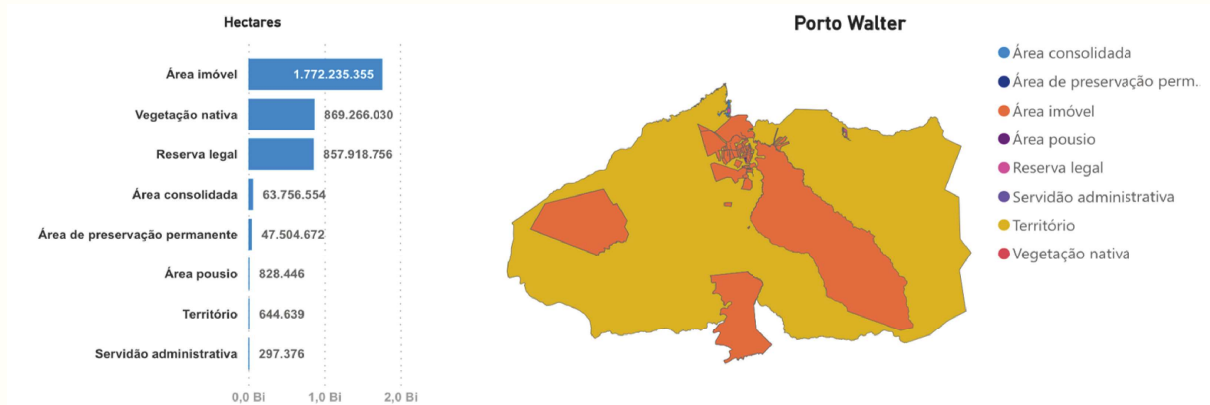
Figura 36.2 – QUANTITATIVO DAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE PORTO ACRE – Sicar 2023



Fonte: Instituto Sapien, base Sicar, 2023.

Em Porto Walter, tem-se o menor quantitativo de área de imóvel registrado.

Figura 37 – QUANTITATIVO DAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE PORTO WALTER – SICAR 2023



Fonte: Instituto Sapien, base Sicar, 2023.

Na capital, Rio Branco, há uma situação bastante peculiar referente aos registros localizados no cadastro no Sicar. Foram identificados apenas os registros nas

áreas de imóvel, que figuram na tabela 29, abaixo, como pode ser conferido:

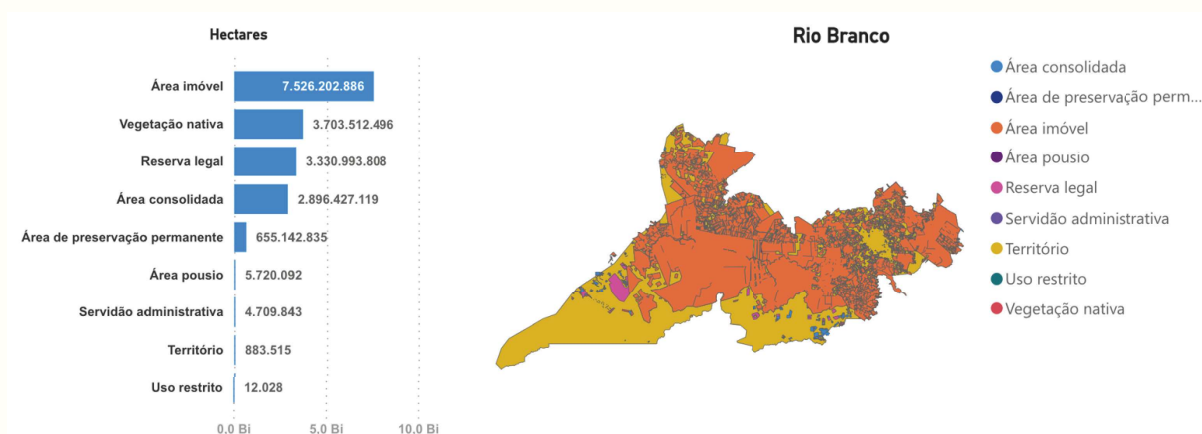
Tabela 30 – CONDIÇÃO DA CATEGORIA ÁREA DE IMÓVEL DE RIO BRANCO

| Categoria    | Tema           | Condição   | Status   | Tipo                             | Valor                   |
|--------------|----------------|--|--|----------------------------------|-------------------------|
| Área imóvel  | Área do imóvel | Aguardando análise   | Aguardando análise   | Assentamentos de reforma agrária | 135.882.251,00          |
| Área imóvel  | Área do imóvel | Aguardando análise   | Aguardando análise   | Imóvel Rural                     | 3.786.119.36801         |
| Área imóvel  | Área do imóvel | Aguardando análise   | Aguardando análise   | Imóvel Rural                     | 1.307.316.462,50        |
| Área imóvel  | Área do imóvel | Analisado, aguardando atendimento a notificação                    | Analisado, aguardando atendimento a notificacao                    | Imóvel Rural                     | 274.896.176,09          |
| Área imóvel  | Área do imóvel | Analisado, aguardando atendimento a notificação                    | Analisado, aguardando atendimento a notificacao                    | Imóvel Rural                     | 588.168.840,17          |
| Área imóvel  | Área do imóvel | Analisado, aguardando regularização ambiental (Lei nº 12.651/2012) | Analisado, aguardando regularizacao ambiental (Lei nº 12.651/2012) | Imóvel Rural                     | 391.064.635,16          |
| Área imóvel  | Área do imóvel | Analisado, aguardando regularização ambiental (Lei nº 12.651/2012) | Analisado, aguardando regularizacao ambiental (Lei nº 12.651/2012) | Imóvel Rural                     | 68.765.793,00           |
| Área imóvel  | Área do imóvel | Analisado, em conformidade com a Lei nº 12.651/2012                | Analisado, em conformidade com a Lei nº 12.651/2012                | Imóvel Rural                     | 92.465,00               |
| Área imóvel  | Área do imóvel | Cancelado por decisão administrativa                               | Cancelado por decisão administrativa                               | Imóvel Rural                     | 447.796.443,00          |
| Área imóvel  | Área do imóvel | Em análise   | Em análise   | Assentamentos de reforma agrária | 203.923.385,00          |
| Área imóvel  | Área do imóvel | Em análise   | Em análise   | Imóvel Rural                     | 303.101.463,08          |
| Área imóvel  | Área do imóvel | Em análise   | Em análise   | Imóvel Rural                     | 19.075.604,00           |
| <b>Total</b> |                |  |  |                                  | <b>7.526.202.886,01</b> |

Fonte: Instituto Sapien, base Sicar, 2023.

Nos dados levantados, Rio Branco, possui mais de 7,5 bilhões de registros na área de imóvel.

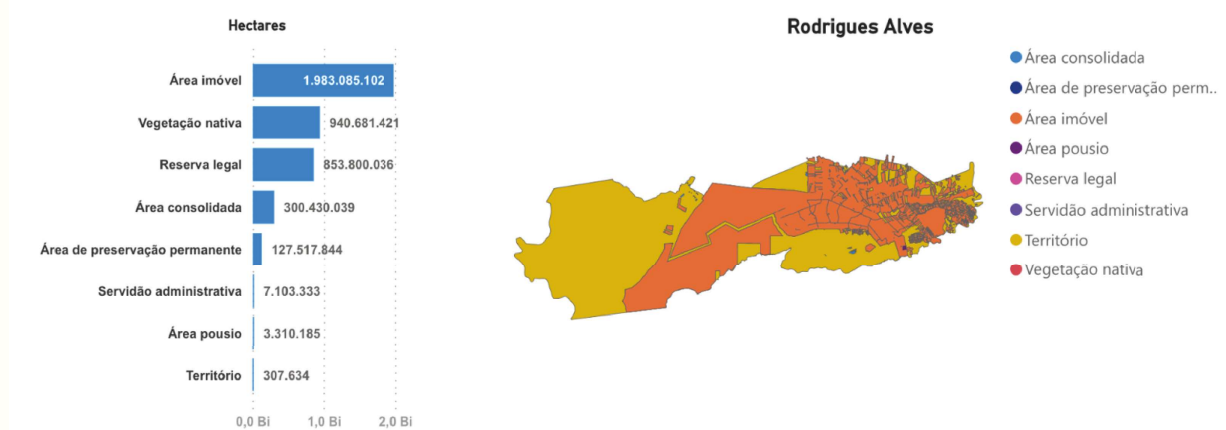
Figura 38 – QUANTITATIVO DAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO – Sicar 2023



Fonte: Instituto Sapien, base Sicar, 2023.

O município de Rodrigues Alves representa o terceiro menor território com o quantitativo de área de imóvel: de 2 bi de hectares, como pode ser notado na Figura 40.

Figura 39 – QUANTITATIVO DAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE RODRIGUES ALVES – Sicar 2023

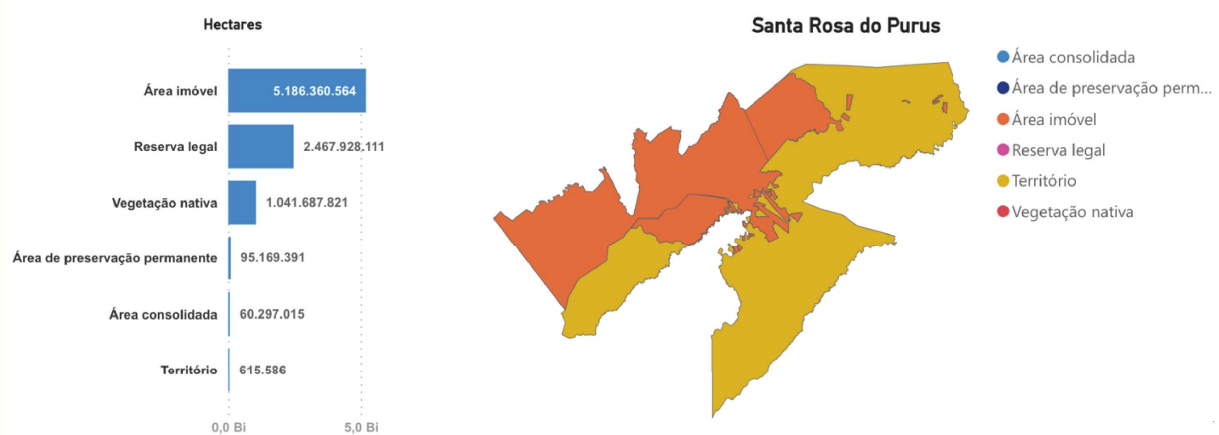


Fonte: Instituto Sapien, base Sicar, 2023.

Em Santa Rosa do Purus, o quantitativo das áreas de reserva legal e vegetação nativa que estão sobrepostas representa 50% da área de imóvel no mu-

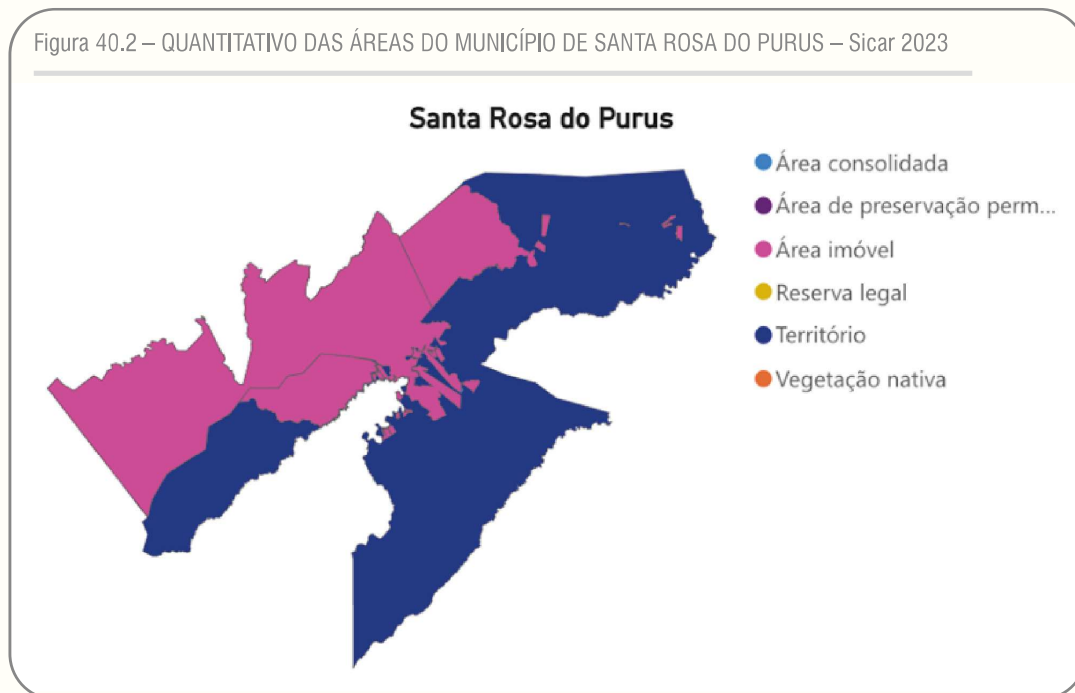
nicípio, como podemos observar nos mapas da figura abaixo.

Figura 40.1 – QUANTITATIVO DAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO PURUS – Sicar 2023



Fonte: Instituto Sapien, base Sicar, 2023.

Figura 40.2 – QUANTITATIVO DAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO PURUS – Sicar 2023

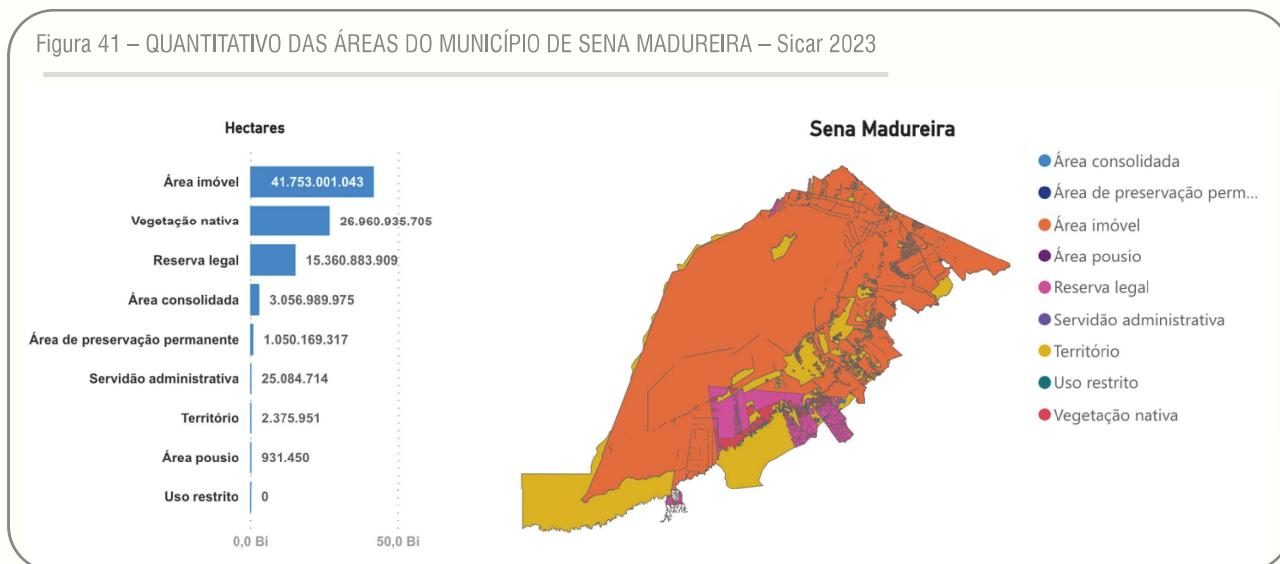


Fonte: Instituto Sapien, base Sicar, 2023.

No município de Sena Madureira, nota-se um dado relevante: o território possui o maior quantitativo de registro de área de imóvel, com mais de 41,7 bi

de hectares em andamento do Sicar. O levantamento é ilustrado na figura abaixo:

Figura 41 – QUANTITATIVO DAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE SENA MADUREIRA – Sicar 2023

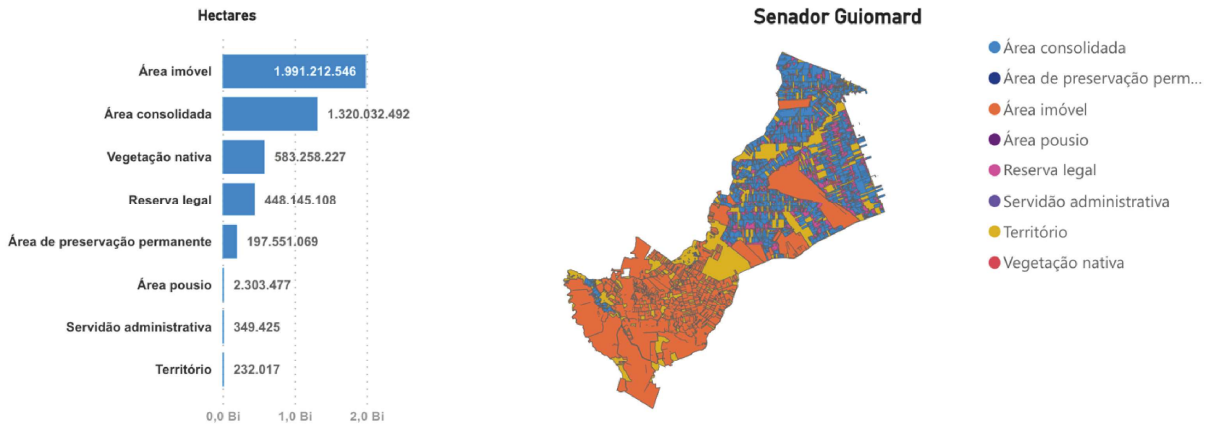


Fonte: Instituto Sapien, base Sicar, 2023.

Em Senador Guimoard, observa-se que a área de imóvel é maior, com quase 2 bi de hectares, e que

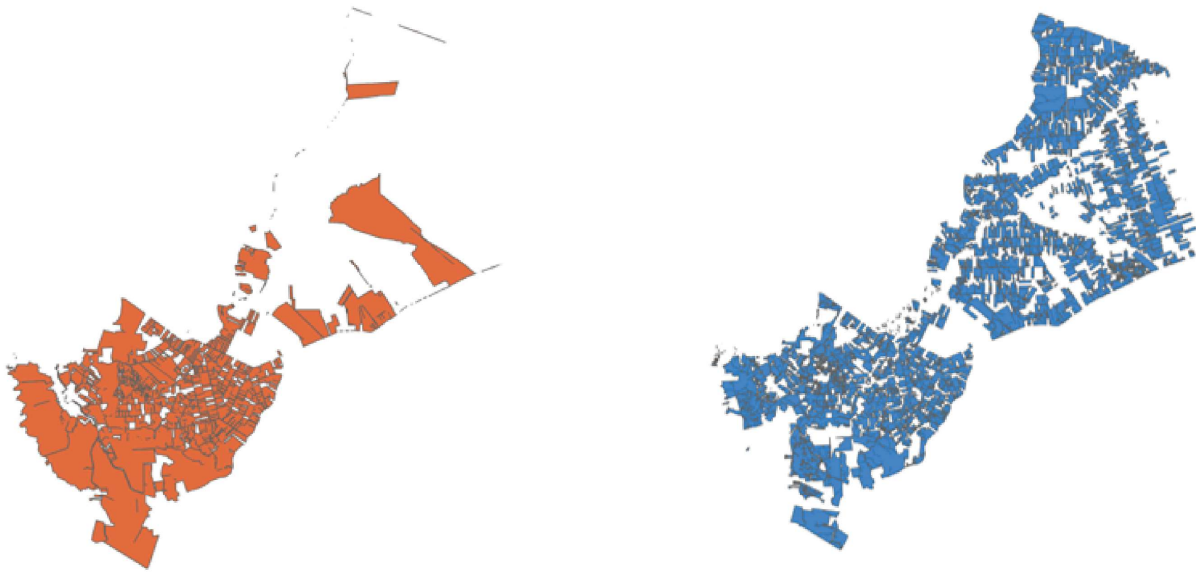
grande parte dessa área já está edificada ou com algum tipo de benfeitoria.

Figura 42.1 – QUANTITATIVO DAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE SENADOR GUIOMARD – Sicar 2023



Fonte: Instituto Sapien, base Sicar, 2023.

Figura 42.2 – QUANTITATIVO DAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE SENADOR GUIOMARD – Sicar 2023

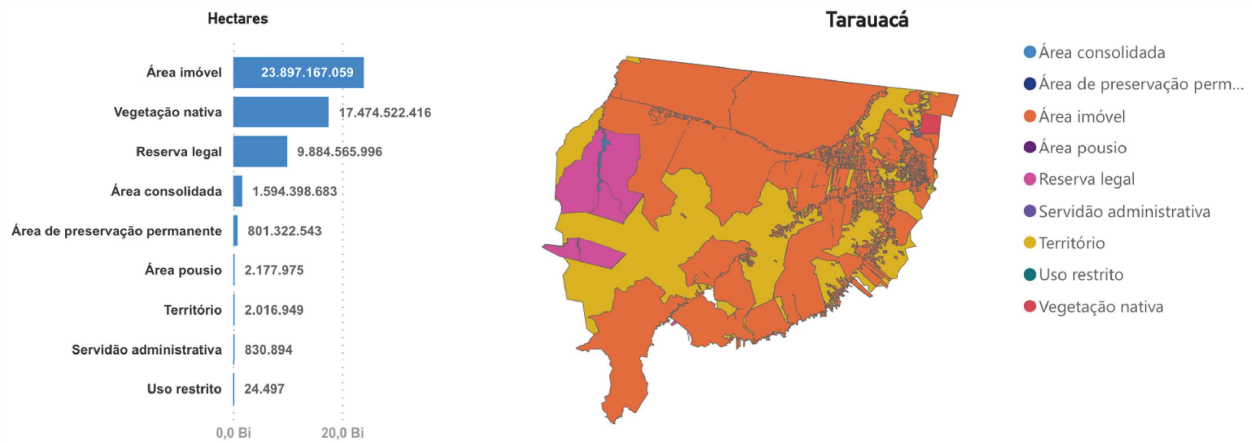


Fonte: Instituto Sapien, base Sicar, 2023.

No município de Tarauacá, o quantitativo de vegetação nativa é o segundo maior de todos os mu-

nicipios como podemos examinar na Figura 44.

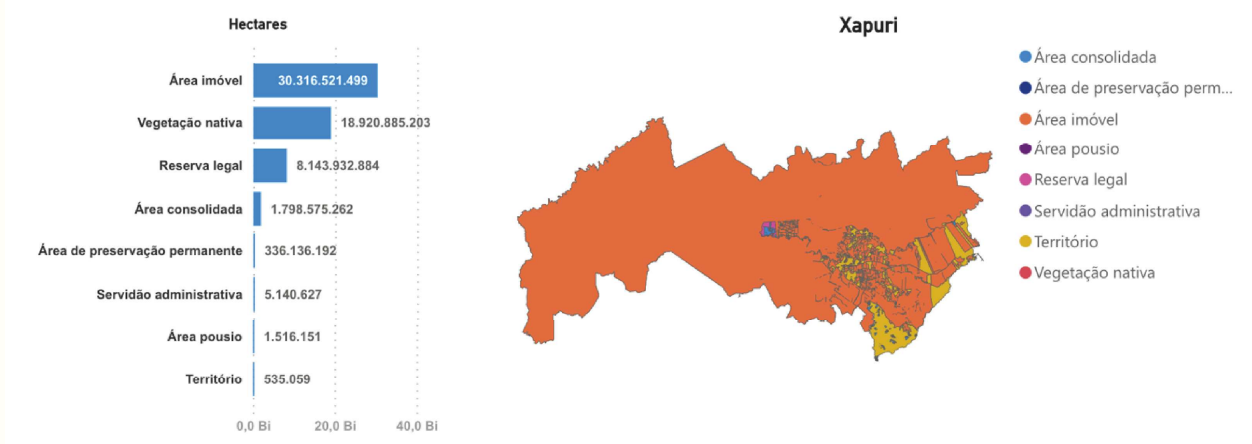
Figura 43 – QUANTITATIVO DAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE TARAUCÁ – Sicar 2023



Fonte: Instituto Sapien, base Sicar, 2023.

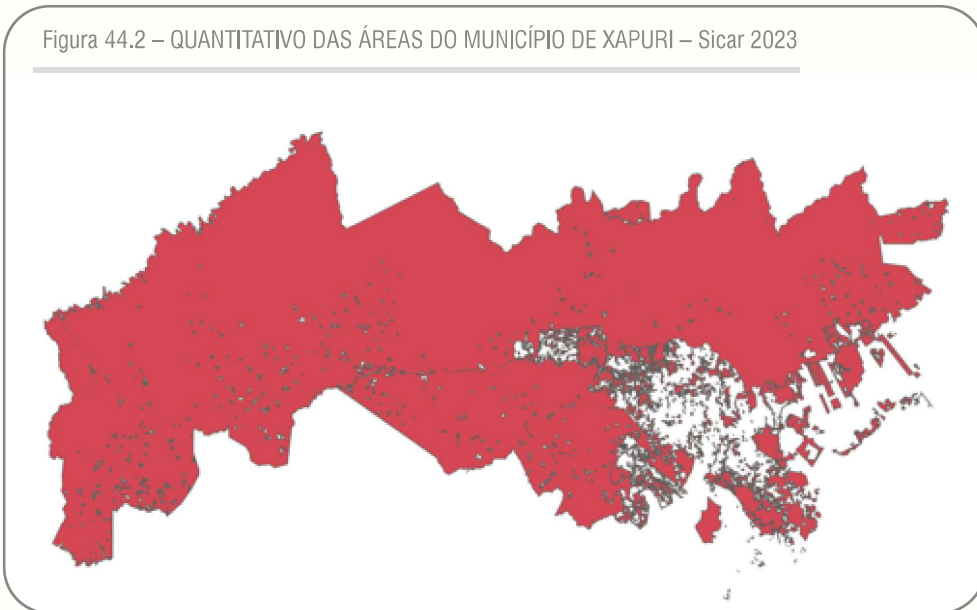
Xapuri lidera, com aproximadamente 19 bi, o maior número de registros em andamento. O quantitativo de vegetação nativa, configurando o me-

Figura 44.1 – QUANTITATIVO DAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE XAPURI – Sicar 2023



Fonte: Instituto Sapien, base Sicar, 2023.

Figura 44.2 – QUANTITATIVO DAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE XAPURI – Sicar 2023



Fonte: Instituto Sapien, base Sicar, 2023.

Tabela 31 – QUANTITATIVO DAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE XAPURI – Sicar 2023

| Categoria        | Tema                             | Condição   | Status    | Valor                   |
|------------------|----------------------------------|--|-----------|-------------------------|
| Vegetação nativa | Remanescente de Vegetação Nativa | Aguardando análise   | Ativo     | 9.458.150.762,60        |
| Vegetação nativa | Remanescente de Vegetação Nativa | Aguardando análise   | Pendente  | 350.205.452,23          |
| Vegetação nativa | Remanescente de Vegetação Nativa | Analisado, aguardando atendimento à notificação                    | Ativo     | 37.312.294,00           |
| Vegetação nativa | Remanescente de Vegetação Nativa | Analisado, aguardando atendimento à notificação                    | Pendente  | 32.496.490,10           |
| Vegetação nativa | Remanescente de Vegetação Nativa | Analisado, aguardando regularização ambiental (Lei nº 12.651/2012) | Ativo     | 1.364.204,00            |
| Vegetação nativa | Remanescente de Vegetação Nativa | Analisado, aguardando regularização ambiental (Lei nº 12.651/2012) | Pendente  | 1.740.672,00            |
| Vegetação nativa | Remanescente de Vegetação Nativa | Cancelado por decisão administrativa                               | Cancelado | 8.910.348.919,00        |
| Vegetação nativa | Remanescente de Vegetação Nativa | Em análise   | Ativo     | 79.938.841,29           |
| Vegetação nativa | Remanescente de Vegetação Nativa | Em análise   | Pendente  | 49.327.568,00           |
| <b>Total</b>     |                                  |  |           | <b>7.526.202.886,01</b> |

Fonte: Instituto Sapien, base Sicar, 2023.

## REFERÊNCIAS

1. ACRE. Centro Integrado de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental. Secretaria do Estado do Meio Ambiente e das Políticas Indígenas. Monitoramento de Focos de Queimadas e Qualidade do Ar: nº 084/2022. Rio Branco: Cigma, 2022. 10 p. Disponível em: [http://semapi.acre.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2022/09/Relatorio-de-Queimadas\\_2022\\_09\\_022\\_N84-1.pdf](http://semapi.acre.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2022/09/Relatorio-de-Queimadas_2022_09_022_N84-1.pdf). Acesso em: 30 jul. 2024.
2. ACRE. GOVERNO DO ESTADO. . Zoneamento ecológico-Econômico do Acre: fase III: escala 1:250.000. Rio Branco: Semapi, 2021. 162 p. Disponível em: [https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2022/03/COMPLE\\_1.pdf](https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2022/03/COMPLE_1.pdf). Acesso em: 30 jul. 2024.
3. ACRE. SEMAPI. Áreas naturais protegidas. Disponível em: <https://seplan.ac.gov.br/areas-naturais-protetidas/>. Acesso em: 30 jul. 2024.
4. ANA CRISTINA CAMPOS. Agência Brasil. Governo lança plano para fortalecer comunidades ribeirinhas. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-06/governo-lanca-plano-para-fortalecer-comunidades-ribeirinhas>. Acesso em: 30 jul. 2024.
5. CADASTRO NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Ministério do Meio Ambiente. Plataforma oficial de dados do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. 2024. Disponível em: <https://cnuc.mma.gov.br>. Acesso em: 30 jul. 2024.
6. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Relatório Parametrizado. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2014. Disponível em: <http://sistemas.mma.gov.br/cnuc/index.php?ido=relatorio-parametrizado.exibeRelatorio&relatorioPadrao=true&idUc=1517>. Acesso em: 30 jul. 2024.
7. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Relatório Parametrizado. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2016. Disponível em: <http://sistemas.mma.gov.br/cnuc/index.php?ido=relatorio-parametrizado.exibeRelatorio&relatorioPadrao=true&idUc=274>. Acesso em: 30 jul. 2024.
8. Comissão Pró-Índigenas do Acre. PAPO DE ÍNDIO: diálogos sobre a gestão integrada no Alto Juruá. Diálogos sobre a Gestão integrada no Alto Juruá. 2021. Disponível em: <https://cpiacre.org.br/papo-de-indio-dialogos-sobre-a-gestao-integrada-no-alto-juruua/>. Acesso em: 30 jul. 2024.
9. Comissão Pró-Índigenas do Acre. Projeto Corredor Socioambiental Ato Juruá-Purus: conservação de florestas e promoção de direitos dos povos indígenas e tradicional. Conservação de Florestas e Promoção de Direitos dos Povos Indígenas e Tradicional. 2022. Disponível em: <https://cpiacre.org.br/corredor-socioambientalalto-juruua-purus/page/2/>. Acesso em: 30 jul. 2024.
10. Coordenação do Programa Zoneamento Ecológico-Econômico. Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre: fase ii. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2007. 15 p. Disponível em: [https://conama.mma.gov.br/index.php?option=com\\_sisconama&task=documento.download&id=16129](https://conama.mma.gov.br/index.php?option=com_sisconama&task=documento.download&id=16129). Acesso em: 30 jul. 2024.
11. D'ANTONA, Álvaro de O. ; ALVES, J. D. G. . População em unidades de conservação da Amazônia Legal Brasileira, 2010: uma análise de bases de dados de população e de ambiente espacialmente integrados. In: XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2018, Poços de Caldas - MG. XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2018
12. ESTEVES, Rita de Cássia Barros; LUZ, Vera Santana. O Parque Nacional da Serra do Divisor/Acre: instrumentação preliminar em defesa da implantação de um instituto socioambiental como fortalecimento da unidade conservação. In: SANTOS, Fabiane dos (org.). Geografia do Século XXI: volume 5. Belo Horizonte: Poisson, 2019. Cap. 9. p. 89-102. Disponível em: [https://www.poisson.com.br/livros/geografia/seculo/volume5/GeoSec\\_vol5.pdf](https://www.poisson.com.br/livros/geografia/seculo/volume5/GeoSec_vol5.pdf). Acesso em: 30 jul. 2024.
13. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Alto Tarauacá/AC: volume 1. Brasília: Icmbio, 2020. 448 p. Disponível em: [https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/resex-do-alto-tarauaca/arquivos/plano\\_de\\_manejo\\_resex\\_do\\_alto\\_tarauaca\\_volume1.pdf](https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/resex-do-alto-tarauaca/arquivos/plano_de_manejo_resex_do_alto_tarauaca_volume1.pdf). Acesso em: 30 jul. 2024.
14. Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Alto

- Tarauacá/AC: volume 2. Brasília: Icmbio, 2020. 448 p. Disponível em: [https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/Resex-do-alto-tarauaca/arquivos/plano\\_de\\_manejo\\_Resex\\_do\\_alto\\_tarauaca\\_volume2.pdf](https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/Resex-do-alto-tarauaca/arquivos/plano_de_manejo_Resex_do_alto_tarauaca_volume2.pdf). Acesso em: 30 jul. 2024.
15. Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema. Sena Madureira: Icmbio, 2007. 206 p. Disponível em: [https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/resex-do-cazumba-iracema/arquivos/resex\\_cazumbairacema.pdf](https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/resex-do-cazumba-iracema/arquivos/resex_cazumbairacema.pdf). Acesso em: 30 jul. 2024.
  16. IRYÁ RODRIGUES (Rio Branco). G1. Após atualização, Acre deve imunizar mais de 51,8 mil ribeirinhos de 18 a 59 anos contra Covid-19. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2021/05/04/apos-atualizacao-acre-deve-imunizar-mais-de-518-mil-ribeirinhos-de-18-a-59-anos-contracovid-19.ghtml>. Acesso em: 30 jul. 2024.
  17. MARTINS, Williane Maria de Oliveira; MARTINS, Lilliane Maria de Oliveira. RIBEIRINHOS E RECURSOS VEGETAIS EM AGROECOSSISTEMAS NA AMAZÔNIA SUL OCIDENTAL, CRUZEIRO DO SUL, ACRE. Enciclopédia Biosfera: Centro Científico Conhecer, Goiânia, v. 8, n. 14, p. 2110-2120, jun. 2012. Disponível em: <https://www.conhecer.org.br/enciclopedia/2012a/ambientais/ribeirinhos.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2024
  18. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre: fase II. 2. ed. Rio Branco: Sema, 2010. 356 p. Escala 1:250.000 Documento Síntese. Disponível em: [http://semapi.acre.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2020/04/Documento\\_Sintese.pdf](http://semapi.acre.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2020/04/Documento_Sintese.pdf). Acesso em: 30 jul. 2024.
  19. Semapi. Parque Estadual Chandless. 2004. Disponível em: <http://semapi.acre.gov.br/parque-estadual-chandless/>. Acesso em: 30 jul. 2024.
  20. SOS Amazônia. Parque Nacional da Serra do Divisor. Rio Branco: Associação Sos Amazônia, 1988. 381 p. Disponível em: [https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/parna-da-serra-do-divisor/arquivos/parna\\_serra\\_divisor\\_diagnostico.pdf](https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/parna-da-serra-do-divisor/arquivos/parna_serra_divisor_diagnostico.pdf). Acesso em: 30 jul. 2024.
  21. Plano de Manejo Estação Ecológica Rio Acre. Brasília: Sos Amazônia, 2010. 360 p. Disponível em: [https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/parna-da-serra-do-divisor/arquivos/parna\\_serra\\_divisor\\_diagnostico.pdf](https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/parna-da-serra-do-divisor/arquivos/parna_serra_divisor_diagnostico.pdf). Acesso em: 30 jul. 2024.
  22. Plano de Manejo do Parque Estadual Chandless: encarte 3 - análise da uc. Rio Branco: Sos Amazônia, 2010. 260 p. Disponível em: [http://semapi.acre.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2020/11/3.PEC\\_Encarte\\_3\\_jan\\_2010.pdf](http://semapi.acre.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2020/11/3.PEC_Encarte_3_jan_2010.pdf). Acesso em: 30 jul. 2024.
  23. Plano de Manejo do Parque Estadual de Chandless: diagnóstico sócio-econômico. Rio Branco: Semapi, 2008. 207 p. Disponível em: <http://semapi.acre.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2020/11/PE-Chandless-Relatorio-Socioeconomico-REVISADO.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2024.
  24. Plano de Manejo do Parque Estadual Chandless: Resumo Executivo. Rio Branco: Sos Amazônia, 2010. 77 p. Disponível em: [http://semapi.acre.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2020/11/Resumo\\_Executivo\\_PEC\\_jan\\_2010.pdf](http://semapi.acre.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2020/11/Resumo_Executivo_PEC_jan_2010.pdf). Acesso em: 30 jul. 2024.
  25. SIVIERO, Amauri; TEIXEIRA, Paulo Eduardo Ferline; SANTOS, Rosana Cavalcante dos. A produção agropecuária nas Reservas Extrativistas do Acre. In: SIVIERO, Amauri; SANTOS, Rosana Cavalcante; MATTAR, Eduardo Pacca Luna (org.). Conservação e tecnologias para o desenvolvimento agrícola e florestal no Acre. Acre: Ifac, 2019. p. 337-378. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/209205/1/26957.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2024.
  26. UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DO BRASIL. Estação Ecológica do Rio Acre. Rio Branco: Instituto Socioambiental, 2016. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/610>. Acesso em: 30 jul. 2024.
  27. Parque Estadual Chandless. Rio Branco: Instituto Socioambiental, 2024. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/610>. Acesso em: 30 jul. 2024.

- socioambiental.org/pt-br/arp/3556. Acesso em: 30 jul. 2024.
28. Reserva Extrativista do Alto do Juruá. Rio Branco: Instituto Socioambiental, 2024. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/625>. Acesso em: 30 jul. 2024.
29. Reserva Extrativista do Alto Tarauacá. Rio Branco: Instituto Socioambiental, 2024. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/1378>. Acesso em: 30 jul. 2024.
30. Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema. Rio Branco: Instituto Socioambiental, 2024. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/3412>. Acesso em: 30 jul. 2024.
31. Reserva Riozinho da Liberdade. Rio Branco: Instituto Socioambiental, 2024. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/626>. Acesso em: 30 jul. 2024.

